

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – RESOLUÇÃO**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 25ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
 - 2.2 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
 - 2.3 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 6 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 7 – MANIFESTAÇÕES**
- 8 – REQUERIMENTO APROVADO**
- 9 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5.636, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024

Concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Rogério Greco.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica concedido a Rogério Greco o título de Cidadão Honorário do Estado, pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2024; 236º da Inconfidência Mineira e 203º da Independência do Brasil.

Deputado Tadeu Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/12/2024

Presidência do Deputado Tadeu Leite, da Deputada Leninha e do Deputado Ricardo Campos

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento dos deputados Carlos Henrique, Cássio Soares, Doutor Jean Freire, João Magalhães e Ulysses Gomes;

aprovação – Questões de Ordem – Chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação – Registro de Presença – Questões de Ordem – Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 573/2023; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 807/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 59/2024; aprovação – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.191/2024; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.169/2015; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3 – Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.931/2020; encerramento da discussão; discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Doutor Jean Freire e João Magalhães; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2022; encerramento da discussão; discursos do deputado Bruno Engler, das deputadas Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves e Amanda Teixeira Dias e do deputado Cassio Soares; Questão de Ordem; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 817/2023; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; discursos do deputado Bruno Engler, da deputada Leninha, do deputado Caporezzo e da deputada Bella Gonçalves; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, salvo emendas; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação; votação nominal da Emenda nº 2; rejeição – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.376/2023; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.564/2024; apresentação da Emenda nº 1; não recebimento da emenda; encerramento da discussão; votação nominal do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.191/2024; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 222/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 511/2023; encerramento da discussão; discurso do deputado Leleco Pimentel; votação nominal do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.153/2023; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.205/2024; encerramento da discussão; discurso do deputado Sargento Rodrigues; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.906/2024; encerramento da discussão; requerimento do deputado Ulysses Gomes; deferimento; discursos das deputadas Lohanna, Bella Gonçalves e Ana Paula Siqueira e do deputado Sargento Rodrigues; votação nominal do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 3, 39, 44, 46, 65, 97, 105, 121, 152, 159, 163 a 165, 174 e 176 a 270 e das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 2, 4, 5, 18, 21, 22, 28, 29, 34, 37, 38, 40, 45, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 95, 109, 113, 123, 134, 145, 158, 160, 161, 168 a 173 e 175; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 2, 4, 5, 18, 21, 22, 28, 29, 34, 37, 38, 40, 43, 45, 51, 53, 66, 70, 72, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 95, 109, 113, 119, 123, 134, 145, 158, 160, 161, 168 a 173 e 175; votação nominal das Emendas nºs 1, 12 a 16, 19, 20, 27, 30 a 33, 35, 36, 41, 42, 47 a 50, 52, 54 a 64, 67 a 69, 71, 73 a 75, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 89 a 94, 96, 98 a 104, 106 a 108, 110 a 112, 114 a 118, 120, 122, 124 a 133, 135 a 144, 146 a 151 e 153 a 157; rejeição; votação da Emenda nº 10; discurso do deputado Cristiano Silveira; votação nominal da emenda; aprovação; votação da Emenda nº 11; discursos dos deputados Cristiano Silveira e João Magalhães; votação nominal da emenda; aprovação; votação da Emenda nº 17; discurso do deputado Cristiano Silveira; votação nominal da emenda; aprovação; votação da Emenda nº 88; discurso da deputada Andréia de Jesus; votação nominal da emenda; aprovação – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.905/2024; encerramento da discussão; requerimento do deputado Ulysses Gomes; deferimento; discursos da deputada Lohanna, dos deputados Professor Cleiton e Lucas Lasmar, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Sargento Rodrigues e João Magalhães; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas, subemenda e destaques; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 2 a 5, 7 a 23, 25 a 33, 36, 42 a 44, 46 a 48, 50 a 56, 86 a 136, 138 a 234, 236 a 293, 295 a 301, 303, 305, 306, 308, 309, 312, 313, 315 a 317, 319, 321 a 326, 329, 332 a 344, 351 a 385, 391 a 549, 551 a 583, 608 a 612, 614 a 618, 620 a 636, 642 a 678, 703 a 730, 743 a 757, 759, 761 a 773, 776 a 783, 787, 788, 793 a 819, 821 a 925 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 6; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 6; votação nominal das Emendas nºs 1, 34, 35, 37 a 41, 57, 61 a 63, 65 a 67, 69, 71 a 85, 346, 387 a 390, 550, 586, 587, 589, 590, 592, 600, 601, 603 a 607, 637 a 641, 679 a 702, 731 a 742, 774, 775, 785 a 786, 789 a 792 e 820; rejeição; votação da Emenda nº 58;

discurso do deputado Cristiano Silveira; votação nominal da emenda; falha no sistema eletrônico; anulação da votação; renovação da votação nominal da emenda; aprovação; votação da Emenda nº 59; discurso do deputado Cristiano Silveira; votação nominal da emenda; aprovação; votação da Emenda nº 60; discurso do deputado Cristiano Silveira; votação nominal da emenda; aprovação; votação da Emenda nº 64; discurso do deputado Cristiano Silveira; votação nominal da emenda; aprovação; votação da Emenda nº 68; discursos dos deputados Cristiano Silveira e João Magalhães; votação nominal da emenda; rejeição; votação da Emenda nº 70; discurso do deputado Cristiano Silveira; votação nominal da emenda; rejeição; votação da Emenda nº 784; discursos da deputada Bella Gonçalves e do deputado João Magalhães; votação nominal da emenda; rejeição – Declaração de Voto – 3ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 34/2024, do Projeto de Lei Complementar nº 59/2024 e dos Projetos de Lei nºs 1.105/2019, 2.139/2020, 573, 1.132, 1.137, 1.660 e 1.926/2023, 2.906, 2.905 e 2.191/2024, 2.169/2015, 1.931/2020, 3.595/2022, 817 e 1.376/2023, 2.564 e 3.191/2024 e 3.716/2022; aprovação – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Amanda Teixeira Dias – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Luizinho – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Nayara Rocha – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 10h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– A deputada Chiara Biondini, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente (deputado Tadeu Leite) – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento dos deputados Carlos Henrique, Cassio Soares, Doutor Jean Freire, João Magalhães e Ulysses Gomes em que solicitam a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 2.906 e

2.905/2024 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

A presidência aproveita a oportunidade, enquanto os deputados estão retornando ao Plenário para iniciarmos as votações, para passar a palavra, pela ordem, ao deputado Douglas Melo. Antes, porém, da mesma forma como fizemos ontem com o deputado Fábio Avelar, a presidência quer desejar ao deputado Douglas Melo, esse querido amigo, grande parceiro e companheiro desta Casa, que faça um grande trabalho a favor da sua cidade, Sete Lagoas, a partir do ano que vem. Quem conhece o Douglas sabe o amor e a paixão que ele tem por Sete Lagoas. Ele vai poder contribuir agora, além do que já fez como deputado, como prefeito de sua cidade. A sua diplomação, deputado Douglas Melo, será amanhã, então quero desejar, em nome de todo o Parlamento, que Deus o ilumine nessa nova oportunidade. Saiba que você tem aqui amigos que vão torcer para que você possa ajudar cada vez mais o povo da sua cidade.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Douglas Melo.

Questões de Ordem

O deputado Douglas Melo – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia também aos meus colegas desta Casa, deputados e deputadas. Quero falar da alegria de estar aqui encerrando o nosso ciclo na Assembleia Legislativa, mas, acima de tudo, quero dizer que sou muito grato pelos amigos e por tudo o que a gente conquistou aqui. Antes de iniciar os agradecimentos, quero parabenizar o nosso presidente Tadeu Leite por todo o empenho, por toda a articulação para que o Propag fosse aprovado. Sem dúvida, é um avanço muito grande que nasceu nesta Casa, por intermédio do nosso presidente e de todos aqueles que querem um estado melhor e que não se preocupam somente com o Estado de Minas Gerais, mas também com o Brasil. Fica aqui também um abraço e o reconhecimento ao senador Rodrigo Pacheco por ter nos ouvido e entendido que sem o parlamento não se faz política. Eu sempre digo, deputado Ulysses, que algumas pessoas lutam para que a política não exista, algumas pessoas repudiam a política. E eu fico muito feliz quando as pessoas entendem que sem a política não chegamos a lugar algum, então, mesmo aqueles que têm dificuldade de entender, depois vão saber da importância que tem a política. Mas o dia de hoje é, acima de tudo, para agradecer a tantos amigos e amigas que fizemos nesta Casa e agradecer também ao povo, que nos deu a oportunidade de estar aqui por três mandatos. Eu fui vereador em Sete Lagoas, fiquei meio mandato; depois fui eleito deputado estadual e estou aqui há praticamente 10 anos. Aqui, durante esse tempo, conseguimos grandes vitórias, tivemos desafios para enfrentar, mas sempre colocamos Sete Lagoas, as cidades em que trabalhamos e o povo mineiro em primeiro lugar. Então é um dia realmente para agradecer, não é, Leninha? Quando eu olho para trás e vejo tudo o que nós construímos aqui, sem dúvida, sinto muita alegria. Convido inclusive – ele já me pediu um aparte – o nosso amigo, deputado Alencar da Silveira, que é sete-lagoano também. Ele me falou: “Douglas, logo que você começar a falar, eu faço questão de participar”. Então já concedo aparte ao meu conterrâneo Alencar da Silveira. Inclusive, deputado Alencar, já conto com o senhor para destinar emendas parlamentares para Sete Lagoas, viu?

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sem dúvida, deputado. Eu queria parabenizar V. Exa. por esse período todo em que esteve aqui. Tenho certeza de que vários colegas usarão este microfone, nesta oportunidade, para parabenizá-lo depois do seu pronunciamento. Quero lembrar que, nesses 10 anos aqui, nós sempre tivemos uma boa convivência, uma convivência harmônica. Eu tenho certeza absoluta de que Sete Lagoas só vai ganhar. A vontade que V. Exa. sempre teve de ser prefeito ali e a luta que sempre enfrentou por Sete Lagoas, com certeza, vão ficar marcadas. V. Exa., com a sua juventude, com o seu entusiasmo, é um deputado que conhece os problemas de Sete Lagoas, conhece todos os bairros, conhece todas as ruas de lá, porque, antes mesmo de ser parlamentar, de ser vereador, V. Exa. já estava no rádio, já comunicava para os seus ouvintes todos os pedidos que recebia. Então eu quero parabenizá-lo e pedir que cuide da minha cidade. Eu tenho certeza de que nós agora vamos ter o retorno a esta Casa do seu suplente – espero que seja o nosso companheiro Adalclever Lopes. Agora, quando V. Exa. fala que está se despedindo do Parlamento, eu acho que não. Eu acho que V. Exa. está fechando uma etapa. Todo mundo sabe perfeitamente que o prefeito de Sete Lagoas, pela cidade que é, não encerra a vida pública na prefeitura. V. Exa. vai ficar nos próximos oito anos, eu tenho certeza disso. E, depois, pela

juventude, pela idade que tem, V. Exa. vai voltar, vai continuar na sua vida pública. Um abraço para você. Que Deus o proteja; que Deus proteja a sua esposa, que sempre foi guerreira ao seu lado; e os seus filhos. V. Exa. pode sempre contar com o amigo Alencar. Um abraço. Obrigado.

O deputado Arlen Santiago – Deputado Douglas, sua missão, realmente, de agora para a frente, não será fácil. Você tinha uma certa tranquilidade como deputado, era sua uma parte dos problemas, mas não todos. Você lutou muito, você sempre foi muito valente, principalmente na questão da saúde. Você lutou muito com o governador Romeu Zema pela questão do Hospital Regional de Sete Lagoas, que será muito importante para aquela região toda. Você também sempre esteve solidário com um hospital que presta um grande serviço: o Hospital Nossa Senhora das Graças, que está bem organizado pelo bispo. Realmente a tabela do SUS está matando todo mundo. Numa UPA do Rio de Janeiro, uma pessoa ficou esperando e chegou a morrer sentada. Infelizmente as pessoas não têm a possibilidade de ter um avião da FAB e ir para o Sírio-Libanês. Então essa tabela do SUS está realmente matando muita gente. Conte conosco. Ainda estou na Comissão de Saúde, e quero estar à sua disposição. Você já falou comigo sobre alguns ótimos programas para Sete Lagoas, e eu não tenho dúvida nenhuma de que, naquela cidade, que é uma cidade pujante e que competentemente o elegeram, você vai fazer a melhor administração municipal de todos os tempos. Pode deixar que nós estamos aqui para dar voz a Sete Lagoas também. Obrigado.

A deputada Leninha – Querida dizer, nesta manhã, que a cidade de Sete Lagoas está ganhando um ser humano incrível. Parabéns aos eleitores de Sete Lagoas! Desde quando aqui chegou, na legislatura passada, você foi sempre cordial, atencioso e educado. Você, de fato, sabe fazer a boa política, com respeito, com compromisso com o Estado de Minas Gerais e com a sua cidade, que agora vai ter a sua gestão. Então, daqui do Parlamento, a gente segue lhe desejando boas energias, sucesso e sabedoria. Que o espírito de Deus o ilumine para você praticar a justiça social, para você praticar o bem comum, pois essa missão Deus lhe deu. Eu falo que a gente escolhe a missão da política, mas Deus também nos escolhe para cumprir essa missão, e eu sei que agora Ele o escolheu para ser o prefeito de Sete Lagoas. Aqui, nesta Casa, você deixou e continua deixando boas amizades. Então, a você todo o meu apreço e o meu respeito. A gente segue aqui na retaguarda para aquilo que você precisar. Que Sete Lagoas seja uma cidade melhor, sustentável, saudável e feliz com você na gestão. Deus o abençoe! Um grande abraço e muito obrigada!

O deputado Adriano Alvarenga – Douglas, quero dizer que você foi um amigo, um irmão que a vida e a Assembleia me deram. Fomos colegas de comissão aqui, no Parlamento. Você furava comigo, mas com essa alegria, com esse entusiasmo, com essa coragem, com essa determinação agora de ter colocado o seu nome à disposição para ser prefeito do seu município! Tive a grande oportunidade de estar à frente do Executivo da minha terra natal, minha amada Rio Casca, e sei que tão árdua mas tão gloriosa também vai ser essa participação na sua história, na sua vida. Quero dizer que aqui você tem um amigo para o resto da sua vida. Pode contar comigo para o que der e vier, porque você é uma pessoa que certamente faz parte da minha história e da minha vida. E obrigado pela amizade, pelo companheirismo, pelas brincadeiras, pela alegria e por tudo que vivemos juntos nesta Casa. Deus o abençoe e boa sorte, amigo!

O deputado Gustavo Santana – Douglas, apenas quero lhe desejar boa sorte. Tenho certeza de que você vai fazer um grande legado em Sete Lagoas, como já faz, mas, agora, como prefeito. Quero deixar à disposição aqui o mandato deste seu amigo. Pode ter certeza de que esta Casa lhe dará total apoio para você fazer o que você quer: desenvolver Sete Lagoas cada vez mais. Estarei aqui representando-o, Douglas, e levando a sua voz para toda Minas Gerais. Se depender desta Casa, eu tenho certeza de que você vai continuar brilhando. Estarei aqui representando as coisas boas que você sabe fazer.

O deputado Charles Santos – Deputado Douglas Melo, você sabe do meu carinho e respeito pela sua pessoa durante esses seis anos em que o conheço e em que caminhamos juntos aqui. Sei do seu caráter, da sua responsabilidade com o Parlamento e com o povo de Minas Gerais, e isso refletiu justamente nas eleições de Sete Lagoas com a sua vitória. Falo aqui, hoje, como seu amigo, mas falo também como cidadão sete-lagoano que sou. Morei na cidade e tenho o título de cidadão sete-lagoano, com muito orgulho. Tenho

certeza, meu caro amigo, de que o município, que é um município pujante, está em boas mãos e que você vai fazer um excelente trabalho. Você, como deputado estadual, na sua atuação, no seu compromisso com o município, já demonstrou isso. E agora, como prefeito, tenho certeza de que vai continuar brilhando. Peço a Deus que guarde você e sua família. Desejo-lhe todo sucesso. E, mesmo lá na prefeitura, você sabe que pode contar, aqui na Assembleia, com este amigo, com este parlamentar, que é votado também no município e que tem um grande carinho por você e pela população de Sete Lagoas, está bem? Leve o meu abraço a todos. Estimo sucesso! Tudo de bom para você, Douglas.

A deputada Chiara Biondini – Deputado Douglas, quero parabenizá-lo. Quando cheguei aqui, em meu primeiro mandato, nova, inexperiente, você foi um dos poucos e primeiros deputados que sentou comigo, me instruiu e conversou comigo. A gente teve muitas trocas, e devo a você muito do que sei da Casa hoje e muito do que aprendi nesses dois anos; devo isso à sua atuação. Você é um deputado que me inspira com o seu trabalho nesta Casa e vai fazer muita falta aqui, mas tenho certeza de que a população de Sete Lagoas ganha um grande prefeito, e você será, se não o melhor, um dos melhores prefeitos da história de Sete Lagoas. Parabéns! Grande missão! Conte com o meu mandato, e vamos juntos! Parabéns mais uma vez.

O deputado Delegado Christiano Xavier – Bom dia, deputado Douglas. É um prazer enorme estar aqui falando para você, esse amigo de partido, esse deputado tão de bem com a vida, sempre com um sorriso no rosto e esbanjando simpatia. É um prazer enorme ter participado com você, nesses meses, dos trabalhos na Assembleia Legislativa. Aprendi muito. Você representa tão bem a cidade de Sete Lagoas, a cidade onde eu me formei em direito. Por cinco anos, frequentei locais da cidade, frequentei a faculdade, e hoje volto lá e vejo a grande transformação que ela teve. Grande parte disso, eu tenho certeza, foi feito com a sua contribuição. Vejo aqui como você defende tanto a cidade e também os municípios que você muito bem representa. Estou tendo a oportunidade agora de ocupar o seu espaço. Então fica uma missão muito difícil para mim, porque sei do seu empenho, da dedicação que você teve a esses municípios. Eu lhe desejo boa sorte. Pode contar com este companheiro no que você precisar. Nós estamos prontos e às ordens para, no seu comando, engrossar as fileiras do seu trabalho. Boa sorte e que Deus o acompanhe, meu amigo.

O deputado Eduardo Azevedo – Deputado Douglas Melo, eu queria desejar-lhe sucesso nessa nova empreitada da sua vida. Sete Lagoas é uma cidade de referência. Eu sei da responsabilidade que recai sobre os seus ombros, mas não tenho dúvida alguma da sua capacidade. Você fará um excelente trabalho como prefeito dessa cidade tão importante. Sem dúvida alguma, Douglas, você também fará muita falta na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, comissão que você tem abraçado durante grande tempo. Eu aprendi muito com você ali. Então, que Deus lhe dê sabedoria e discernimento, que é de que mais você vai precisar. Eu tenho certeza de que Sete Lagoas só tem a ganhar com o excelente trabalho que você fará com toda a sua equipe. Sucesso, sorte e que Deus o abençoe nessa nova caminhada!

O deputado Cassio Soares – Meu caro amigo Douglas Melo, deputadas, deputados, também faço questão de vir aqui trazer o meu abraço carinhoso, especial e de uma despedida breve, porque tenho certeza de que continuaremos com um bom contato. Você, que sempre engrandeceu o nosso partido, orgulha o PSD pelo homem público que você é, pelos trabalhos eficientes no cuidado com o povo mineiro, especialmente o povo da sua querida Sete Lagoas. Você, que agora alcançou o objetivo que já era seu há algum tempo, tenho certeza, Douglas, continuará brilhando à frente do Executivo de Sete Lagoas e fazendo um bom trabalho pela população. Conte conosco. Eu falo em nome do nosso partido, o PSD; falo em nome do nosso Bloco Minas em Frente. E assim nós vamos continuar parceiros e sempre honrando a boa política que todos os mineiros esperam da gente, Douglas. Vá com Deus! Até logo. Esta Casa é sua, Douglas.

O deputado Roberto Andrade – Meu caro – permita-me falar “meu amigo” – Douglas, eu não sei se vou parabenizá-lo ou lamentar a sua saída da nossa Assembleia. A gente não vai mais ter a sua convivência diária, a sua alegria, o seu companheirismo. A partir do ano que vem, a gente não vai mais ter você aqui entre nós, mas tenho certeza de que Sete Lagoas vai estar muito bem administrada por você. Seremos privados da sua companhia, das suas brincadeiras. Essa história do vovô surgiu no nosso primeiro

mandato. Já faz 10 anos que a gente convive aqui, e muito bem – fomos colegas na nossa Comissão de Defesa do Consumidor. Eu não tenho idade para ser avô dele coisa nenhuma, mas ele inventou essa história. Eu tenho um carinho enorme pelo Douglas, então, ele fica à vontade para me chamar de vovô, de papai, o que for, porque a gente realmente tem uma amizade. Na época da covid, nós ficamos muito preocupados com ele. Nós temos muitos casos – alguns a gente não pode contar aqui, no microfone –, não são coisas constrangedoras, são casos das nossas histórias aqui, não é, Douglas? Nós também trabalhamos muito, trabalhamos muito na Comissão de Defesa do Consumidor, entregamos muito para a população de Minas Gerais junto com os nossos colegas. Então tivemos muitas entregas boas. Tenho certeza de que agora, meu caro amigo e prefeito Douglas Melo, Sete Lagoas está em boas mãos e vai ser muito bem administrada. Sucesso na sua gestão, sucesso na sua administração! E conte comigo. Aqui você tem um amigo, mas também tem um parceiro. No que precisar, estaremos aqui à disposição do prefeito Douglas, do amigo Douglas e do Município de Sete Lagoas.

O deputado Rafael Martins – Bom, eu também quero me manifestar. Eu não poderia deixar de falar num momento como este para dizer a você, caro colega deputado, jornalista, amigo Douglas, que é um privilégio para nós poder desfrutar aqui da sua companhia e dos seus ensinamentos. Aprendemos muito com você também, por que não? Todos nós, seus colegas deputados, ficamos muito felizes com a sua vitória, com a sua conquista. E, como disse o nosso presidente do PSD, até logo, porque estaremos juntos. Afinal, você estará representando Sete Lagoas aqui também, na Assembleia, por meio dos colegas deputados, no governo do Estado. Então, leve o nosso abraço, amigo, porque o privilégio agora é do povo de Sete Lagoas por ter você à frente da prefeitura, viu? O povo de Sete Lagoas será muito mais feliz agora, com você à frente da cidade como prefeito. Você merece! Desejo a você muita sabedoria, muita luz e que você continue brilhando lá também e lembrando sempre dos seus colegas daqui. Esta Casa é sua, e este Plenário aqui também é a sua casa. Vá em paz, vá com Deus e leve o nosso abraço a toda a Sete lagoas!

O deputado Carlos Henrique – Grande amigo Douglas Melo, acho que vou perder aqui aquela pessoa da resenha esportiva que sempre conversa com a gente com tanta alegria. Você é uma unanimidade aqui na Casa quanto ao relacionamento, à simpatia, à forma alegre e descontraída com que convive no ambiente aqui conosco. Além disso, a sua competência e a forma como você representou tão bem a cidade de Sete Lagoas e toda aquela região. Ganha Sete lagoas, ganha o povo de Sete Lagoas ao tê-lo à frente da cidade, pela sua competência, pela sua habilidade de articulação, pelo bom trato, pelo bom relacionamento que você tem e pelo prestígio que goza junto ao governo do Estado de Minas Gerais e nesta Casa também. Então eu tenho certeza de que Sete Lagoas avançará muito para a frente no seu tempo, trazendo novas oportunidades na sua gestão de quatro anos e por aí, se Deus quiser, mais ainda. Então conte conosco. Leve o nosso carinho, a nossa amizade e a nossa gratidão pelo tempo que passamos juntos nesta Casa, tempo que foi muito proveitoso em todos os aspectos aqui relacionados neste momento. Leve o nosso carinho, o nosso abraço e a nossa parceria. Deus abençoe você!

O deputado Zé Guilherme – Querido amigo deputado Douglas, você é uma pessoa ímpar nesta Casa, e Deus soube lhe dar o momento certo para que você possa conduzir Sete Lagoas, a cidade que você tanto ama. Sempre quando você falava em Sete Lagoas neste Parlamento, o seu olho brilhava. A maturidade adquirida durante os anos em que você esteve aqui, nesta Casa, ampliou o seu conhecimento político, o seu conhecimento humanitário, para que você agora possa fazer para o povo de Sete Lagoas tudo aquilo que é o seu sonho, com a energia que você tem, com o dinamismo que você tem. O único defeito é que você não entende de futebol, mas o resto você domina com tranquilidade e com muita energia. (– Ri.) Que Deus ilumine a sua caminhada! Você será muito feliz, e o povo de Sete Lagoas muito mais. Abraço, amigo!

O deputado Gil Pereira – Caro amigo Douglas, quero parabenizar primeiramente o povo sábio de Sete Lagoas por tê-lo eleito prefeito. Aliás, V. Exa. foi eleito deputado em vários mandatos e agora, prefeito, a partir de janeiro de 2025. Conte com seu amigo aqui, na Assembleia. Não tenho dúvida de que Sete Lagoas é uma antes de Douglas e será outra depois do prefeito Douglas. Ah, melhore a Arena do Jacaré para que a gente possa ganhar de 7x1, não só de 6x1, viu? (– Ri.) Parabéns pelo seu brilhantismo.

Conte com este seu amigo aqui. Eu tenho certeza de que a Casa é unânime em o apoiar. Você vai fazer uma bela gestão, que vai entrar na história de Sete Lagoas e de Minas Gerais. Deus abençoe você. Sucesso nessa nova caminhada e parabéns!

A deputada Lud Falcão – Meu caro amigo, eu não poderia deixar de lhe prestar uma homenagem. Você, que sempre nos recebeu com muito carinho, com a sua experiência, com a sua simpatia, hoje estará à frente de uma importante cidade em Minas Gerais. Sete Lagoas ganha muito com a sua representatividade, com o seu poder de liderança. Tenho certeza de que o povo de lá vai ganhar com você à frente da cidade. E tenha certeza de que você tem aqui uma amiga, uma deputada que irá contribuir muito com o seu mandato de todas as formas. Meu pai falava uma frase que vou falar para vocês: se fores partir, parte. Mas não olhes para trás, porque mais dói a despedida do que a separação. Que Deus conduza seu caminho. Um grande beijo.

O deputado João Vítor Xavier – Quero abraçar meu amigo Douglas e desejar a ele muito sucesso. O senhor fará muita falta nesta Casa. Eu não quero aqui nem falar da questão política, mas da questão pessoal. O deputado Douglas é certamente um dos mais simpáticos e alegres deputados para convívio que nós tivemos aqui durante todos esses anos. Ele é uma figura muito agradável na lida, uma figura muito agradável no dia a dia, um amigo que eu tenho desde muito antes até de ser deputado, quando ainda era vereador na cidade de Sete Lagoas. Eu lhe desejo muito sucesso. Sete Lagoas é uma cidade muito querida, uma cidade muito importante, uma cidade que merece uma boa gestão. Então desejo muito sucesso para o senhor, para toda a sua equipe e todo o seu secretariado. Quero dizer que o senhor fará muita falta nesta Casa. O senhor está deixando aqui muitos amigos, muitos colegas e fará falta também no rádio neste momento – o senhor é um grande radialista, é um colega de rádio também. Mas tenho certeza de que é por uma boa causa, uma boa missão. Fica aqui o meu abraço e o meu desejo de que o senhor faça uma boa gestão pela querida cidade de Sete Lagoas. Um abraço grande.

O deputado Betinho Pinto Coelho – Queria parabenizar o deputado Douglas Melo. Com certeza, a Assembleia de Minas perde, neste momento, a sua representatividade. Mas a cidade de Sete Lagoas ganha muito: ganha com o filho da terra, que vem para fazer a diferença e, com certeza, lutar pela população daquela querida cidade. Parabéns, Douglas. Sucesso. E conte sempre com o deputado Betinho Pinto Coelho.

A deputada Andréia de Jesus – Pela ordem, presidente. Também estou aqui para parabenizar o deputado e dizer que Sete Lagoas vai avançar muito tendo o senhor à frente da prefeitura. Quero dizer que temos compromissos semelhantes na cidade. Nós temos uma ocupação lá que se tornou um bairro e que precisa de regularização, a Cidade de Deus. Um projeto inclusive foi aprovado na Assembleia, destinando um terreno para transformar o sonho daquelas famílias. Então eu conto com o senhor para avançar nisso. É uma cidade que também tem uma parada LGBT gigante, organizada, estruturada. Com o senhor à frente da prefeitura, eu tenho certeza de que a Secretaria de Cultura vai olhar com mais cuidado ainda para essas manifestações. No mais, quero dizer que a parceria construída aqui facilita muito o nosso diálogo com o senhor estando lá. Eu sei da sua experiência aqui, do seu compromisso, da sua voz potente, que vai também transformar a cidade numa cidade potente da região metropolitana, com turismo, com cultura, com investimento do governo federal. Então conte com a gente nessa parceria. Um forte abraço.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, Douglas. Quero cumprimentar V. Exa. e parabenizá-lo pela brilhante vitória que teve na nossa querida Sete Lagoas, uma cidade linda, uma cidade muito bonita. Eu tenho certeza de que ela estará muito bem comandada nestes próximos quatro anos, porque, além da força, da juventude, da capacidade, V. Exa. também aprendeu muito aqui, dentro do Parlamento. Isso faz com que todos aqueles prefeitos, que antes foram parlamentares, como é o caso de V. Exa., que foi vereador lá na cidade e deputado estadual... Com certeza, o senhor vai saber lidar bastante com o Legislativo municipal, e isso facilitará no momento em que V. Exa. governar a cidade. Eu tenho certeza de que V. Exa. aprendeu muito ao longo destes anos que passou conosco aqui, na Assembleia. Na verdade, a minha intervenção dá-se apenas para lhe desejar muita saúde, muita energia e muita luz. Desejo que Deus o abençoe nesta nova etapa da vida e neste novo desafio; que Ele possa iluminar o seu caminho e que você faça um brilhante mandato para as pessoas que estão na cidade que você vai governar pelos próximos quatro anos. Gostaria de

lembrar-lhe que o motivo de nós estarmos aqui e o de V. Exa. estar lá, na prefeitura, é o voto popular, ao qual nos devemos muito respeito; devemos respeito a essa procuração que nos foi dada nas urnas, e eu tenho certeza de que é esse respeito que vai guiar o seu trabalho à frente da prefeitura. Lembro-lhe também que quem mais necessita do braço do poder público são os mais humildes. Lembre-se sempre disto: quem mais necessita do braço do poder público são os mais humildes. V. Exa. agora não é mais parlamentar. V. Exa. poderá executar políticas públicas que, talvez, em determinadas ocasiões, V. Exa. tenha ido dormir pensando naquela possibilidade: “Se eu fosse prefeito, eu faria isso. Se eu fosse prefeito, eu cuidaria disso”. E agora V. Exa. terá a oportunidade de executar as principais políticas públicas. Lembre-se de quem mais precisa do braço do poder público são os mais humildes. Meus parabéns!

O deputado Ulysses Gomes – Bom dia, amigos e amigas. Bom dia, meu querido amigo Douglas Melo. Você não tem jeito. Eu acho que este é um momento muito importante para podermos resgatar um pouco desta bonita história de 12 anos juntos, deixando a marca, a sua história de amizade e realizações. Desejo-lhe um futuro grandioso à frente da cidade que você tanto ama. Pela amizade e pela relação que construímos aqui, eu ouvi muito você falar com carinho, com angústia quando havia problema, com sonhos e com perspectivas de fazer muitas coisas lá. Deus está lhe dando esta oportunidade. Você construiu e conquistou isso. Ter feito parte dessa história ao longo destes anos ao seu lado, aqui, é uma alegria muito grande. Tenho certeza de que tudo que você ouviu aqui será levado com muito carinho, com muita amizade e sempre com a perspectiva de nos reencontrarmos aqui para ouvirmos as grandes conquistas. Este é um momento histórico nesta Casa. Ao lado do presidente Tadeu, você está nos deixando no dia em que nós vamos votar o orçamento e encerrar o ano. Ontem tivemos a notícia do Propag, liderado pelo nosso presidente Tadeu, a quem eu aproveitei a oportunidade para parabenizar, e a toda esta Casa, por todo o apoio que nós construímos ao longo do ano. O nosso bloco de oposição esteve em Brasília buscando isso, mas foi sob a sua liderança, a liderança do presidente Tadeu, que foi possível a Minas Gerais ter, de fato, voz, eco e acolhida pelo presidente do Senado, acolhida pelo presidente Lula. Nós pudemos, então, ter o Propag aprovado. Então, meu amigo Douglas Melo, você encerra um ciclo aqui fazendo parte de histórias que vão além do seu mandato, além das relações que construiu aqui, além até de tudo que construiu e sonhou para sua querida cidade. Com certeza, você faz parte deste legado, de tudo que nós estamos conquistando aqui, junto com o presidente Tadeu. Deixo aqui o abraço, o carinho e o desejo de que Deus continue abençoando esta sua linda história de conquistas para Minas e para sua cidade. Sucesso, meu irmão!

O deputado Douglas Melo – Obrigado, deputado Ulysses e todos os deputados e deputadas que trouxeram palavras tão carinhosas. Deixo também um agradecimento a todos os colaboradores e assessores desta Casa. Realmente, a Assembleia Legislativa é um modelo de assessoria a se seguir para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil. Aqui estão os melhores assessores, inclusive uma equipe técnica invejável. Deixo um agradecimento, também muito especial, a todos do meu gabinete. Sem dúvidas, se não fosse o meu gabinete, eu não teria chegado até aqui. Deixo, mais uma vez, um agradecimento ao nosso presidente Tadeu e também o parabenizo por todo o caminho que ele vem trilhando até aqui. E gostaria de lembrar-lhes que nós vivemos um momento de renovação política que chama atenção para as novas lideranças. Presidente Tadeu, que você sempre saiba o seu tamanho e aquilo que você vem conquistando para o povo de Minas. Saiba que, quando você for chamado para missões maiores, não deve ter medo de enfrentá-las, porque você tem um exército de pessoas do bem ao seu lado, pela admiração que você conseguiu ter dessas pessoas. Que Deus sempre abençoe a Casa do Legislativo mais importante do Brasil. Viva a Assembleia! Obrigado, gente.

O presidente – Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Antonio Carlos Arantes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 61 deputados. Portanto, há quórum para votação.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, em Plenário, do ex-deputado desta Casa e deputado federal Weliton Prado – seja sempre bem-vindo ao Parlamento – e do ex-deputado estadual Jorge Ali – um abraço a V. Exa. Da mesma forma, a presidência registra a presença, nas galerias, dos alunos do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Cataguases – sejam bem-vindos também ao Parlamento.

Questões de Ordem

O deputado Lucas Lasmar – Pela ordem, presidente. Presidente Tadeu, primeiramente, gostaria de parabenizá-lo por sua condução e liderança na solução da dívida do Estado de Minas Gerais. Ontem foi aprovado o Propag – projeto de lei de autoria do presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco. Eu quero parabenizar o senhor por ter levado essa demanda tão importante. Um dos maiores problemas do Estado de Minas Gerais foi conduzido pelo senhor, o nosso presidente, o nosso líder, que está fazendo um grande trabalho pela união – e não pela divisão – da política de Minas Gerais em prol da solução das questões. Quero parabenizá-lo e dizer ao senhor que nós conseguimos a maioria absoluta dos deputados para fazermos uma reunião especial para homenagear o senhor e também o senador Rodrigo Pacheco, pela solução da dívida. Há um ano, jamais imaginaríamos que esse projeto estaria aprovado neste momento, para trazer a solução dos problemas dos servidores do Estado, os quais não conseguem ter, em seu holerite, os seus direitos de reajuste e de gratificações a receber, devido ao problema da dívida. Quero parabenizar o senhor. Vamos protocolar, e o senhor tem um mérito muito importante nisso.

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, só vou fazer este registro de maneira muito breve. Gostaria de cumprimentar V.Exa. e todos os deputados que estiveram envolvidos nesse processo, reconhecer e respeitar a participação muito importante que nós tivemos do bloco de oposição desta Casa, que fez um trabalho muito importante, de construção positiva. A crítica pela crítica vale muito pouco na política, mas quando a crítica é acompanhada de proposições, de ideias, de sugestões, isso precisa ser reconhecido. O bloco de oposição desta Casa teve um papel importante, deu uma contribuição importante a esse debate, que foi muito republicano, e reconheceu o trabalho de liderança de V.Exa. e do senador Rodrigo Pacheco, que foi um estadista por Minas Gerais. O que o senador Rodrigo Pacheco fez, o que V.Exa. fez, o que vocês dois, juntos, fizeram tem que ser lembrado na história de Minas Gerais. É talvez a página mais importante da construção política recente de Minas. Na política, nós apanhamos muito, o tempo todo, e esse talvez seja o ônus da opção de vida que nós fizemos, mas é preciso reconhecer quando homens públicos têm posições à altura dos cargos que eles têm. V. Exa. foi um gigante nessa causa. O senador Rodrigo Pacheco – que tem sofrido muito com ataques, com injustiças, com agressões, e que é uma pessoa da melhor qualidade na política e no trato pessoal – e V.Exa. merecem o nosso reconhecimento, assim como todos os deputados desta Casa que estiveram alinhados nesse processo. Parabéns. Essa é uma vitória dos Parlamentos – do Parlamento de Minas e do Senado da República. Obrigado.

O presidente – Antes de iniciar a votação – e já vamos iniciar com o primeiro projeto, do deputado Arlen, em pauta – gostaria apenas de dizer e reafirmar que, de fato, ontem foi um dia histórico para o País, mas, especialmente, para o Estado de Minas Gerais. E quero, de público, agradecer a todos os deputados e deputadas, porque se não fosse o movimento desta Casa – por meio de todos os parlamentares –, se não fosse a participação fundamental do presidente Pacheco, do governo federal, do governo do Estado, talvez nós não tivéssemos escrito, na história do nosso estado, essa bonita página, de modo que, depois de 30 anos, se Deus quiser, nós vamos conseguir amenizar o problema da dívida do nosso estado, graças a esse movimento. Por isso, a gratidão a todo este Parlamento.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 573/2023, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” da deputada Ana Paula Siqueira e dos deputados Betinho Pinto Coelho, Caporezzo e Duarte Bechir. Portanto, votaram “sim” 63 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 573/2023 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vitor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 807/2023, da deputada Maria Clara Marra, que confere ao Município de Patrocínio o título de Capital Estadual do Café. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Tito Torres. Portanto, votaram “sim” 61 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 807/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Agropecuária.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 59/2024, da Mesa da Assembleia, que institui regime de previdência complementar para parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Carlos Henrique e Tito Torres e da deputada Marli Ribeiro. Portanto, votaram “sim” 62 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Hely Tarquínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.191/2024, do deputado Grego da Fundação, que institui o Dia Estadual do Cirurgião Oncológico. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Alencar da Silveira Jr. e Gustavo Santana. Portanto, votaram “sim” 63 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 55 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.191/2024 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)

Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.169/2015, do deputado Noraldino Júnior, que dispõe sobre a proibição do comércio de animais em *pet shops* e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto, salvo emendas.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Bim da Ambulância. Portanto, votaram “sim” 55 deputados; votaram “não” 4 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emendas.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

– Registraram “não”:

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Eduardo Azevedo (PL)

Sargento Rodrigues (PL)

O presidente – Em votação, as Emendas nºs 1 a 3.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Duarte Bechir, Leleco Pimentel e Leonídio Bouças. Portanto, votaram “sim” 48 deputados; votaram “não” 4 deputados. Estão aprovadas as emendas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.169/2015 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vítório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
– Registraram “não”:

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Eduardo Azevedo (PL)

Sargento Rodrigues (PL)

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.931/2020, do Tribunal de Justiça, que altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, eu gostaria que a assessoria da Mesa trouxesse o processo físico. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, eu deixei de discutir a matéria. Sabemos do empenho de V. Exa. em tentar encontrar o mínimo de convergência nessa matéria, uma matéria muito polêmica, mas eu não poderia deixar aqui de me manifestar, sob pena de não voltar para casa com a minha consciência tranquila enquanto legislador. O Projeto de Lei nº 1.931, que cria fundo – e uma boa parte desse fundo será dividido entre o Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário –, traz algumas questões de que nós discordamos em relação aos serviços, especialmente à parte mais fraca desse processo. Os registradores, que fazem o registro de casamento, de óbito, de nascimento e que são os responsáveis por fazer a parte do projeto social, estão saindo... Eu não vou falar “prejudicados”, deputado João Magalhães, porque a palavra não é “prejudicado”, mas a divisão desse percentual deveria ser mais justa. Hoje, quem mexe com a parte mais vantajosa do processo, que são os registros de imóveis e protestos, está ficando com a fatia de 1,34%, o que daria perfeitamente para cobrir todos os seus gastos, e sobrariam muitos recursos. Já os registradores, que trabalham com nascimento, com casamento e com óbito, estão ficando com a parte menor.

Esse é um ponto que nos incomoda muito. Dr. Hely, sabe por quê? Toda aquela parte gratuita de óbito, nascimento, casamento, tudo aquilo, que é o social, quem faz são os registradores; e também a divisão dessa matéria. Tanto é que eu, o deputado Doutor Jean e o deputado Leonídio ficamos até tarde ontem conversando, numa tentativa de convencer o deputado Roberto Andrade, relator da matéria, a acatar as nossas sugestões. Não foram acatadas. A matéria continuou do mesmo jeito que estava, apesar de eu e o Doutor Jean termos apresentado aqui três emendas corretivas. Não houve consenso no acordo de líderes, Doutor Jean, para que as emendas pudessem ser votadas, dando outra oportunidade aos colegas parlamentares. E, é óbvio, além disso, nós temos aqui um acréscimo de 12% no lombo do cidadão, que vai pagar a mais na venda de um imóvel. “Ah, deputado, mas é a faixa acima.” Do jeito que o País está andando, ninguém aguenta mais pagar mais impostos, mais taxas. E, nesse ponto, ao meu ver, não há conciliação, não há convencimento, não há argumento na face da terra que me convença a tributar o cidadão em 12% na venda do seu imóvel. De jeito nenhum! Não voto de jeito nenhum!

Eu sei que a matéria precisa ser apreciada, tanto é que eu e o Doutor Jean evitamos uma obstrução lá nas comissões, porque a gente sabia da preocupação que envolve outros Poderes e órgãos independentes da matéria, mas eu jamais votaria uma matéria favorável a taxarem em 12% a mais. Quando falam em cartório, a gente já dá um salto para trás, Doutor Jean. Falou-se em cartório, e

a gente já põe um pé atrás. E não aguentamos, porque nós também chegamos ao cartório, e é taxa disso, taxa daquilo. Você vai pegar uma certidão de casamento com averbação de divórcio, e ela só dura 90 dias, Doutor Jean, só dura 90 dias! Você paga mais R\$60,00, R\$70,00 porque passam três meses e o advogado que está lidando com o processo pede outra. Ou, se você vai fazer qualquer outra ação que necessite juntar uma averbação de divórcio, ela só dura três meses, só três meses!

São taxas e taxas e taxas infundáveis dos donos de cartório, e eu não vou chancelar mais 12%. As emendas que eu, o Doutor Jean e o deputado Leonídio tentamos emplacar eram emendas para tentar fazer com que a parte mais fraca desse processo todinho, o qual está sendo colocado nessa matéria, de forma que os registradores ficassem com – eu diria – uma pequena divisão. Em vez de ficar com 5,66%, ficassem com 6%, e os registros de imóveis e protestos ficassem com 1%.

Doutor Jean, eu vou até deixar de entrar aqui, hoje... A minha fala vai para V. Exa., para o deputado Leonídio, presidente da comissão, e, de forma muito especial, para o presidente da Casa, nosso querido deputado Tadeu Martins Leite. Eu não vou nem adentrar na outra parte regimental em relação à questão da relatoria. Não vou deixar de entrar, mas eu tenho certeza de que, mais adiante, nós teremos que tratar desse assunto com absoluta – eu diria – firmeza, clareza e isenção. Não pode continuar da forma como está.

Já vou encerrar o meu encaminhamento. O meu voto, presidente, é “não”, porque entendo que a divisão não atendeu os critérios mais justos. Por fim, eu não votaria uma matéria que aumenta em 12%.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, pelo mesmo motivo que o deputado Sargento Rodrigues colocou as questões do seu voto “não”, eu quero deixar isso registrado, em nome da minha consciência, que não ia ficar em paz ao voltar para a casa. E faço isso com muita tranquilidade. Deputado Sargento Rodrigues, eu gosto de citar sempre isto: em muitos e muitos pontos, nós dois pensamos diferentes, não é, Sargento? V. Exa. é um deputado da direita, eu sou um deputado da esquerda, mas, em muitos pontos, a gente converge. E esse ponto tem também esse caminhar juntos.

Eu quero deixar registrada a importância da votação desse PL, principalmente a questão da criação do fundo da Defensoria, que faz um trabalho importantíssimo em todo o Estado. Mas eu quero deixar registrado o meu voto “não”. Eu me solidarizo com os registradores civis, que fazem um trabalho importante por todo este estado. São eles que mais fazem, em todo o Estado, os atos gratuitos. Sabe aquela questão de quando o pirão é pouco, a farinha é pouca e a gente tem que aumentá-la para aumentar o pirão, mas todo mundo quer uma fatia do pirão? Em relação ao recurso que os registradores civis usam para pagar os atos gratuitos, a maioria deles não paga a tabela cheia. Os registradores recebem menos por aqueles recursos. Há muito tempo, vem-se fazendo o movimento aqui e, em outros estados, isso é feito de forma diferente. Que se aumente a fatia, para que eles possam aumentar o seu trabalho. Inclusive, esse projeto diminui, aponta que aquilo que eles gastam em questões sociais tem que diminuir, enquanto eles querem é aumentar. Hoje, eles já gastam o equivalente a 4.000 Ufemgs, e o projeto fala que eles vão ter que gastar dois. E eles querem é aumentar.

Esse projeto fala também da questão do recurso que vai para os registradores de imóveis, protestos. Parte dele pode ser destinado a entidades de classe; nós somos contra. Apresentamos emenda para que todo esse recurso, mesmo aceitando que 1,34% fosse para os registros de imóveis e protestos, mas que todo ele fosse usado em regularização fundiária. Não foi aceito o acordo.

Eu quero registrar o meu voto em solidariedade aos registradores civis, que são muito mais. Proporcionalmente ao trabalho que eles fazem, em relação ao número que são, eles vão receber menos proporcionalmente. A verdade é essa. Então fica aqui este registro do meu voto “não”.

O presidente – Obrigado, Doutor Jean Freire. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães – Obrigado, Sr. Presidente. Quero apenas fazer uma correção. O colega Sargento Rodrigues afirmou que esse projeto aumenta em 12% os emolumentos. Essa informação não procede, ela não é verídica. Houve apenas um aumento de uma faixa para contemplar a criação dos fundos que vamos votar na sequência. Por isso, orientamos o voto “sim” ao projeto de lei. Obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Bim da Ambulância e Gil Pereira. Portanto, votaram “sim” 54 deputados; votaram “não” 5 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.931/2020 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)
– Registraram “não”:
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Leonídio Bouças (PSDB)
Sargento Rodrigues (PL)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2022, do deputado Bruno Engler, que dispõe sobre a implantação de segurança armada nas escolas da rede estadual de ensino e dá outras providências. A Comissão de Segurança Pública

opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Presidente, de maneira muito breve, porque eu não quero atrasar a votação, vou apenas tranquilizar os colegas. Esse é um projeto que sai da Comissão de Segurança Pública, em um texto de convergência, inclusive, com a oposição. Já expliquei para o pessoal do governo – o secretário Gustavo, o líder João Magalhães – que se trata de um projeto autorizativo, que visa a criar previsões de medidas para proteção das crianças e de todos aqueles que estão no ambiente escolar. Então esse é um projeto muito tranquilo para a gente gerar escolas mais seguras no nosso estado.

O presidente – Obrigado, deputado Bruno. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, eu quero desejar um bom dia, primeiro. Na sequência, neste encaminhamento da votação, eu quero dar uma devolutiva a todos os colegas e à sociedade. Esse projeto originalmente tinha muitos problemas. Fiz várias discussões em comissões – na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e também na Comissão de Segurança Pública –, porque eu tinha dois grandes receios. Um desses receios se relacionava à substituição do papel da Polícia Militar, que é a responsável pela segurança pública, e o outro grande receio era o governo do Estado ter autorização para contratar grupos privados, armados, havendo armamento ostensivo dentro das escolas estaduais.

Nós fizemos muitas discussões e, no 1º turno, nosso bloco votou contra esse projeto, por entender que não era esse o lugar para o enfrentamento da violência de que hoje as escolas são vítimas. No 2º turno, com as discussões realizadas na Comissão de Segurança Pública, foi possível retirar a segurança armada, privada e ostensiva – que estava no projeto original – da proposta. Então, de fato, o que chega ao Plenário é uma convergência de esforços em que a escola, em grande medida, foi escutada quando nós levamos os nossos questionamentos. E, no texto, vem a segurança – desculpa –, vem a vigilância patrimonial, que era algo que nós defendíamos quando o governo Zema retirou das escolas estaduais, sobrecarregando ainda mais as diretoras de escola.

Então quero dar essa devolutiva porque, como eu fiz muitas discussões a respeito na última reunião da Comissão de Segurança Pública, foi possível construir convergências no texto que chegou ao Plenário. Então eu quero prestar contas à sociedade e aos colegas, porque foi um assunto que nós tratamos com a necessidade, com a importância e com o zelo necessário, para preservar as nossas escolas estaduais e também o trabalho das forças de segurança pública, que não podem, em momento algum, ter qualquer abertura para serem substituídas por grupos privados, no modelo de privatização.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Rapidamente, presidente, acho que a deputada Beatriz já esclareceu que, embora o título do projeto seja a implantação de segurança armada, privada, nas escolas, essa segurança armada, privada, não está autorizada pelo substitutivo do projeto de lei. É um trabalho muito importante que foi feito pela deputada, pelo bloco, para evitar que as nossas escolas sejam militarizadas, para evitar que as armas nas mãos de civis convivam com crianças e adolescentes.

Eu queria aproveitar esta oportunidade para falar sobre a importância de, aí sim, um reforço no trabalho da Polícia Civil de investigação dos ataques nas escolas. Em quase todos os casos, antes de um ataque acontecer dentro de uma escola, ele passa por um grupo de ódio, ele passa por uma *deep web*, ele passa por mecanismos que existem dentro da internet e que, muitas vezes, colocam toda a sociedade em risco, em especial as nossas crianças. Por isso ressaltar a importância da regulamentação do marco da internet no Brasil.

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Amanda Teixeira Dias.

A deputada Amanda Teixeira Dias – Sr. Presidente, colegas deputados, eu queria escancarar aqui a hipocrisia da esquerda. Por que as pessoas que têm condição colocam os filhos em escolas que têm câmeras, que têm seguranças, e, nas escolas públicas, nas escolas estaduais, não podemos colocar câmeras de segurança e segurança para os alunos. A gente vê tantos ataques brutais que os estudantes sofrem. Eu acho uma tremenda hipocrisia, porque tenho certeza que muitos deputados aqui moram em condomínios que

tem câmeras, que tem seguranças; deputados que já solicitaram escolta policial. Então, para o aluno da escola pública, a gente quer o melhor, e o melhor é segurança, assim como nós queremos também para os nossos próprios filhos. Muito obrigada.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cassio Soares.

O deputado Cassio Soares – Sr. Presidente, eu queria pedir vênias aos colegas, autorização para a gente seguir com a votação. Justificativas, declarações de voto, que fiquem para o final da votação. Nós temos uma pauta extensa, e é praticamente o último dia de votação que nós temos aqui, neste ano. Então nós temos questões importantes para discutir. Vamos avançar. É um apelo que eu faço aos colegas.

Questão de Ordem

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, é só uma questão importante. Quando a gente vê a ementa, “dispõe sobre a implantação de segurança armada nas escolas da rede estadual”, ela foi alterada. Eu quero é contribuir no conteúdo mesmo. A ementa foi alterada. O projeto não trata mais disso, não é? Está aqui: “Altera a Lei nº 23.366, que institui a política estadual de promoção da paz nas escolas, a ser implementada nos estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual de educação”. Era só um esclarecimento. Está bem? Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz. Apenas para reafirmar a V. Exa. que a ementa será alterada na redação final, porque ainda o projeto está sendo apreciado para votação. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.595/2022 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Douglas Melo (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 817/2023, da deputada Macaé Evaristo e outras, que institui o Estatuto da Igualdade Racial no Estado. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa as Emendas nºs 1 e 2, que foram publicadas na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do deputado Bruno Engler e outros, que receberam os nºs 1 e 2, e, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia a todos os colegas. Tendo em vista que ainda temos muitas matérias para votar – inclusive fizemos um compromisso aqui, na Casa, de não obstruir, para que cada um pudesse votar da maneira que achar melhor –, eu ocupo esta tribuna única e simplesmente para explicar o teor das emendas que serão votadas, uma vez que não teremos a oportunidade de encaminhá-las. Votaremos o projeto e depois as emendas logo em seguida, sem a oportunidade de encaminhamento. São duas emendas supressivas, emendas extremamente simples, que no meu entender, sanam o que há de errado com esse projeto. Eu acho que, se acatadas essas emendas, esse será um bom projeto. É um projeto com o qual eu não tenho dificuldade. Então só para V. Exas. entenderem o teor das emendas, eu vou explicá-las. A Emenda nº 1 suprime o art. 55 do substitutivo, que prevê uma cota de 30% em concursos públicos. Eu, como pessoa, como parlamentar, não acho que o Estado deva discernir as pessoas por etnia, por cor de pele. Como a gente vai aferir isso? Vai ser por autodeclaração? Nós vamos instituir aqui, em Minas Gerais, tribunais raciais? A gente vai ver aquela situação ridícula que vimos em uma universidade, onde havia dois irmãos gêmeos, sendo que um foi considerado branco e o outro foi considerado negro? Eram dois irmãos gêmeos de pai e mãe. Então é uma coisa que, no meu entender, não cabe. A Emenda nº 1, para que V. Exas. entendam, é uma emenda supressiva que retira essa previsão de 30% de cota em concurso público. Então a gente vota o principal, vota o estatuto, mas tira essa cota de 30%, que no meu entender, não cabe. A Emenda nº 2 é também uma emenda supressiva que suprime do inciso IX do art. 4º a expressão “identidade de gênero” e nos incisos VII e IX do art. 12 as expressões “LGBTfobia e identidade de gênero” de novo. No meu entender, são coisas que não cabem no projeto. O que a gente observa é que muitos colegas, ao entenderem que há uma dificuldade de tratar desses temas, ao perceberem que eles não chegariam ao Plenário ou seriam derrotados no Plenário, colocam temas em matérias que não cabem. Então pegam uma pauta legítima, como é a questão da igualdade racial, que todos concordam – eu concordo, a minha bancada concorda –, e

aí vêm com esse negócio de LGBTfobia e identidade de gênero, mais uma vez voltando na tecla da ideologia de gênero, que tantas vezes foi derrotada neste Parlamento e em outros ambientes. Isso é só para que os senhores entendam o que estamos votando.

Deixo aqui o meu apelo. Não tenho nada contra o projeto em si, mas peço voto favorável à Emenda nº 1, que é a retirada da previsão dessa cota, e à Emenda nº 2, que é a retirada dessas expressões de “identidade de gênero”, “ideologia de gênero”, que nada cabem e nada acrescentam nesse projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Bruno. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Leninha.

A deputada Leninha – Bom dia aos colegas que nos acompanham pela TV Assembleia. Eu queria fazer três destaques, companheiros e companheiras, amigos e amigas. Quanto a esse processo do estatuto, nós percorremos sete territórios deste estado para ouvir os movimentos sociais, para ouvir as organizações de pesquisa, para ouvir o povo do terreiro, o povo preto da favela, esquecido por anos por este estado. Nós percorremos sete territórios. Nós temos a construção mais bela deste país. Nós fizemos uma escuta criteriosa, com cuidado. Nós não podemos, agora, depois de todo esse processo, alterar, passar por cima de um debate que foi extremamente democrático.

São duas emendas. A primeira delas trata da questão das cotas. Existe uma lei federal, minha gente. Em Minas Gerais, não existe esse percentual. A lei federal fala em 20% e o Paulo Paim, autor do Estatuto da Igualdade Racial neste país, está colocando 30%. E o nosso debate aqui é para fazer reparação: que o Estado de Minas Gerais e que esta Casa acompanhem toda a reflexão de quem vive lá, na ponta, todo racismo, preconceito, toda perseguição pela cor da pele, pela textura do cabelo. Por isso nós queremos manter o projeto, na sua versão original, pelo processo que foi construído e por achar que esta Casa também tem que fazer justiça e reparação neste país.

A segunda coisa não é novidade nesta Casa. Nós existimos, nós somos mulheres, nós precisamos de política pública. Voltar para o debate de gênero nesta Casa, para mim, é reduzir demais, é enxergar o pequeno. Nós somos diversos, somos de várias cores, somos mulheres do campo e da cidade, mulheres cis, somos mulheres na sociedade. Querer apagar o nosso gênero, nos projetos de lei desta Casa, é querer nos aniquilar, apagar a nossa história. Nós, parlamentares que estamos aqui, estamos aqui para dizer que não vamos mais aceitar, de forma calada. Nós não vamos omitir o que a sociedade, durante todo esse período do patriarcado, fez com a gente: eles nos calaram, nos silenciaram, nos tiraram deste lugar. Mas agora nós estamos aqui. Estamos aqui com a força e a coragem da nossa ancestralidade, de todas as mulheres dos cantos deste estado, que estão aqui para dizer: nós merecemos, sim, ter política específica, porque nós parimos, porque nós gememos em dores de parto, porque nós estamos guardiãs do cuidado com todas as vidas, inclusive de todos vocês que aqui estão; somos nós mulheres. Por isso nós não podemos ser tratadas iguais. Nós não queremos ser aniquiladas e anuladas no projeto de lei desta Casa. É por isso que o nosso apelo aos colegas é que a gente mantenha o texto original, em respeito ao processo democrático construído durante um ano. Depois de um ano, a gente chegou à reta final e destacamos duas emendas que, para nós, são muito importantes. Por isso eu peço a cada um de vocês, que têm mãe, que têm irmã, que têm amigo, qualquer mulher na família: nós queremos, sim, ampliar a nossa política aqui, no Estado de Minas Gerais. Então, eu agradeço e peço: por favor, rejeição às emendas e manutenção do texto original do nosso estatuto, construído ao longo desses anos. Muito obrigada.

O presidente – Obrigada, deputada Leninha. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Caporezzo.

O deputado Caporezzo – Bom dia, presidente. Bom dia, colegas deputados estaduais. Eu realmente me preocupo muito com um projeto de lei como esse. Por qual motivo? Eu desconheço essa variedade de raças. Eu pertencço a uma só raça, que se chama raça humana. Eu desconheço alguma raça diferente dessa. Agora, existem etnias: branco, preto, amarelo, vermelho. Pode-se falar o que for nesse sentido, o que eu sei é que esta pauta demonstra um alinhamento da esquerda com a política norte-americana.

Eles importaram a pauta racial para o Brasil, porque o que existe de mais característico da nossa gente e do nosso povo é a miscigenação. O povo brasileiro é um povo miscigenado, com muito orgulho. Então eu sou contra esse tipo de política identitária que acaba gerando segregação. É sempre a mania da luta de classes da esquerda de jogar o pobre contra o branco, a mulher contra o

homem, focando agora também nessa parte racial. Eu já falei que o correto é a etnia, mas o mais interessante é essa necessidade que a esquerda tem de colocar jabuti em tudo, e o jabuti máximo, o mais querido da esquerda, chama-se ideologia de gênero, LGBTQIA+fobia e essas expressões todas.

Esperem um pouquinho, isso aqui não é um projeto de lei para ajudar a diminuir as desigualdades que seriam raciais? O que tem a ver a identidade de gênero com isso? É mais, como alguém defende que isso aí seria algo para favorecer a mulheres, meu Deus do céu! A única coisa que a identidade de gênero faz é destruir as mulheres, a começar pelo esporte, porque agora sempre existe um homem que se sente mulher para subir num ringue e quebrar a mulher na porrada. É só isso que eu vejo acontecer. O engraçado é que, em sentido oposto, eu nunca vi uma mulher trans, que é um homem, indo competir... Eu até me confundo um pouco com isso. Na verdade, eu nunca vi a mulher trans, que é o homem trans que nasceu mulher e que se sente homem, subindo à categoria masculina para competir com outros homens. Você só vê o contrário. É sempre na base da covardia.

Acima de tudo, eu sou um cara que tenho a minha história. Eu sou de origem pobre e não sou contra cota, cota social, por causa da dificuldade da vida que a pessoa enfrenta. Então, se você quer fazer uma cota, faz uma cota social, mas fazer uma cota de 30%... Por favor, façam uma cota para os ítalo-descendentes, já que eu sou descendente de italiano; façam também uma cota para os ítalo-descendentes, porque eu quero ser favorecido. Está bom?

Eu sou contra esse projeto de cima a baixo, e essa é a minha orientação. Obrigado, presidente. A direita vive em Minas Gerais.

O presidente – Obrigado, deputado Caporezzo. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Muito obrigada, presidente. Eu queria cumprimentar cada deputado e cada deputada presente à Mesa, cumprimentar os trabalhadores da Assembleia e o público que nos ouve.

Hoje é um dia histórico para o Estado de Minas Gerais, o dia da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, e eu queria celebrar as quatro mulheres que conduziram um processo que girou o Estado de Minas Gerais e mobilizou muitas pessoas na construção desse estatuto: hoje a nossa ministra e anteriormente deputada Macaé Evaristo; a nossa vice-presidenta Leninha; a deputada Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos; a deputada Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Elas fizeram esse trabalho primoroso de construção de um estatuto, porque, para o Brasil, não foram importadas ideias. Infelizmente a nossa história é marcada pelo sequestro e pela escravização de pessoas negras.

A escravização e o sequestro de pessoas negras do continente africano para o Brasil gerou, infelizmente, um processo de racismo estrutural que precisa ser desmontado – como eu posso dizer isso? –, superado, para que a gente consiga, de fato, ver o Brasil um país livre, soberano, com oportunidade e com dignidade para todas as pessoas. É disso que trata o texto da lei. Eu peço aos deputados e às deputadas que aprovem esse texto na sua versão original, conforme debatido em dezenas de plenárias que aconteceram pelo interior de Minas Gerais e com muitas pessoas.

Eu também não poderia deixar de vir aqui dizer que entre as pessoas negras também existem pessoas LGBTQs e que a sobreposição do racismo à LGBTQfobia produz violências muito próprias. Assim como eu tenho certeza que a presença de quatro deputados construindo o Estatuto da Igualdade Racial é um avanço, eu também fico muito triste de ver como alguns deputados escolhem as pessoas LGBTQs como alvo de aniquilação, de destruição, de apagamento.

O lugar que ocupo dentro da Assembleia é muito solitário. Eu não poderia deixar de trazer esse tema hoje, nesta votação. Hoje, a LGBTQfobia é considerada, no Brasil, crime análogo ao de racismo. Ambos se encontram na estrutura da sociedade, promovendo mortes, assassinatos, violência, retirada de oportunidades e sofrimento para milhares de pessoas. Nós não queremos ser aniquilados, nós não queremos continuar sofrendo. Nós queremos construir o Estado Brasileiro e participar dele, do Estado de Minas Gerais com dignidade, e é sobre isso que o estatuto hoje versa.

Eu agradeço muito às deputadas por não terem, em nenhum momento, se esquecido de que, entre negras e negros, existem pessoas com deficiência, pessoas LGBT, pessoas diversas e que essas camadas de preconceitos que sofrem se sobrepõem ao racismo e devem ser igualmente enfrentadas. Então, “sim” pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Parabéns, vice-presidenta Leninha, pela condução desses trabalhos.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Ricardo Campos. Portanto, votaram “sim” 53 deputados; votaram “não” 6 deputados. Está aprovado o substitutivo, salvo emendas.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Hely Tarquínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)
– Registraram “não”:
Amanda Teixeira Dias (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Caporezzo (PL)
Coronel Henrique (PL)
Eduardo Azevedo (PL)
Sargento Rodrigues (PL)
O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “não” dos deputados Elismar Prado e Hely Tarquínio e da deputada Ione Pinheiro. Portanto, votaram “sim” 39 deputados; votaram “não” 20 deputados. Está aprovada a Emenda nº 1.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)

Marli Ribeiro (PL)

Nayara Rocha (PP)

Rafael Martins (PSD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

– Registraram “não”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)

Doutor Jean Freire (PT)

Elismar Prado (PSD)

Hely Tarquínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Marquinho Lemos (PT)

Professor Cleiton (PV)

Ricardo Campos (PT)

Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 26 deputados; votaram “não” 33 deputados, totalizando 59 votos. Está rejeitada a Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 817/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gustavo Santana (PL)
Leandro Genaro (PSD)
Lud Falcão (PODE)
Marli Ribeiro (PL)
Nayara Rocha (PP)
Rafael Martins (PSD)
Sargento Rodrigues (PL)
Zé Laviola (NOVO)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Cristiano Silveira (PT)

Doutor Jean Freire (PT)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marquinho Lemos (PT)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)

O presidente – Antes de passar para o próximo projeto, a presidência agradece também a toda a Casa. Esse foi um projeto extremamente discutido, que, obviamente, nasceu de um trabalho deste Parlamento, mas com toda a sociedade. É fundamental a aprovação desse projeto para a gente poder, cada vez mais, reforçar, reconhecer e reafirmar a importância de todos e de todas no nosso estado. Eu quero aproveitar para agradecer à deputada Leninha, nossa 1ª-vice-presidente, e, por meio dela, a todas as deputadas, especialmente à deputada Macaé Evaristo, hoje ministra, que fez um trabalho fundamental. Obrigado a todos. Parabéns por essa conquista ao nosso estado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.376/2023, do deputado Zé Guilherme, que altera a Lei nº 20.782, de 19 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de bolsa-atleta e bolsa-técnico no âmbito do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.376/2023 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Douglas Melo (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.564/2024, do governador do Estado, do procurador-geral de Justiça e da Defensoria Pública, que altera a Lei nº 15.424, de 30/12/2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências, e institui o Fundo de Estruturação do Ministério Público e o Fundo Especial de Garantia do Acesso à Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Ricardo Campos, que recebeu o nº 1; e, nos termos do inciso I do art. 228 do Regimento Interno, deixa de receber a Emenda nº 1, por tratar de assunto não versado na proposição principal. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 62 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.564/2024 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)
– Registraram “não”:

Eduardo Azevedo (PL)

Sargento Rodrigues (PL)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.191/2024, da Mesa da Assembleia, que altera a Lei nº 14.646, de 24/6/2003, que dispõe sobre o Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 63 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.191/2024 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Caporezzo (PL)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 222/2023, do deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Monte Carmelo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 64 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 222/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)
Douglas Melo (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vitor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 511/2023, do deputado Leleco Pimentel, que cria o marco regulatório para a educação do campo, das águas e das florestas, que funciona pela pedagogia da alternância, equiparando as escolas famílias agrícolas às escolas públicas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Presidente, eu vou ser breve. Primeiro, por um dever de consciência, me comprometi a subir a esta tribuna, para, ao mesmo tempo que peço o voto dos deputados, dizer que, pela minha expressão que aqui foi colocada há dias e que a muitos ofendeu, peço desculpas aos deputados. E o faço com dever de consciência, porque, ao sermos chamados de hipócritas, nós todos nos sentimos ofendidos. Eu proferi uma palavra que acabou atingindo a todos. Por essa razão, peço desculpas aos deputados e deputadas, o que me coloca no dever de consciência de cuidar para que esta Casa tenha zelo para com aqueles e aquelas que em nós votaram e que acompanham, a partir dos nossos projetos de lei, as mudanças que estes provocarão na vida de cada uma e cada um. Então, eu o faço com o dever de consciência e com esta publicidade.

Mas a alegria que tive aqui hoje... Quero destacar a presença da Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas. Estão presentes conosco Idalino, que é da coordenação, junto com João Begnami, Ricardo, Mônica, Jane, a Rede Mineira de Educação do Campo. Nós todos estamos muito felizes com a vitória de trazer ao Plenário o Projeto de Lei nº 511. Para entendimento, professor Dr. Hely: o que está em discussão hoje é que um aluno da escola família agrícola, ao fazer um vestibular para o Estado, era comparado a um aluno da escola particular. Até mesmo a alimentação escolar não chega àquela escola, porque o Estado entende que ali há uma escola particular. Nós, na verdade, estamos tratando da pedagogia da alternância e tratando daquilo que o Estado não deu conta, ou seja, da educação do campo contextualizada e como um dever do Estado. Portanto, esse projeto de lei equipara as escolas e os alunos, e o protagonismo é das escolas famílias agrícolas.

Eu quero, rapidamente, dizer que assinam esse projeto de lei a EFA Paulo Freire, de Acaiaca; a EFA Camões, de Sem Peixe; a EFA Puris, de Araponga; a EFA Dom Luciano, de Catas Altas da Noruega; a EFA Margarida Alves, de Simonésia; a EFA Margarida Alves, de Conceição de Ipanema; a EFA Efan, de Natalândia; a EFA Tabocal, de São Francisco; a EFA de Cruzília; a EFA de Veredinha, de Araçuaí, de Virgem da Lapa; a EFA Jacaré, em Itinga; a EFA Nova Esperança, em Taiobeiras; a EFA Bontempo, em Itaobim; a EFA Vida Comunitária, em Comercinho; a EFA Renascer, em Jequitinhonha; a Efaçil de Itaipé; a Efaset, de Malacacheta; e a Efasa de Serra dos Aimorés.

Eu peço para que todos que aqui estão entendam que é justamente no projeto Pé-de-Meia que se corrigiu também essa negação do Estado àqueles que se reuniram de forma autogestionada para organizar uma associação e dar conta da educação contextualizada do campo. Foi com o Pé-de-Meia, por uma emenda do deputado federal Padre João, que os alunos começaram a receber também o recurso e que, a partir de então, começa-se a trabalhar contra essa evasão escolar, que, no campo, é maior. É dia de vitória para a educação no campo e do campo. E o protagonismo é também dos deputados e deputadas da Assembleia Legislativa, que será a primeira Casa a aprovar e a equiparar essas escolas e esses alunos aos de escola pública.

Muito obrigado. Peço a todos o voto para que a gente possa, também na Comissão de Educação, voltar com esse projeto de lei no 2º turno. Sabem por quê? Porque ano que vem, em fevereiro, haverá, em Minas Gerais, o Encontro Nacional da Pedagogia da Alternância, e nós poderemos dar esse grande presente para o campesinato, para a agricultura familiar e para a educação do campo no Brasil. Muito obrigado. Peço que possam votar conosco.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Elismar Prado. Portanto, votaram “sim” 55 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 511/2023 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.153/2023, da deputada Lohanna e do deputado Fábio Avelar, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência – CIS-URG Oeste – o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” da deputada Andréia de Jesus e dos deputados Leleco Pimentel e Noraldino Júnior. Portanto, votaram “sim” 62 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.153/2023 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Douglas Melo (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.205/2024, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de laudo cautelar veicular na comercialização de veículos seminovos ou usados. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Defesa do Consumidor opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em

discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, quero só deixar isto registrado a V. Exa. Já comuniquei ao líder de governo e vou comunicar ao deputado Alencar da Silveira Jr. No 2º turno, deputado, nós precisamos corrigir o art. 4º. Essa aberração não pode perdurar. O líder de governo já disse que passou a matéria ontem, exatamente para poder corrigir no 2º turno. O art. 4º diz o seguinte: “A vistoria cautelar veicular deverá atender a critérios de padronização estabelecidos pela associação de classe”. Quem estabelece critérios é o Estado; quem tem poder de polícia é o Estado, não uma associação. Então só quero deixar isso registrado. Se esse projeto chegar aqui assim, em 2º turno, a obstrução à matéria será total. Quem estabelece critérios é o Estado, não a associação. É apenas isso, presidente. Meu voto é “sim”.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Carlos Henrique e Enes Cândido. Portanto, votaram “sim” 55 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.205/2024 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Desenvolvimento Econômico.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.906/2024, do governador do Estado, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027, para o exercício de 2025. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3, 39, 44, 46, 65, 97, 105, 121 e 152, apresentadas por parlamentares;

com as Emendas nºs 2, 4, 5, 18, 21, 22, 28, 29, 34, 37, 38, 40, 45, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 95, 109, 113, 123, 134, 145, 158, 160, 161, 168 a 173 e 175, apresentadas por parlamentares, na forma das respectivas Subemendas nº 1; com as Emendas nºs 159, 163 a 165 e 174, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com a Emenda nº 176, apresentada pelo governador do Estado; e com as Emendas nºs 177 a 270, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 12 a 16, 19, 20, 27, 30 a 33, 35, 36, 41, 42, 47 a 50, 52, 54 a 64, 67 a 69, 71, 73 a 75, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 89 a 94, 96, 98 a 104, 106 a 108, 110 a 112, 114 a 118, 120, 122, 124 a 133, 135 a 144, 146 a 151 e 153 a 157. As Emendas nºs 6, 7, 8, 9, 23, 24, 25, 26, 162, 166 e 167 foram retiradas pelo autor. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 10, 11, 17 e 88. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos os colegas, deputados e deputadas.

Eu vou falar muito rapidamente, porque também precisarei encaminhar no orçamento. O que eu quero fazer aqui é um registro do trabalho importante que a bancada feminina tem feito aqui, na Casa. Quero deixar os meus cumprimentos à presidenta da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Ana Paula Siqueira; à deputada Andréia de Jesus; à deputada Beatriz; à deputada Bella Gonçalves; à deputada Chiara Biondini; à deputada Delegada Sheila; à deputada Ione Pinheiro; à deputada Leninha; à deputada Lud Falcão; à deputada Maria Clara Marra; à deputada Marli Ribeiro; e à deputada Nayara Rocha, além da deputada Amanda Teixeira Dias, que veio somar a essa bancada feminina.

Nós tivemos, ao longo deste ano, e vários colegas deputados sabem disso, grandes discussões sobre o orçamento, dentro da perspectiva do atendimento aos direitos das mulheres. Várias de nós – em alguns momentos, todas nós – nos reunimos para pensar em como poderíamos garantir avanços reais, tanto dentro da peça orçamentária, quanto dentro do Plano Plurianual, nas revisões que são feitas. A gente conseguiu aprovar emendas importantes.

Por isso, eu quero agradecer ao deputado Zé Guilherme, que foi o relator dessas emendas na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e as acolheu, possibilitando que a gente trouxesse hoje as conquistas imensas que a bancada feminina entrega para Minas Gerais a partir dessas emendas.

Eu quero cumprimentar especialmente as minhas colegas deputadas, porque, graças às emendas que nós aprovamos agora, Doutor Jean, agora, Celinho, nós saberemos quanto a Polícia Militar está gastando com o monitoramento dos homens que cometeram violência doméstica através do uso da tornozeleira eletrônica, essa política tão importante. A gente também colocou na Emenda nº 5 a construção da política estadual de acolhimento e abrigamento de mulheres em situação de violência doméstica. E em tantas outras emendas importantes, quase todas assinadas, deputada Beatriz Cerqueira, por todos os parlamentares, todas as parlamentares da bancada feminina, e todas as outras assinadas por várias parlamentares.

Eu quero agradecer de público também ao presidente da Casa, o deputado Tadeu, porque um dos encaminhamentos que tivemos, Tadeu... Não sei se você sabe quão valorosa foi a sua decisão de nos apoiar. Um dos encaminhamentos foi que, pela primeira vez, a comunicação da Casa fizesse uma campanha exclusiva de divulgação dos canais de violência. Para a gente, é muito óbvio quais são os canais. A gente sabe disso, mas nós estamos numa bolha de privilégios em que, às vezes, alguns esquecem que não são da população. Eu pedi ao Tadeu isso muito em cima da hora, e ele fez com que fosse possível, junto com os servidores da Casa, a comunicação. E assim a gente teve uma grande campanha nas rádios, na TV, em outdoors, por toda a imprensa, divulgando os canais de denúncia e as formas como as mulheres vítimas de violência podem se proteger.

Por isso, presidente, eu quero agradecer aos deputados desta Casa, ao líder do governo, ao deputado Zé Guilherme, ao nosso líder deputado Ulysses Gomes, mas muito especial e carinhosamente às deputadas da bancada feminina por nos darem a possibilidade de, juntas, trazermos uma conquista tão grande a esse PPAG. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Obrigada, deputada Lohanna. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Obrigada, presidente. Vou ser breve.

Primeiro, eu queria destacar que esse é o primeiro orçamento que nós votamos sob a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e ao teto de gastos. E eu espero que a aprovação ontem, no Senado, do Propag, que foi construído pela Assembleia Legislativa junto com o Senado, com a liderança do nosso presidente Tadeu Leite, com a liderança do Rodrigo Pacheco, com a liderança de deputados e deputadas que tiveram essa construção enquanto objetivo principal do seu mandato, do seu tempo aqui, possa ser revertida, porque a realidade de um orçamento sobre o teto de gastos é uma realidade em que muitas vezes os investimentos mais essenciais vão sendo cortados. É muito fundamental destacar que a gente não deixe faltar orçamento para políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, para políticas de fomento à cultura e também para erradicação da miséria no nosso estado.

No ano passado, nós travamos uma luta muito grande para reativar o conselho gestor do Fundo de Erradicação da Miséria e para criar um plano de erradicação da miséria no Estado de Minas Gerais, além do reajuste no valor de repasse do Estado para os municípios no que se refere à assistência social. Eu queria celebrar algumas vitórias que nós tivemos: o comitê gestor voltou a funcionar, o recurso da erradicação da miséria ficou no fundo e o reajuste da assistência foi de mais de 30% de repasse para os municípios. Municípios como Belo Horizonte e Contagem tiveram um aumento no repasse de 62%. Isso é muito importante.

Mas a nossa luta continua, porque a gente ainda não tem no orçamento um recurso destinado exclusivamente para financiamento do Sistema Único de Assistência Social no Estado, para financiamento do Suas. Enquanto nós não temos esse orçamento carimbado, a gente vê a população em situação de rua crescer, a gente vê a fome e a vulnerabilidade crescerem. Para evitar isso, nós fizemos uma emenda que foi acolhida no relatório do deputado Zé Guilherme, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que é a emenda que institui o Piso Mineiro de Assistência Social. Faremos uma luta durante todo este ano para que o Piso Mineiro de Assistência não seja apenas uma rubrica no PPAG e na LOA.

Mas que possa ter aportes financeiros no próximo período, para que a gente tenha recurso para financiar os Creas, para financiar os Cras, para financiar os abrigos da população em situação de rua, para financiar as diferentes políticas de erradicação da fome e da miséria no nosso estado. É isso, presidente. Eu agradeço a condução dos trabalhos. Vamos firmes para uma Minas sem miséria.

O presidente – Obrigado, deputada Bella. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas e colegas deputados. Queria apenas, presidente, destacar que, ao acolhermos muitas emendas que foram apresentadas aqui a esse projeto, nós estamos mais uma vez demarcando a importante atuação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no que diz respeito à participação popular, à valorização daquilo que a nossa população apresenta para a gente. Boa parte das emendas que foram acolhidas aqui são feitas a partir da participação da nossa sociedade. Eu queria trazer um reforço. A deputada que me antecedeu, a deputada Lorrana, falou dos avanços que tivemos aqui com os projetos, com o trabalho da bancada feminina em busca de mais políticas públicas para as mulheres. E eu preciso destacar, presidente Tadeu, quão importante é o trabalho da Comissão das Mulheres. A partir dela, nós conseguimos pensar, fomentar, fiscalizar e estimular a maior participação das mulheres, assim como as políticas públicas. Eu preciso aqui também destacar que o grande ganho que merece todo o nosso reconhecimento é também aquilo que é muito natural de nós, mulheres, que é o trabalho conjunto, que é o trabalho do qual todas fazem parte, em que todas as políticas são construídas a muitas mãos, a mãos diversas e com realidades diferentes, mas que têm uma grande preocupação com o bem-estar, o respeito, a promoção e a proteção das nossas mulheres. Essas emendas da política das mulheres têm também a participação importante da nossa querida amiga Dra. Patrícia Habkhouk, que desde o início da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher vem incentivando o trabalho aqui, na comissão, e também na Assembleia. Então quero destacar também a importante participação da Dra. Patrícia, que está à frente da coordenação

da política de mulheres do Ministério Público e que tanto influenciou as vitórias que hoje nós estamos aqui comemorando e celebrando.

Eu queria também destacar outros dois pontos que considero de extrema relevância e que são frutos de audiências públicas realizadas aqui na Casa. Eles dizem respeito à pauta da primeira infância, pauta inclusive que eu coordeno aqui na Casa, na Frente Parlamentar em Defesa da Primeira Infância da Criança e do Adolescente, juntamente com o Doutor Jean. Nós conseguimos incluir no texto um programa que trata da primeira infância, que trata da questão da orfandade, algo tão importante, fundamental. Temos órfãos de várias naturezas, especialmente meninas e meninos que são órfãos do feminicídio. Cuidar da primeira infância, gente, é cuidar do nosso futuro. Então, estamos avançando no Estado de Minas Gerais nessa perspectiva.

Eu queria destacar ainda a ação que nós conseguimos demarcar, que é a das mudanças climáticas e da qualidade ambiental, fazendo inclusive conexão com toda a discussão que foi feita aqui na Casa, no eixo ambiental. Então eu destaco essas emendas, destaco o trabalho de toda a Assembleia, de todos os deputados, de todas as deputadas, reconhecendo assim a importância da participação popular para avançarmos sobretudo na política de mulheres e na política da primeira infância. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Obrigada, deputada Ana. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, serei muito breve. Quero agradecer à Comissão de Fiscalização, na pessoa do relator deputado Zé Guilherme, por ter acatado uma emenda de nossa autoria, a Emenda nº 65 – emenda ao Programa 705, Apoio às Políticas Públicas, Ação nº 2.417, Remuneração de Pessoal e Encargos Sociais, e deixar isso registrado. Ela visa viabilizar a remuneração de pessoal ativo do Estado e o pagamento dos respectivos encargos sociais, auxílios, gratificações e demais vantagens, conferindo condições adequadas ao cumprimento das atribuições institucionais.

Ou seja, a emenda que nós apresentamos ao PPAG permitirá que o Estado possa proceder, inclusive, à recomposição da perda inflacionária do servidor, que é um direito constitucional previsto no art. 37, inciso X, e também às demais políticas públicas dessa área. Portanto, registro aqui, de forma positiva, o acatamento e a aprovação dessa emenda no PPAG, que será aprovada pelo conjunto dos deputados, daqui a pouco. Muito obrigado, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” das deputadas Amanda Teixeira Dias e Beatriz Cerqueira e dos deputados Betão, Bruno Engler, Caporezzo, Dr. Maurício, Gustavo Santana, João Junior, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues. Portanto, votaram “sim” 61 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emendas, subemendas e destaque.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 58 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 3, 39, 44, 46, 65, 97, 105, 121, 152, 159, 163 a 165, 174 e 176 a 270 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 2, 4, 5, 18, 21, 22, 28, 29, 34, 37, 38, 40, 45, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 95, 109, 113, 123, 134, 145, 158, 160, 161, 168 a 173 e 175. Com a aprovação da Emenda nº 3, ficam prejudicadas as Emendas nºs 53 e 72. Com a aprovação da Emenda nº 65, fica prejudicada a Emenda nº 66. Com a aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 2, 4, 5, 18, 21, 22, 28, 29, 34, 37, 38, 40, 45, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 95, 109, 113, 123, 134, 145, 158, 160, 161, 168 a 173 e 175, ficam prejudicadas as respectivas emendas e as Emendas nº 43, 51, 70 e 119.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)

Marquinho Lemos (PT)

Nayara Rocha (PP)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, as emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 19 deputados; votaram “não” 42 deputados. Estão rejeitadas as Emendas n°s 1, 12 a 16, 19, 20, 27, 30 a 33, 35, 36, 41, 42, 47 a 50, 52, 54 a 64, 67 a 69, 71, 73 a 75, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 89 a 94, 96, 98 a 104, 106 a 108, 110 a 112, 114 a 118, 120, 122, 124 a 133, 135 a 144, 146 a 151 e 153 a 157.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Hely Tarquínio (PV)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Marquinho Lemos (PT)

Professor Cleiton (PV)

Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PL)

Nayara Rocha (PP)

Noraldino Júnior (PSB)

Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 10. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Obrigado, presidente. Eu vou tomar a providência de fazer a inscrição para as próximas emendas que eu pretendo destacar. Espero que dê tempo, porque imediatamente o senhor votará. Mas peço a compreensão também da Mesa para nos ajudar nesse sentido.

Eu queria falar da importância desta emenda, presidente, e pedir o voto dos colegas pela aprovação. Essa emenda propõe a previsão da criação dos centros regionais de atendimento às pessoas com autismo. Nós aprovamos, na Assembleia, o Plano Estadual de Atendimento Integralizado aos Autistas, e esse plano prevê a criação dos centros. Então eu acho que, em consonância com o que a Assembleia aprovou por unanimidade, nós devemos prever, no PPAG, a criação dos centros. Caso contrário, nós temos aqui uma contradição. Aprovamos um projeto, uma política estadual, e essa política não vai ter a sua previsão no PPAG? No PPAG do ano passado, essa emenda foi aprovada na Casa. Não tivemos problema. Na verdade, no ano retrasado, ela foi rejeitada, e a Casa derrubou o veto do governo. No ano subsequente, foi acolhida a emenda. Agora, novamente, ela não foi acolhida. Eu acho que é importante que conste essa emenda.

Eu quero lembrar que esta Casa tem tido um papel fundamental na questão da inclusão social das pessoas com deficiência em Minas Gerais. Temos uma frente parlamentar das pessoas com autismo, temos uma comissão de pessoas com deficiência que trabalha muito essa pauta e vários colegas parlamentares que são autores de matérias relacionadas também ao TEA.

Nesse sentido, pedimos o voto favorável, para que estejamos em consonância com o que temos feito aqui, nestes últimos anos. Obrigado, presidente.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 10.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Votaram “não” 14 deputados. Está aprovada a Emenda nº 10.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Chiara Biondini (PP)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Ricardo Campos (PT)

Rodrigo Lopes (UNIÃO)

Sargento Rodrigues (PL)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

– Registraram “não”:

Adriano Alvarenga (PP)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Leandro Genaro (PSD)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 11. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, esta emenda propõe uma ação de enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres. Nós aprovamos aqui, em 2016, uma lei de nossa autoria, que fala de atendimento preliminar à mulher vítima da violência. De 2016 para cá, basicamente todos os projetos relacionados ao enfrentamento à violência contra a mulher se transformaram em novos artigos ao nosso projeto de lei. E ele já previa, no seu texto, a criação de um auxílio transitório à mulher vítima da violência. Vejam que a mulher, para sair do ambiente da agressão, às vezes precisa sair do próprio ambiente doméstico do lar. Muitas das vezes, essas mulheres são economicamente dependentes do agressor. Então, como ela vai sair do ambiente de agressão se não tem renda, não consegue voltar para a família, e, às vezes, ficou muito tempo fora do mercado de trabalho? Então a gente propõe que, durante um período, o Estado garanta uma bolsa transitória, com qualificação e formação, para que essa mulher retorne para o mercado de trabalho.

Portanto, a todos aqueles que têm aqui engajado, encampado a luta do enfrentamento à violência contra as mulheres e sabem que nós precisamos tirá-la do ambiente da agressão, é importante a aprovação e a previsão dessa política no Estado, conforme já está previsto e preconizado na lei de 2016.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano Silveira. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães – Presidente, acho que a emenda é meritória, vamos liberar a bancada, cada um pode votar conforme a sua vontade.

O presidente – Então não é contrária; o deputado João Magalhães liberou toda a bancada. Em votação, a Emenda nº 11.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 11.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Hely Tarquínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Votação da Emenda nº 17. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, é mais uma vez uma emenda que trata da política de atenção às pessoas com deficiência no nosso estado. Nós nos inspiramos no Estado do Mato Grosso, que criou a política que nós chamamos de Cuidar de Quem Cuida. A ideia é que o Estado de Minas Gerais possa ter uma política para cuidar dos cuidadores exclusivos de pessoas com deficiência. Quem milita na causa – vários colegas aqui militam nessa causa – sabe que, quando chega uma notícia para a família de que o filho tem alguma deficiência, muitas das vezes, os companheiros abandonam as mulheres. Elas passam a se tornar cuidadoras exclusivas. Muitas dessas mulheres têm que abandonar o emprego e vão viver de benefício, que não é suficiente para os custos que elas têm. Essas pessoas, principalmente mulheres, mães, entram no quadro de depressão, estresse, ansiedade; muitas tentam inclusive o autoextermínio. A exemplo do que todos os estados veem fazendo, o nosso PPAG prevê a criação do projeto do Cuidar de Quem Cuida, inclusive garantindo um auxílio financeiro, política de assistência aos cuidadores exclusivos das pessoas com deficiência no nosso estado. Por isso, a gente pede o voto favorável dos colegas.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 17.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Carlos Henrique, Dr. Maurício e Marquinho Lemos. Portanto, votaram “sim” 55 deputados; não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 17.

– Registraram “sim”:

Amanda Teixeira Dias (PL)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)

Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Votação da Emenda nº 88. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Andréia de Jesus.

A deputada Andréia de Jesus – Presidente, eu me inscrevi para fazer a defesa desse destaque porque o que a gente acrescenta é apenas uma ação dentro de um programa que o Estado já prevê no PPAG, um programa de política para direito das mulheres. O que a gente fez foi acrescentar uma ação voltada para o enfrentamento à violência política contra as mulheres. A fundamentação parece muito objetiva, porque a gente aprovou um projeto na Casa que prevê políticas de enfrentamento à violência política. Foi um debate extenso na Casa, que durou quase dois anos e se mostrou muito necessário, devido ao aumento de violência praticada contra as mulheres durante o período eleitoral e depois que elas tomaram posse, no exercício de seus mandatos. Essa ação vai ao encontro de uma série de artigos dessa lei aprovada na Casa. Nós somente ajustamos as ações previstas e, por isso, peço o voto de todos. Não se aumenta a despesa, não se altera o programa, só se preveem ações também voltadas às mulheres eleitas que exercem mandato.

Então a fundamentação, o objetivo da emenda é criar uma ação de enfrentamento. O tema tem relevância, tanto que na Câmara Federal já existe, inclusive, um telefone para atendimento às mulheres e órgãos especializados no acompanhamento das mulheres que sofrem violência. O desafio dessas mulheres de transformar as denúncias em inquérito e processos é acompanhado pela Câmara Federal.

Então o objetivo dessa emenda é ter ações dentro dos programas que já existem para atendimento às mulheres, de forma atender também às mulheres eleitas. Então não se aumenta a despesa nem se altera o programa, só se dá visibilidade às denúncias trazidas pelas mulheres que sofrem violência política em seus mandatos. É isso, presidente.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 88.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 49 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 88. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.906/2024 com as Emendas nºs 3, 10, 11, 17, 39, 44, 46, 65, 88, 97, 105, 121, 152,

159, 163 a 165, 174 e 176 a 270 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 2, 4, 5, 18, 21, 22, 28, 29, 34, 37, 38, 40, 45, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 95, 109, 113, 123, 134, 145, 158, 160, 161, 168 a 173 e 175. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Elismar Prado (PSD)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

Hely Tarquínio (PV)

Ione Pinheiro (UNIÃO)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.905/2024, do governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2025 – LOA 2025. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pelo governador do Estado, com as Emendas nºs 2 a 4, 7 a 23, 25 a 33, 36, 42 a 44, 46 a 48, 50 a 56, 86 a 136, 138 a 208, 215 a 234, 236 a 292, 296 a 301, 303, 305, 306, 308, 309, 312, 313, 315 a 317, 319, 321 a 326, 329, 332 a 344, 351 a 385, 391 a 549, 551 a 583, 608 a 612, 614 a 618, 620 a 636, 642 a 678, 703 a 730, 743 a 757, 759, 761 a 773, 776 a 783 e 793 a 819, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 821 a 882, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 209 a 214, apresentadas pelo Bloco Minas em Frente; com as Emendas nºs 293 a 295, apresentadas pelo Bloco Avança Minas; com as Emendas nºs 787 e 788, apresentadas pelo Bloco Democracia e Luta; com a Emenda nº 5, apresentada de forma coletiva; com a Emenda nº 6, na forma da respectiva Subemenda nº 1, apresentada de forma coletiva; e com as Emendas nºs 883 a 925, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 34, 35, 37 a 41, 57 a 85, 346, 387 a 390, 550, 586, 587, 589, 590, 592, 600, 601, 603 a 607, 637 a 641, 679 a 702, 731 a 742, 774, 775, 784 a 786, 789 a 792 e 820. As Emendas nºs 24, 45, 49, 137, 235, 302, 304, 307, 310, 311, 314, 318, 320, 327, 328, 330, 331, 345, 347 a 350, 386, 584, 585, 588, 591, 593 a 599, 602, 613, 619, 758 e 760 foram retiradas pelo autor. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 58, 59, 60, 64, 68, 70 e 784. A presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Lohanna.

A deputada Lohanna – Presidente, falo para prestar contas aos colegas deputados, inclusive aos colegas que acompanharam a convocação do secretário de Estado de Cultura e Turismo na semana passada aqui na Casa. Nós fizemos um profundo processo de discussão acerca do Fundo Estadual de Cultura, acompanhado por vários colegas deputados. Nessa discussão, identificamos que havia um grande problema a ser resolvido em relação ao não contingenciamento do Fundo Estadual de Cultura. Nós já havíamos aprovado

uma emenda, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que proibiu o contingenciamento no meio do ano e conseguimos ontem, às 11 horas da noite, aqui na Casa, garantir que o orçamento mantivesse a possibilidade de execução desse recurso.

Eu quero agradecer muito a todos os deputados que se envolveram nessa discussão tão importante, porque não faz sentido que achemos normal que, de um recurso de R\$126.000.000,00, o governo só entregue R\$20.000.000,00, soma com os R\$100.000.000,00 todo ano e ninguém explique para onde o dinheiro vai. Ainda mais levando em conta que esse dinheiro, Elismar, não é do governo. Esse dinheiro, foram os trabalhadores da cultura que colocaram lá.

Então fizemos essa discussão na Casa. É também importante agradecer ao deputado Zé Guilherme, que acolheu, assim como ao deputado João Magalhães, ao deputado Roberto Andrade, ao deputado Cassio e aos deputados do meu bloco: nosso líder Ulysses Gomes, deputado Cristiano, deputada Beatriz, deputada Bella. Estivemos aqui ontem até às 11 da noite para poder fechar essa questão do orçamento que era tão importante.

Eu preciso dizer também, presidente, da importância que foi a nossa convocação. Quero agradecer a cada trabalhador da cultura que se expôs e colocou o próprio rosto naquele dia, porque sabemos que havia vários medos. Quer dizer, havia medo de retaliação, havia medo de perseguição, havia medo de consequência, mas os trabalhadores da cultura colocaram os seus rostos, seja ocupando cadeiras à Mesa, como o Makely, que é músico e produtor; como o Raul, que é produtor cultural; como o Leandro César, que é músico e conselheiro do Consec; como a Jussara, que é professora e artista da dança; como a Marcela Bertelli, que é produtora cultural e membro do Consec, ou seja, vindo em caravanas do interior para demonstrar o apoio.

Esta Casa aqui, presidente, está me ensinando todo dia. Nos últimos dias, o que aprendemos, seja com a votação do projeto que coloca a segurança patrimonial nas escolas ou com essa questão do Consec, é que as coisas avançam aqui pelo consenso. Não é com a gente xingando uns aos outros que as coisas vão avançar.

Então, muito obrigada aos colegas da base que tornaram possível também, com os seus votos, essa aprovação ontem. Foi uma conquista muito importante para os trabalhadores da cultura de Minas Gerais, para os artistas plásticos, para os artesãos, para os atores, para os roteiristas, para os cineastas, para todos e todas que trabalham nesse ambiente da cultura, que, hoje, emprega mais, gera mais renda e gera mais receita do que a indústria automobilística. Acreditem ou não, vale a pesquisa!

Muito obrigada, presidente, representando a Casa, porque foi um avanço muito importante para a cultura em Minas Gerais a possibilidade de esses mais de R\$100.000.000,00 serem liberados.

O presidente – Obrigado, deputada Lohanna. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Presidente, eu vou ser muito breve, mas não posso deixar de, primeiro, agradecer a V. Exa.

Ontem foi um dia histórico para Minas Gerais, para mais 3 estados da Federação e para mais 7 estados que estavam para entrar no chamado “limite prudencial” e ter, conseqüentemente, a necessidade de re pactuar a sua dívida com a União.

Quero agradecer também ao senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado. Lembro-me, presidente Tadeu, de que, quando começamos aqui a discussão do Regime de Recuperação Fiscal, eu fazia um apelo, um apelo histórico, Dr. Hely Tarquínio, para que o mineiro recuperasse a tradição da liderança de Minas na República Brasileira. Eu fazia o clamor, no momento em que um presidente do Senado, mineiro, com a presença de um exímio articulador e líder político, que é o presidente Tadeu, tinham nas mãos a possibilidade de oferecer uma alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal, e nasceu, então, o Propag.

Mas o meu registro aqui, presidente, é por conta daquilo que aconteceu agora há pouco, deputada Ione Pinheiro: uma declaração, deputado Raul Belém, do governador Romeu Zema de que está disposto a federalizar as nossas estatais para abatimento e para que Minas Gerais possa, de fato, de verdade, ser recolocada nos trilhos do desenvolvimento.

Eu faço esse registro, presidente, porque, quando aqui levantei pela primeira vez a possibilidade da federalização, sei que houve uma grande movimentação no mercado. Eu sei que houve, inclusive, uma resistência por parte da gana e da sanha privatista de

alguns setores da nossa economia, que gostariam de entregar os nossos ativos a preço de banana. Inclusive levanto aqui a discussão de que áreas estratégicas – como energia, como água, como minério, e é bom lembrar que água é minério – não se privatizam em lugar nenhum do planeta.

Também faço aqui referência a uma importante fala de há pouco, do deputado João Vítor Xavier, sobre isso nos levar à discussão de que outros ativos do Estado podem ser também discutidos em termos de federalização. Fique o registro, inclusive, da percepção de que o governador amadureceu na sua ideia e na questão de possibilitar, em seu mandato, ser o governador que vai resolver um problema histórico. E então, deputada Beatriz Cerqueira, continuaremos aqui a nossa luta para que Cemig, Copasa, Codemig e outras empresas estatais possam ser federalizadas e, conseqüentemente, continuar em poder de quem são de direito: o povo mineiro e, quiçá, daqui a pouco, o povo brasileiro, para que tenham aquilo que nós, mineiros, temos – o serviço prestado com qualidade por essas grandes empresas e, acima de tudo, pelos grandes servidores que as compõem.

Parabéns a toda esta Casa, ao presidente Tadeu, ao senador Rodrigo Pacheco. Tenho certeza de que 2025 será um grande passo para a história de Minas Gerais para resolvermos e solucionarmos definitivamente o problema dessa dívida histórica que nos assola. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Cleiton. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lucas Lasmar.

O deputado Lucas Lasmar – Boa tarde a todos, deputadas e deputados. Quero homenagear um grande mineiro curvelano, cujo nascimento, no próximo dia 22 de dezembro, vai completar 100 anos: Dalton Moreira Canabrava, que foi presidente desta Casa, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Foi deputado por seis legislaturas e deputado federal constituinte, tendo contribuído para a Constituição Cidadã. Então, quero aqui deixar registrada – nesta reunião tão importante, que definiu o futuro do Estado de Minas Gerais, com grandes informações sobre a dívida – a contribuição que esse curvelano fez ao nosso estado, ao nosso país. Começou sua carreira como médico e também como político, finalizando a sua vida na cidade de Curvelo, onde continuou a ajudar a população e fazer um grande trabalho. Eu gostaria, presidente, de deixar registrada esta homenagem a esse grande homem.

Também quero parabenizar, para terminar, o deputado Professor Cleiton, que é autor de um projeto autorizativo da federalização da Cemig, da Codemig e da Copasa. Eu acredito que já está noticiado na imprensa que a solução da dívida do Estado de Minas Gerais saiu pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, liderada pelo nosso presidente Tadeu. Ver, na entrevista, o reconhecimento de que a federalização é o melhor caminho mostra que quem liderou essa grande solução foi o Parlamento. Eu quero cumprimentar todos os deputados e deputadas que fizeram esse grande trabalho e também todos os palestrantes que contribuíram no seminário da dívida que nós, do Bloco Democracia e Luta, lideramos, através da autorização do nosso presidente, Tadeu. Eu acredito que essa contribuição veio corroborar e validar o que nós falamos na abertura do seminário: que a solução da dívida não seria técnica nem financeira, apenas política. Isso foi feito agora. Então, nós terminamos esta legislatura com orgulho desta Assembleia.

Obrigado, presidente. Parabéns e vamos juntos.

O presidente – Obrigado, deputado Lucas. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Mais uma vez, boa tarde, porque já estamos no período da tarde. Agora o nosso último projeto de lei. Sobrevivemos com dignidade em 2024. Eu quero, ao encaminhar esta votação, compartilhar com os colegas que, ao votarmos esse parecer, nós teremos a oportunidade, mais uma vez, de deixar, na legislação, a autorização para que o governo do Estado proceda ao rateio dos recursos do Fundeb.

No tocante àquele dinheiro que estiver na conta do governo em 31 de dezembro deste ano, o governo estará autorizado, assim que a votação for concluída, a realizar o rateio desses recursos em 2025. Isso é importante porque a gente vai disputando, não a despesa, mas, sim, o dinheiro da educação, para que ele fique na educação pública.

Os recursos do Fundeb têm um objetivo, uma vez que o Fundeb foi criado para a valorização da carreira, do salário, e ele precisa ser aplicado no ano em que o Estado ou o município receberem esse recurso. Lamentavelmente, na série histórica do Fundeb,

isso não acontece. Por isso, o ano termina com dinheiro em caixa do Fundeb. Com essa autorização legislativa – é a segunda vez, é o segundo ano –, a Assembleia cumpre o seu papel de deixar, na legislação, condições para que o governo do Estado possa fazer esse rateio.

Eu acho que, além das resistências e além das reduções de danos que nós trabalhamos na Casa, no último período, finalizar com uma pauta positiva e propositiva é muito importante. Nós apresentamos essa emenda ao orçamento, e ela foi acolhida ontem durante os trabalhos dos debates e das votações na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Também quero compartilhar que nós tivemos um compromisso com as brigadas voluntárias que fizeram um trabalho fenomenal em 2024, no combate aos incêndios florestais, que não foram poucos. Brigadas voluntárias, que, com seus corpos e com suas vidas, combateram esses incêndios. Nós batalhamos para que, também no orçamento, como me ensinou o deputado Zé Guilherme ontem, pudéssemos abrir janelas e cuidar melhor dessas brigadas que enfrentaram tantos incêndios no nosso estado. Também batalhamos pelo fortalecimento da Defesa Civil, que precisa de mais estrutura, de mais investimento público não só do Estado, mas também das prefeituras. Então nós conseguimos avançar nesses entendimentos, a partir de emendas que construímos, para que nós tivéssemos também esse saldo positivo.

Para finalizar, algo que a gente vem trabalhando, há muito tempo, é a autorização para que o Estado possa dar prosseguimento ao cumprimento de um termo de acordo que já havia sido homologado judicialmente em relação à carreira e às condições dos trabalhadores da Uemg e da Unimontes. Nós conseguimos, nos entendimentos de ontem à noite, que essa emenda nossa também fosse acolhida.

Ao fazer a minha última fala do Plenário em 2024, eu quero prestar contas desse trabalho que nós encaminhamos no debate do orçamento. Nós também fizemos outras proposições, mas ainda não conseguimos o entendimento para as aprovações. Eu continuo sendo contra a privatização das escolas estaduais. Aliás, Dr. Hely Tarquínio, nós chegamos a aprovar, na legislação estadual, uma proibição a essa privatização; nós chegamos a aprovar, em outros momentos, essa proibição no orçamento do Estado. Mas ontem não foi possível caminharmos para essa aprovação. Naquilo que nós não conseguimos avançar, eu quero prestar contas à sociedade que nós vamos continuar lutando.

Da mesma forma, no tocante à luta contra a privatização da saúde, nós também apresentamos essa emenda ao orçamento, a fim de que os recursos do Estado não sejam utilizados para a privatização também da área da saúde. Não conseguimos avançar, e, naquilo que nós não avançamos, persistimos, porque esse é o nosso compromisso com a saúde pública e com a educação pública.

Então, ao finalizar, presidente, eu quero dizer que nós já fizemos um balanço dos trabalhos da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e eu vou compartilhá-lo com os colegas: 55 audiências públicas; 10 visitas técnicas; mais de 600 requerimentos de fiscalização e de encaminhamentos aprovados. Enfim, eu acho que é importante também dar essa devolutiva à sociedade do trabalho que a gente desenvolve aqui, na Casa. Quero ainda agradecer a todas as pessoas que tornaram, no caso desta minha última consideração, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia forte na defesa dos interesses da população mineira relativamente à pauta da educação pública, básica e superior e relativamente à pauta da ciência, pesquisa, tecnologia e inovação.

Nós também já finalizamos, e o presidente Tadeu já recebeu, o resultado final do Fórum Técnico Minas Gerais pela Ciência, com sete encontros regionais, além do encontro final em Belo Horizonte e dos debates públicos que nós promovemos sobre os impactos para a comunidade escolar da privatização das escolas estaduais e da importância do avanço nos termos da ciência, pesquisa e tecnologia da Cannabis, terapêutica e medicinal. Então foram debates importantes e, ao finalizar, presto contas à sociedade, desejando que nós tenhamos um 2025 de mais avanços no que se refere às políticas públicas, no que se refere àquilo que realmente importa para a população mineira.

São estas as minhas considerações, presidente. Obrigada.

O presidente – Obrigado, deputada Beatriz. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu não poderia deixar de trazer e compartilhar com os colegas deputados e deputadas uma notícia muito importante. Em abril de 2020, entrou em vigor a Lei Federal nº 13.954, de 2019, que fez alteração no sistema previdenciário dos militares da União. E, infelizmente, parlamentares federais de outros estados acabaram aprovando emendas e traram os militares estaduais para dentro da reforma da Previdência dos Militares da União.

Nesse sentido, o governo do Estado, na pessoa do secretário-geral do Estado à época, hoje vice-governador Mateus Simões, emitiu um ofício determinando o corte da obrigação patronal, aquilo que o Estado deve aportar no IPSM, porque o servidor aporta um percentual e o Estado, outro percentual. Mas pasmem: o Sr. Mateus Simões fez isso ao arrepio de quatro leis, duas ordinárias e duas complementares. Houve um ofício, Dr. Hely, do então secretário-geral do Estado Mateus Simões ao comandante-geral da PM e ao comandante-geral do Corpo dos Bombeiros comunicando: “Nós não vamos repassar mais a obrigação patronal, porque a lei federal não prevê”. Ocorre que a lei federal, em se tratando de alíquotas previdenciárias, é inconstitucional, e a inconstitucionalidade veio mais tarde.

Eu ocupei esta tribuna, em abril de 2020, para fazer a denúncia de que o Estado estava deixando de repassar obrigação patronal. Posteriormente, o Estado de Santa Catarina e o Estado do Mato Grosso foram ao STF questionando e falando: “Essa alíquota não pode ser tratada no âmbito da União, porque quem faz o cálculo atuarial é os estados. Então quem sabe qual que é a alíquota que deve ser paga pelo servidor e a contribuição patronal são os estados. Portanto tem que ser lei estadual”. Em duas decisões, por unanimidade, o STF decidiu por 11 a 0, dando ganho de causa ao Estado de Santa Catarina e ao Estado do Mato Grosso. Mesmo assim, deputado Dr. Hely, o ofício do Sr. Mateus Simões continuava a prevalecer. Ele continuava negando o pagamento das obrigações patronais ao IPSM da ordem de 16%.

Bom, feitas as contas até dezembro de 2023, o desvio do IPSM alcançou a cifra de R\$7.000.000.000,00. Enquanto isso, a Associação dos Praças ingressou com uma ação no TCE, onde estivemos pessoalmente várias vezes, explicando aos conselheiros do que se tratava. Eu mesmo fui várias vezes dizer: “Isso não pode prosperar, porque o trecho da lei federal foi julgado inconstitucional”. O Estado está em dívida com o IPSM, mas o Estado quedava-se inerte. Desde aquela época, Dr. Hely, eu intensifiquei diversas audiências públicas, inclusive convocando o secretário de Estado. E a AGE se deu ao trabalho, várias vezes, de emitir cerca de três a cinco pareceres para simplesmente dizer que havia razão no ofício do Mateus Simões.

Imaginem, senhores e senhoras, o ofício do Sr. Mateus Simões negando o pagamento da obrigação patronal! Além de violar quatro leis estaduais, não encontrava sintonia com a decisão do STF. Todas as vezes que a gente aportava aqui uma discussão para falar que o Estado deve ao IPSM – as decisões do STF foram unânimes em dizer que esse trecho da lei federal é inconstitucional, portanto prevalece a lei estadual, que é a Lei nº 10.366, de 1990 –, ele simplesmente ficava mudo, inerte, não dava a mínima para as audiências públicas. Bom, depois de várias idas ao Tribunal de Contas, os conselheiros entenderam que realmente o Estado estava devendo ao IPSM. O Estado decidiu recorrer. O Sr. Marcelo Beghini, atual secretário-geral do Estado, chegou a sofrer uma multa de R\$500,00 por dia por não cumprir a decisão. A AGE recorreu, e o TCE manteve por unanimidade a decisão. Em face disso, agora o governo do Estado mandou, através do substitutivo, Sr. Presidente, a previsão do pagamento dos 16%. Eu passei aqui quatro anos dizendo ao governo do Estado: “Os atos de vocês são ilegais, estão ao arrepio da lei. Em face da decisão do STF, vocês deveriam acatar a decisão”. “Não, mas o Estado não foi afetado, não recebeu ordem do STF.” Olha, vocês veem dois acórdãos do STF falando que o texto da lei é constitucional e querem continuar aplicando um trecho inconstitucional para negar a responsabilidade do IPSM? E isso, Dr. Hely, com a decisão recente, agora em novembro, e unânime do TCE, que disse: “Olha, o Estado deve ao IPSM”. Agora o substitutivo veio para dizer que o governo do Estado tem que aportar mais de R\$2.000.000.000,00 de dívida para o próximo ano, o que representa os 16%. Além do mais, a contribuição dos militares ativos, inativos e pensionistas também estava sendo colocada em outra rubrica, senão aquela aportada para o custeio da saúde e também das aposentadorias do próprio IPSM.

O fato é que, depois de quatro anos lutando, Dr. Hely, nós provamos que estávamos certos, que o Estado estava errado e que o Sr. Mateus Simões jamais poderia, através de um único ofício, deixar de cumprir quatro leis estaduais, o que agora está fazendo, sob pena do Estado de Minas Gerais sofrer multa. Então hoje nós vamos votar o Orçamento do Estado, uma grande vitória do IPSM, uma grande vitória, já que nós teríamos que enfrentar... Agora, a voracidade e a celeridade para tentar emplacar o projeto do IPSM será bem maior ainda a partir de fevereiro do ano que vem. Por quê? Porque eles voltaram a pagar os 16% devidos, legais, justos. Imoral era o ofício aportado pelo Sr. Mateus Simões. Era imoral, ilegal, inconstitucional. Por diversas vezes, em audiência pública, nós alertamos. Mas são apenas deputados que estão falando. Então, quando é deputado que está falando, não há razão. Enquanto o TSE não decidiu por unanimidade, eles não acataram. E agora está aí no substitutivo que, para o ano que vem, o Estado é obrigado a aportar os 16%.

Eu quero aqui, presidente, parabenizar os conselheiros. Nós fizemos várias visitas, explicamos a matéria, falamos da ilegalidade do Estado, e, graças a Deus, ela foi acatada. Agora o Estado deve cumprir a decisão do TCE. Só espero que ele não crie outras artimanhas para deixar de cumprir a decisão proclamada pelo Tribunal de Contas do Estado. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães – Obrigado, presidente. Eu só quero agradecer aqui ao Zé Guilherme, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, principalmente pela paciência nesses dias que antecederam à votação desse orçamento, assim como aos membros da comissão, que ontem permaneceram conosco até as 11 horas da noite.

Presidente, essas emendas apresentadas, destacadas pelo deputado Ulysses já foram analisadas pela comissão e receberam, do nosso relator, o parecer pela rejeição. Portanto solicito a todas as deputadas e a todos os deputados que votem “não” às emendas destacadas.

O presidente – Obrigado, deputado João. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas, subemenda e destaques.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Bruno Engler e Caporezzo. Retifique-se o voto do deputado Antonio Carlos Arantes de “não” para “sim”. Portanto, votaram “sim” 64 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emendas, subemenda e destaques.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)

Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, as emendas e a subemenda com parecer pela aprovação.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” do deputado João Junior e da deputada Leninha. Portanto, votaram “sim” 65 deputados; não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 2 a 5, 7 a 23, 25 a 33, 36, 42 a 44, 46 a 48, 50 a 56, 86 a 136, 138 a 234, 236 a 301, 303, 305, 306, 308, 309, 312, 313, 315 a 317, 319, 321 a 326, 329, 332 a 344, 351 a 385, 391 a 549, 551 a 583, 608 a 612, 614 a 618, 620 a 636, 642 a 678, 703 a 730, 743 a 757, 759, 761 a 773, 776 a 783, 787, 788, 793 a 819, 821 a 925 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 6. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 6, fica prejudicada a respectiva emenda.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)

Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, as emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 15 deputados; votaram “não” 44 deputados. Estão rejeitadas as Emendas nºs 1, 34, 35, 37 a 41, 57, 61 a 63, 65 a 67, 69, 70 a 85, 346, 387 a 390, 550, 586, 587, 589, 590, 592, 600, 601, 603 a 607, 637 a 641, 679 a 702, 731 a 742, 774, 775, 785, 786, 789 a 792 e 820.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lucas Lasmar (REDE)

Marquinho Lemos (PT)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
Ione Pinheiro (UNIÃO)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leandro Genaro (PSD)
Leonídio Bouças (PSDB)

Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Rafael Martins (PSD)
Raul Belém (CIDADANIA)
Roberto Andrade (PRD)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 58. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, essa emenda está em consonância com a emenda que nós acabamos de aprovar no PPAG, que prevê a criação dos centros regionais para atendimento às pessoas com autismo. Então eu quero, novamente, pedir aos colegas que votaram favoravelmente ao PPAG que votem também favoravelmente a essa emenda, porque ela está em consonância com o que já está previsto no Plano Plurianual.

Peço o voto favorável dos colegas na nossa luta pela inclusão.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 58.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Tendo em vista a ocorrência de problemas técnicos no sistema de votação, a presidência torna a votação sem efeito e vai renová-la. Em votação, a Emenda nº 58.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Duarte Bechir. Retifique-se o voto do deputado Gil Pereira de “não” para “sim”. Portanto, votaram “sim” 43 deputados; votaram “não” 15 deputados. Está aprovada a Emenda nº 58.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)

Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Chiara Biondini (PP)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Hely Tarquínio (PV)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PL)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)

– Registraram “não”:

Adriano Alvarenga (PP)

Amanda Teixeira Dias (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 59. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, eu quero lembrar que nós temos vários colegas que atuam na pauta do autismo e da inclusão, que compõem a frente parlamentar, que compõem as nossas comissões. Então eu digo que é importante que, ao abraçar uma causa, uma luta, o façamos de maneira concreta. Na semana passada, quando houve o anúncio de que o BPC para as pessoas com deficiência podia ter algum impacto por medida do governo, eu subi naquela tribuna, mesmo sendo um deputado do PT, presidente do PT, e fiz a crítica ao governo, porque eu acho que essas questões de inclusão são inegociáveis.

Essa emenda também trata de avançar nessa questão. Aqui, presidente, nós estamos propondo o seguinte: que a Universidade do Estado de Minas Gerais, que já tem um curso, por exemplo, de fisioterapia, em Divinópolis, possa criar também um curso de terapia ocupacional e outros cursos. Em Minas Gerais, gente, só temos dois cursos de terapia ocupacional gratuitos e públicos: um, na Universidade Federal de Minas Gerais, e, outro, na Universidade de Uberlândia.

O Crefito diz o seguinte: há mais de trinta mil fisioterapeutas e pouco mais de dois mil terapeutas ocupacionais. Nós sabemos que quadro de autismo será 1 a cada 30. É isso o que está preconizado. Então nós estamos prevendo que a Universidade do Estado de Minas Gerais possa criar os cursos de terapia ocupacional e, futuramente, de fono, dentro da estrutura que já está instalada. Queremos garantir que profissionais fundamentais possam ser formados também nas universidades públicas do nosso estado. Por isso eu peço o voto “sim” aos colegas parlamentares.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 59.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” da deputada Maria Clara Marra e do deputado Mário Henrique Caixa. Portanto, votaram “sim” 32 deputados; votaram “não” 19 deputados, totalizando 51 votos. Está aprovada a Emenda nº 59.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Raul Belém (CIDADANIA)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Amanda Teixeira Dias (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Bim da Ambulância (AVANTE)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Lud Falcão (PODE)

Marli Ribeiro (PL)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 60. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, essa é a emenda que oferta a ampliação e reserva de curso de terapia ocupacional e demais atividades para a Universidade de Montes Claros. Nós votamos a emenda que tratava dessa política para a Uemg – acabamos de aprovar – e nós queremos também que essa ação esteja disponível para a Universidade de Montes Claros. Assim nós estamos tratando das duas universidades públicas do Estado de Minas Gerais, como eu disse, para ajudar a formar mais profissionais que estarão disponíveis para atender os autistas. Eu converso muito com os prefeitos e, quando eu falo: “Prefeito, contrate um terapeuta ocupacional para sua cidade”, ele diz o seguinte: “Deputado, mande o currículo porque eu não estou achando”. A gente não acha esse profissional. Então o Estado pode nos ajudar a formar esses profissionais para termos esse atendimento garantido aqui, em Minas Gerais. Obrigado, presidente.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 60.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 41 deputados; votaram “não” 19 deputados. Está aprovada a Emenda nº 60.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Chiara Biondini (PP)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Lud Falcão (PODE)
Luizinho (PT)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:

Adriano Alvarenga (PP)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Marli Ribeiro (PL)
Rafael Martins (PSD)
Roberto Andrade (PRD)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 64. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, esta emenda também está em consonância com a emenda que nós aprovamos no PPAG, é a emenda a que eu me referi em relação a termos um projeto em Minas Gerais, um programa para cuidar de quem cuida. Como eu citei anteriormente, a situação dos cuidadores exclusivos é dramática. São pessoas invisibilizadas. Como eu disse, a grande maioria são mulheres que abandonam o emprego, que são abandonadas pelos companheiros; seus filhos, quando o estado é mais grave, exigem delas dedicação exclusiva, e elas perdem o emprego, sendo que muitas não conseguem viver do benefício. O custo de medicamento é caro, a terapia é cara, e essas mulheres acabam entrando num quadro de estresse, depressão, ansiedade, o que causa, muitas vezes, automutilação e até autoextermínio. Como eu disse, a exemplo do que outros estados estão fazendo, espero que a gente possa criar uma política pública para cuidar das pessoas que cuidam em Minas Gerais. Por isso eu peço o voto favorável dos colegas.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 64.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 34 deputados; votaram “não” 19 deputados, totalizando 53 votos. Está aprovada a Emenda nº 64.

– Registraram “sim”:

Amanda Teixeira Dias (PL)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Betinho Pinto Coelho (PV)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Chiara Biondini (PP)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Dr. Maurício (NOVO)
Eduardo Azevedo (PL)
Elismar Prado (PSD)
Gustavo Santana (PL)
Hely Tarquínio (PV)
Leninha (PT)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Coronel Henrique (PL)

Delegada Sheila (PL)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leandro Genaro (PSD)

Lud Falcão (PODE)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PRD)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 68. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Essa emenda também, presidente, em consonância com o que nós aprovamos no PPAG, propõe o enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres. Nós estamos propondo que seja instituída a concessão de auxílio financeiro transitório para mulheres vítimas da violência. Nós sabemos que a situação das mulheres que sofrem violência e são dependentes econômicas do agressor é grave.

Presidente, o que eu quero conversar com os colegas é que nós estamos propondo uma política que institui um auxílio financeiro transitório – não permanente, mas transitório – para a mulher vítima da violência. Às vezes, essa mulher vive no mesmo ambiente que o agressor, é economicamente dependente dele, não consegue voltar para casa, não tem suporte familiar e, às vezes, está há muito tempo fora do mercado de trabalho e perdeu qualquer chance de retornar. A ideia é uma bolsa transitória, durante um período, para que ela saia do ambiente da agressão. Concomitantemente a isso, o Estado poderá ofertar curso de requalificação profissional.

Nós já temos lei aprovada na Assembleia que prioriza a mulher vítima da violência – parece-me que é o projeto da deputada Ana Paula, para reinserção no mercado de trabalho –, que nós aprovamos. Dessa maneira, nós teremos ações efetivas para tirar aquelas mulheres que estão no ambiente do agressor, mas não conseguem sair porque têm – ela e seus filhos – a dependência econômica, a segurança alimentar, estando no mesmo lugar que o seu agressor. Peço o voto favorável dos colegas a essa emenda.

O presidente – Obrigado, deputado Cristiano. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães – Presidente, reitero a orientação para votarem “não” aos destaques.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 68.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 19 deputados; votaram “não” 33 deputados, totalizando 52 votos. Está rejeitada a Emenda nº 68.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Elismar Prado (PSD)
Hely Tarquínio (PV)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Enes Cândido (REPUBLICANOS)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lud Falcão (PODE)
Noraldino Júnior (PSB)
Rafael Martins (PSD)
Roberto Andrade (PRD)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 70. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, essa emenda propõe o desenvolvimento de educação especial com a reserva de recursos para ampliação de uso de tecnologias assistivas voltadas à educação especial das pessoas com deficiência e às pessoas com TEA e demais transtornos do neurodesenvolvimento.

Eu costumo dizer que, na educação inclusiva, não basta somente a matrícula do aluno na escola, porque se ele está presente na sala de aula, mas sem condição de cumprir o percurso formativo, a educação inclusiva não está acontecendo de verdade. Além da formação permanente dos professores e da garantia da educação especial por profissional habilitado, precisamos também lançar mão das chamadas tecnologias assistivas. Recentemente, eu estive na UFMG, e a Coordenadoria de Educação apresentou um projeto muito interessante que se chama PAR, que é um sistema para acompanhamento do desenvolvimento educacional desses alunos.

Então eu quero pedir a todos os colegas parlamentares que são da causa das pessoas com autismo, das pessoas com deficiência, que possamos aprovar essa emenda e avançar rumo à melhor qualidade do processo educacional da educação especial para os filhos do povo de Minas Gerais, os filhos do nosso estado. Nosso pedido é pelo voto “sim”, presidente.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 70.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Marquinho Lemos. Retifique-se o voto do deputado Roberto Andrade de “sim” para “não”. Portanto, votaram “sim” 24 deputados; votaram “não” 30 deputados, totalizando 54 votos. Está rejeitada a Emenda nº 70.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)
Beatriz Cerqueira (PT)
Betão (PT)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Hely Tarquínio (PV)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Luizinho (PT)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Professor Cleiton (PV)
Professor Wendel Mesquita (SOLIDARIEDADE)
Ricardo Campos (PT)
Rodrigo Lopes (UNIÃO)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Dr. Maurício (NOVO)
Duarte Bechir (PSD)
Gil Pereira (PSD)
Grego da Fundação (PMN)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
Leandro Genaro (PSD)
Leonídio Bouças (PSDB)
Lud Falcão (PODE)
Marli Ribeiro (PL)
Rafael Martins (PSD)
Roberto Andrade (PRD)
Thiago Cota (PDT)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Votação da Emenda nº 784. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Essa é uma emenda para fortalecer o serviço de atenção às pessoas com transtorno mental, com dependência de álcool e outras drogas, para cuidar delas e das suas famílias, fortalecendo a reforma psiquiátrica, a perspectiva do cuidado em liberdade que o SUS preconiza.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Magalhães.

O deputado João Magalhães – Presidente, mantenho a orientação “não”.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 784.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Mário Henrique Caixa. Portanto, votaram “sim” 21 deputados; votaram “não” 35 deputados, totalizando 56 votos. Está rejeitada a Emenda nº 784. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.905/2024 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 2 a 5, 7 a 23, 25 a 33, 36, 42 a 44, 46 a 48, 50 a 56, 58 a 60, 64, 86 a 136, 138 a 234, 236 a 301, 303, 305, 306, 308, 309, 312, 313, 315 a 317, 319, 321 a 326, 329, 332 a 344, 351 a 385, 391 a 549, 551 a 583, 608 a 612, 614 a 618, 620 a 636, 642 a 678, 703 a 730, 743 a 757, 759, 761 a 773, 776 a 783, 787, 788, 793 a 819 e 821 a 925 e com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 6. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Betão (PT)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Cristiano Silveira (PT)
Doutor Jean Freire (PT)
Elismar Prado (PSD)
Hely Tarquínio (PV)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Luizinho (PT)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marquinho Lemos (PT)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Sargento Rodrigues (PL)
Ulysses Gomes (PT)
– Registraram “não”:
Adriano Alvarenga (PP)
Amanda Teixeira Dias (PL)
Antonio Carlos Arantes (PL)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Dr. Maurício (NOVO)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PL)

Enes Cândido (REPUBLICANOS)

Gil Pereira (PSD)

Grego da Fundação (PMN)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leonídio Bouças (PSDB)

Lud Falcão (PODE)

Marli Ribeiro (PL)

Nayara Rocha (PP)

Rafael Martins (PSD)

Raul Belém (CIDADANIA)

Roberto Andrade (PRD)

Thiago Cota (PDT)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – A presidência aproveita e agradece a todos os parlamentares, deputados e deputadas, a parceria, neste ano que termina nos próximos dias. Agradeço a parceria das comissões e de todos os deputados. Que possamos, juntos, a partir do próximo ano, dar sequência às pautas importantes para o nosso estado. Quero aproveitar e agradecer especialmente à grande comissão que trabalhou ontem até tarde, debruçando-se sobre o orçamento. Em nome do presidente da FFO, deputado Zé Guilherme, agradeço a todos os membros da comissão e a todos aqueles deputados que participaram efetivamente. Agradeço à deputada Beatriz, enfim, a todos os deputados que estiveram presentes discutindo o orçamento do Estado.

A presidenta (deputada Leninha) – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Ricardo Campos.

Declaração de Voto

O deputado Ricardo Campos – Obrigado, deputada Leninha, presidente neste momento. Com alegria, eu quero agradecer a toda esta Casa, ao nosso presidente Tadeu, à deputada Leninha, aos demais membros da Mesa, em especial os nossos colegas deputados e deputadas do Bloco Democracia e Luta, por este ano de muita partilha e de muita luta em favor do povo mineiro. Quero dizer que são muitos desafios para pautar aquilo que, muitas vezes, para a grande maioria, é muito pouco. Mas, para quem recebe, para quem é atendido com a política pública, em especial a população mais pobre, aquela ação que muitas vezes é pequena para alguns é muito grande. E digo isso com alegria, com relação à nossa emenda aprovada na Comissão de Administração. Agradecemos aos deputados da comissão: deputado Leonídio Bouças, deputado Roberto Andrade, deputada Beatriz Cerqueira; aos demais deputados, Professor Cleiton e tantos outros, pela nossa emenda aprovada nesse importante Projeto de Lei nº 1.931/2020, em relação a essa questão tão importante, a partir da sanção do governador, que eu espero que faça o quanto antes. A partir dessa emenda de nossa

autoria, as associações comunitárias, as associações filantrópicas, as entidades como Apae, como lares de idosos terão a isenção dos emolumentos cartoriais, uma conquista importante para entidades tão valorosas, que, muitas vezes, não têm receita para sequer custear o dia a dia das suas atividades. A partir dessa lei aprovada hoje, o art. 20 inclui o inciso V, que garante a autenticação, a averbação da alteração de ato constitutivo de entidades sociais, de entidades de desenvolvimento socioeconômico, principalmente de natureza rural. As comunidades agora poderão ter a isenção das taxas de cartórios, uma conquista para várias associações em todo o Estado. Essa nossa autoria só foi possível graças ao esforço coletivo dos colegas deputados. Quero falar da alegria de ter conseguido, com o apoio desta Casa, aprovar, na lei orçamentária para 2025, a janela orçamentária, para que nossa tão sonhada Estrada da Produção, que liga Capitão Enéas, Montes claros a São João da Ponte, ao eixo do cinturão da produção do Projeto Jaíba, possa ser efetivada. Com a janela orçamentária, o governo não poderá ter desculpas para não utilizar os recursos da outorga da concessão do pedágio da BR-135, de Curvelo a Montes Claros, que geram R\$100.000.000,00 por ano aos cofres do governo do Estado. Há sete anos, a nossa população vive com aquele pedágio e, hoje, nós temos uma garantia orçamentária, aprovada nessa LOA, para o governo fazer essa obra da pavimentação. A Lei nº 24.503, de nossa autoria, permite usar o dinheiro do pedágio. Em relação à janela orçamentária, aprovada aqui, eu agradeço muito ao deputado Zé Guilherme, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, por trazer essa oportunidade. Há aqueles que falam que são amigos do governador, aqueles que falam que a obra é promessa do deputado Ricardo Campos. Mentira! É obrigação do governo cumprir a lei, e a lei manda usar o dinheiro da lei da nossa autoria para fazer a obra tão sonhada. Vocês que o tempo todo tentam tirar o direito de essa obra ser realizada saibam que nós estaremos vigilantes para que o orçamento seja cumprido. E vocês que tentam o tempo todo fazer com que o povo ache que foi promessa de um deputado, que foi promessa desse trabalhador, parem de mentir! A lei está aí; todo mundo pode lê-la. É só buscar a informação clara do que ela está dizendo, ou seja, que há recursos disponíveis para a tão sonhada obra. Por fim, quero aproveitar para dizer da alegria de ter recebido o comunicado do meu amigo prefeito Anastácio Guedes, da cidade de Manga, de que, hoje, nós tivemos um parecer favorável do Ibama validando e permitindo o início das obras do Dnit, na BR-135, do trecho de Manga a Itacarambi, mais especificamente de Manga até São João das Missões, permitindo o início imediato pela empresa contratada dessa tão sonhada obra. O meu agradecimento e os parabéns ao deputado federal Paulo Guedes, que não mede esforços para que essa obra saia do papel; e ao presidente Lula, por garantir recursos do Orçamento da União para realizar esse sonho do nosso povo daquela região. Muito obrigado, presidente.

3ª Fase

A presidenta – Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres de redação final.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 34/2024 (– À promulgação.), do Projeto de Lei Complementar nº 59/2024 e dos Projetos de Lei nºs 1.105/2019, 2.139/2020, 573, 1.132, 1.137, 1.660 e 1.926/2023, 2.906, 2.905 e 2.191/2024, 2.169/2015, 1.931/2020, 3.595/2022, 817 e 1.376/2023, 2.564 e 3.191/2024 (À sanção.).

O presidente (Ricardo Campos) – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.716/2022 da deputada Leninha. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. À sanção.

A presidenta (deputada Leninha) – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Grego da Fundação.

Declarações de Voto

O deputado Grego da Fundação – Obrigado, presidente. Caros amigos, amigas, deputados, deputadas, quem nos acompanha pela TV Assembleia, mais um ano se encerra. Início a minha fala com a palavra “gratidão”: gratidão a Deus, gratidão à

minha família, gratidão aos meus eleitores e às minhas eleitoras que confiaram a mim este mandato, gratidão a esta Casa, à Assembleia, gratidão ao governo do Estado de Minas Gerais, à sua equipe, a todos colaboradores da Assembleia, porque, sem a ajuda de todos não teríamos chegado aonde estamos. Gratidão. Gratidão pela oportunidade de fazer parte desta Casa, de poder contribuir. Renovo o meu compromisso de, no ano que se inicia, em 2025, estar comprometido com toda a população do Estado de Minas Gerais, mineiros e mineiras, porque precisamos continuar juntos, trabalhando para a construção de um estado cada vez melhor. Hoje é um dia muito importante. Quero agradecer a todos por termos instituído, neste Plenário, o Projeto de Lei nº 2.191, que institui o Dia Estadual do Cirurgião Oncológico. Todos sabemos que o câncer está se tornando a principal causa de morte em nosso país. Estudos da Organização Mundial de Saúde projetam um crescimento de 98% dos casos de câncer em nosso país. Diante disso, destaco a importância desse projeto de lei, de minha autoria, que tem o objetivo de homenagear os médicos que se dedicam à especialização oncológica. A criação do Dia do Cirurgião Oncológico, em Minas Gerais, vai além de uma homenagem a esses valorosos especialistas. Na verdade, vem para conscientizar sobre a importância desse profissional para o tratamento de pacientes com câncer em nosso estado. Quero agradecer especialmente ao Dr. Guilherme Freire Angotti Carrara, atual presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Oncológica de Minas Gerais. Quero também aproveitar para parabenizar a Fundação Cristiano Varella, que mantém o Hospital do Câncer de Muriaé, pelo seu pioneirismo. Mais uma vez, a Fundação Cristiano Varella sai na frente em busca de tratamento de excelência, do que há de melhor no País e no mundo para ofertar para os seus pacientes com câncer. Quero aqui parabenizar toda a direção da Fundação Cristiano Varella; o seu grande idealizador Lael Varella; os seus filhos Misael Varella, Laelzinho e Luciano Varella; além de todos os colaboradores da fundação e os médicos, que estão capacitados para operar através desse equipamento de cirurgia robótica de última geração. Amanhã teremos, às 16 horas, na Fundação Cristiano Varella, o lançamento desse grande projeto e, no dia 20, depois de amanhã, sexta-feira, a realização da primeira cirurgia robótica na fundação, cujo acesso também será para pacientes conveniados ao SUS. Meu muito obrigado a todos. Parabéns, boas festas, feliz Natal e um Ano Novo repleto de saúde, paz, prosperidade e tolerância.

O presidente (deputado Ricardo Campos) – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Eduardo Azevedo.

O deputado Eduardo Azevedo – Sr. Presidente Ricardo Campos, obrigado pela oportunidade. Boa tarde a todos que nos acompanham. No último dia de votação em Plenário, no último dia aqui, na Assembleia, eu confesso a vocês que foram pautados aqui alguns projetos com que eu fiquei muito perplexo. Para quem não sabe e, às vezes, não tenha mensurado a dimensão ainda, hoje nós votamos projetos que vêm intervir na iniciativa privada. Eu entendo muito bem que eu, como parlamentar, não devo intervir na iniciativa privada. Muito pelo contrário, eu devo proporcionar um ambiente para que a iniciativa privada possa crescer cada vez mais. Por exemplo, rapidamente: hoje, após a votação desse projeto, não vão mais poder vender cachorro em *petshop*. Olhe só para vocês verem o absurdo que nós votamos aqui, hoje. Às vezes, os deputados não sabem nem a dimensão daquilo que nós estamos fazendo. Enfim, eu estou aqui para representar o interesse da população. E eu falo para você: você vai a um cartório hoje fazer qualquer tipo de serviço e, só de passar na porta do cartório, só de respirar dentro do cartório, você já está pagando taxa, emolumento, e é muito caro hoje. Foi pautado aqui um projeto para aumentar ainda mais a taxa de emolumentos dentro do cartório. É um absurdo, gente! Para você hoje que compra um imóvel, vou dar um exemplo simples: para um imóvel no valor de mais ou menos R\$100.000,00, você vai pagar em torno de 10% só de taxa de cartório, de prefeitura. Serão R\$10.000,00 só de taxa. Agora foi pautado um projeto aqui e infelizmente aprovado para aumentar ainda mais emolumento de cartório. Os donos de cartório estão nadando de braçada. A gente não está aqui, dentro do Plenário, para representar interesse de dono de cartório; a gente tem que representar interesse da população. Então eu fiquei muito perplexo com esses projetos que aqui foram votados. Embora o projeto tenha sido aprovado, eu votei “não”, porque eu sou contra todo e qualquer tipo de aumento de taxa e de imposto. Sempre que isso for pautado aqui, eu vou votar “não”. Então, infelizmente, encerramos o ano letivo de 2024 desta forma: em vez de representarmos os interesses da população, que nos elegeu, que aqui nos colocou para representá-la, nós estamos representando interesse de dono de cartório.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA EM 19/12/2024**Presidência do Deputado Professor Wendel Mesquita**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Bruno Engler – Professor Wendel Mesquita.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Professor Wendel Mesquita) – Às 14h9min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a solene de amanhã, dia 20, às 10h30min, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/12/2024

Às 10h8min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Adriano Alvarenga e Ricardo Campos, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Leleco Pimentel e Ulysses Gomes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a apreciar o relatório final do Tema em Foco, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, edição 2023-2024. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.485/2023, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Ricardo Campos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É aprovado o relatório final do Tema em Foco, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, edição 2023-2024 (Requerimento em Comissão nº 2.288/2023), de “Acompanhamento do plano de investimentos em infraestrutura elétrica pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig” (relator: deputado Gil Pereira) e encaminhado à publicação. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.762/2024, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a construção de uma subestação de energia elétrica no Município de Santa Fé de Minas, por meio do programa Mais Energia;

nº 11.803/2024, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos da mineração na Serra do Botafogo, no Município de Ouro Preto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2024.

Gil Pereira, presidente – Adriano Alvarenga – Bim da Ambulância.

**ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/12/2024**

Às 11 horas, comparecem à reunião a deputada Bella Gonçalves e os deputados Tito Torres e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a apreciar o relatório final do Tema em Foco, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, edição 2023-2024. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Elaine Braga Martins, delegada de Polícia Federal, solicitando cópia da documentação para subsidiar o pedido de providências constante do Requerimento nº 8.594/2024. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.169/2015 na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: deputado Tito Torres), sendo rejeitadas as Propostas de Emenda nºs 1 a 7, que receberam opinião contrária do relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.252, 9.253, 9.345 a 9.352, 9.354, 9.355, 9.357 a 9.359, 9.361 a 9.363, 9.367 a 9.369, 9.373 a 9.380, 9.387, 9.399 a 9.405, 9.502, 9.503 e 9.619/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.913/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que haja apuração da regularidade do Cadastro Ambiental Rural – CAR – das empresas Rio Rancho Agropecuária S.A. e Florestaminas Florestamento Minas Gerais S.A., notadamente em relação às suas propriedades no território geraizeiro do Vale das Cancelas, no Norte do Estado, nos Municípios de Grão-Mogol e Padre Machado, e para que haja rígido controle e monitoramento do planejamento ambiental e econômico dessas empresas, de forma a combater o desmatamento na região;

nº 11.915/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e à Diretoria Regional de Fiscalização em Montes Claros da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas pedido de providências para que se investigue a regularidade de licenças para a atividade de carvoaria na comunidade tradicional geraizeira Núcleo Lamarão e a atuação em conformidade com a legislação ambiental das empresas AJR e Florestaminas, no Município de Grão-Mogol;

nº 11.922/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao gerente regional da Agência Nacional de Mineração – ANM – em Belo Horizonte pedido de informações sobre a Pilha Satinoco, localizada na Mina Turmalina, no Município de Conceição do Pará, operada pela mineradora de ouro Jaguar Mining, especificamente sobre os seguintes pontos: número, localização e resultado das sondagens feitas na área onde se ergueu a pilha; cálculo e detalhamento do preparo do solo para suportar o peso estimado da pilha; cálculo e dimensionamento do sistema de extravasamento de águas pluviais da pilha; inclinação dos taludes, área, volume e densidade ou tonelagem do material disposto e volume e peso desprendidos no primeiro evento; nomes das empresas e responsáveis pelos estudos técnicos e de geotecnia, bem como o plano de contingenciamento atual e de comunicação disponibilizado até o momento; sobre a existência ou não de licenciamento da pilha, disponibilizando, em caso afirmativo, o parecer único correspondente; sobre a existência de fiscalização, com a informação de datas e conclusões, caso tenha havido fiscalização;

nº 11.923/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a Pilha Satinoco, operada pela mineradora de ouro Jaguar Mining, localizada na Mina Turmalina, no Município de Conceição do Pará, especificamente sobre os seguintes pontos: número, localização e

resultado das sondagens feitas na área onde se ergueu a pilha; cálculo e detalhamento do preparo do solo para suportar o peso estimado da pilha; cálculo e dimensionamento do sistema de extravasamento de águas pluviais da pilha; inclinação dos taludes, área, volume e densidade ou tonelagem do material disposto e volume e peso desprendidos no primeiro evento; nomes das empresas e responsáveis pelos estudos técnicos e de geotecnia, bem como o plano de contingenciamento atual e de comunicação disponibilizado até o momento; e sobre a existência ou não de licenciamento da pilha, disponibilizando-se, em caso afirmativo, o parecer único correspondente; e sobre a existência de fiscalização, com a informação de datas e conclusões, caso tenha havido fiscalização.

É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 11.914/2024, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apure a regularidade das licenças diretas e indiretas de execução de supressão de vegetação e de execução de obras como aceiros, vias, corredores e carreadores e para que verifique as áreas em que há plantio licenciado pela empresa Florestaminas Florestamento Minas Gerais S.A. no território geraizeiro do Vale das Cancelas, no Norte do Estado, no Município de Padre Carvalho, considerando-se as seguintes coordenadas: 16°13'58.2"S42°36'58.0"W; -16,244165,-42,581461; -16,244246,-42,587270; -16,2461940,-42,5848880; -16,2438010,-42,5651160; -16,2516780,-42,5674590; -16,2550220,-42,5644340; -16,2597210,-42,5605500; -16,2645490,-42,5539160; -16,27611700,-42,5462980; -16,2807120,-425412670; -16,2870100,-42,5375550. No momento da votação, é recebida a Emenda nº 1, da deputada Bella Gonçalves, que acrescenta a expressão “e Município de Grão Mogol”. Aprovada a emenda, passa o Requerimento nº 11.914/2024 a ter a seguinte redação: “Da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que apure a regularidade das licenças diretas e indiretas de execução de supressão de vegetação e de execução de obras como aceiros, vias, corredores e carreadores e para que verifique as áreas em que há plantio licenciado pela empresa Florestaminas Florestamento Minas Gerais S.A. no território geraizeiro do Vale das Cancelas, no Norte do Estado, nos Municípios de Padre Carvalho e Grão Mogol, considerando-se as seguintes coordenadas: 16°13'58.2"S42°36'58.0"W; -16,244165,-42,581461; -16,244246,-42,587270; -16,2461940,-42,5848880; -16,2438010,-42,5651160; -16,2516780,-42,5674590; -16,2550220,-42,5644340; -16,2597210,-42,5605500; -16,2645490,-42,5539160; -16,27611700,-42,5462980; -16,2807120,-425412670; -16,2870100,-42,5375550”.

Em seguida, são aprovados os relatórios de visita ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, no Município de Belo Horizonte, realizada em 8/11/2024 (Requerimento em Comissão nº 8.036/2024; relatora: deputada Beatriz Cerqueira); e ao Parque Nacional da Serra do Gandarela, no Município de Rio Acima, realizada em 25/11/2024 (Requerimento em Comissão nº 11.349/2024). É aprovado e encaminhado para publicação o relatório final do Tema em Foco, edição 2023-2024, referente ao acompanhamento das principais ações e projetos de apoio à universalização do saneamento, incluindo o atendimento nas áreas rurais do Estado; destinação dos resíduos sólidos em aterros sanitários; detalhamento das principais ações e projetos e execução do orçamento do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro (relator: deputado Tito Torres), no âmbito do Assembleia Fiscaliza (Requerimento em Comissão nº 2.237/2023). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2024.

Tito Torres, presidente – Enes Cândido – Gustavo Santana.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/12/2024

Às 11h37min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Hely Tarquínio, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Professor Cleiton e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número

regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.241 a 9.246, 9.326, 9.331 a 9.333, 9.335, 9.509 e 9.510/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.910/2024, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Larissa Assis Bocchino, atriz, por ter vencido a categoria Revelação do Ano no prêmio Melhores do Ano 2024, da TV Globo;

nº 11.921/2024, do deputado Professor Cleiton, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja realizada visita ao Santuário do Bom Jesus de Matozinhos e a seu conjunto de esculturas dos 12 profetas, no Município de Congonhas, para avaliar o impacto da atividade minerária na deterioração desse importante patrimônio do barroco mineiro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2024.

Professor Cleiton, presidente – Beatriz Cerqueira – Lohanna.

ATA DA 70ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/12/2024

Às 14h20min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Luizinho, Bruno Engler e Caporezzo (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. São retirados de pauta por deliberação da comissão, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, os Requerimentos nºs 9.515 e 9.520/2024. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.294 a 9.298, 9.457, 9.459 a 9.464, 9.466 a 9.468, 9.472 a 9.475, 9.486, 9.487, 9.499, 9.500, 9.511 a 9.513, 9.518 e 9.519/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação, cada um por sua vez, e aprovado o seguinte requerimento:

nº 11.925/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a instalação de base comunitária da PMMG no Bairro Glória, em Belo Horizonte, e para a intensificação do policiamento nos Bairros Glória, Álvaro Camargos e Dom Bosco, também nesse município, tendo em vista o aumento dos índices de criminalidade na região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, dia 18/12/2024, às 10h15min e às 14h15min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente.

**ATA DA 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/12/2024**

Às 14h40min, comparecem à reunião os deputados Zé Guilherme, João Magalhães, Cássio Soares e Tito Torres (substituindo o deputado Doorgal Andrada, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Lohanna. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. O presidente suspende a reunião. Os trabalhos são reabertos com a presença dos deputados Zé Guilherme, João Magalhães, Ulysses Gomes e Roberto Andrade (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BAM), membros da comissão. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 59/2024 (relator: deputado Zé Guilherme). Registra-se a presença dos deputados Cristiano Silveira, e Rodrigo Lopes (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.564/2024 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Zé Guilherme); e pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.191/2024 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Zé Guilherme). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2024.

Zé Guilherme, presidente.

**ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/12/2024**

Às 16h5min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna e o deputado Leleco Pimentel (substituindo o deputado Hely Tarquínio, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 530/2019 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.102/2022 na forma do Substitutivo nº 3 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.250/2023 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.705/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (relatora: deputada Lohanna). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.610/2024 com a Emenda nº 1, votada em separado (relatora: deputada Beatriz Cerqueira), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.238 a 9.240, 9.309 a 9.313, 9.396, 9.488 a 9.493, 9.495, 9.496, 9.501, 9.521, 9.523, 9.637 e 9.650/2024. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.895/2024. Passa-se à 3ª Fase da 2ª

Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.848/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico e à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados pedido de providências para que, visando à redução ou à isenção das taxas e dos demais custos para o registro das empresas juniores, estudem a viabilidade de alteração da legislação pertinente;

nº 11.849/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – para propor a criação de um programa de empreendedorismo jovem no Estado;

nº 11.850/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja realizada visita à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – para tratar da criação de editais que contemplem as empresas juniores;

nº 11.851/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os recursos orçamentários destinados à promoção do empreendedorismo entre jovens no último triênio;

nº 11.852/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as iniciativas educacionais voltadas à formação e capacitação de jovens para o empreendedorismo, especificando-se os cursos, as oficinas ou as disciplinas sobre empreendedorismo ofertados nas escolas e nas instituições estaduais de ensino; os indicadores de impacto de iniciativas desse gênero implementadas nos últimos anos e as perspectivas de ampliação de programas de educação empreendedora;

nº 11.853/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre programas e iniciativas vigentes destinados a apoiar jovens empreendedores no Estado, consubstanciadas em documento contendo a relação de programas de financiamento ou microcrédito disponibilizados nos últimos cinco anos, com os respectivos critérios de legibilidade e alcance; dados sobre parcerias com instituições privadas ou organizações não governamentais que ofereçam suporte aos jovens empreendedores; e metas estabelecidas para o fortalecimento do empreendedorismo jovem em 2024 e as estratégias para alcançá-las;

nº 11.854/2024, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de providências para que seja avaliada a viabilidade de se lançarem editais específicos ou se destinar parte dos recursos de seus editais para projetos de empresas juniores;

nº 11.931/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que o Poder Executivo faça a divulgação formal e detalhada das orientações relativas ao pagamento do reajuste do piso salarial profissional nacional dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016 devido aos servidores da educação básica, informando as datas de pagamento e os critérios de acordo com a situação funcional dos servidores, conforme foi apresentado pelo representante da Secretaria de Estado de Educação, Sr. Tarcísio de Castro Monteiro, durante a audiência pública realizada na 42ª Reunião Extraordinária da comissão, em 16 de dezembro de 2024;

nº 11.932/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que o Poder Executivo adote as medidas necessárias para garantir agilidade e pagamento imediato do reajuste do piso salarial profissional nacional aos servidores aposentados da educação básica referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016;

nº 11.933/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Fundação Helena Antipoff – FHA – em Ibité pedido de providências para que o Poder Executivo adote todas as medidas necessárias de modo a garantir, em dezembro de 2024, o pagamento

do reajuste do piso salarial profissional nacional referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016 a todos os servidores públicos da educação lotados na FHA;

nº 11.934/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para que seja garantida a celeridade do processo nº 1177598, com vistas a assegurar o direito de nomeação dos candidatos aprovados no Edital nº 2/2024, da Prefeitura de Ibirité, bem como seja oportunizada a conciliação entre os envolvidos e a prolação de decisão definitiva no processo, de modo a propiciar a homologação do concurso e a realização das nomeações;

nº 11.935/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a vereadora Bethe Bitencourt, da Câmara Municipal de Piranguinho, pelo mandato parlamentar dedicado à defesa da educação pública e dos profissionais da educação;

nº 11.936/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos socioeducacionais para a comunidade escolar da Escola Municipal Aurora Julia da Fonseca e da Escola Estadual Dr. Isaura Epifânio, localizadas no Município de Conceição do Pará, em decorrência do desmoronamento da pilha de rejeitos da Mina Turmalina, de propriedade da empresa Jaguar Ming;

nº 11.937/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Escola Municipal Aurora Julia da Fonseca e à Escola Estadual Dr. Isaura Epifânio, no Município de Conceição do Pará, para verificar os impactos socioeducacionais à comunidade escolar, em decorrência do desmoronamento da pilha de rejeitos da Mina Turmalina, de propriedade da empresa Jaguar Ming;

nº 11.947/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que o Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec –, em Pará de Minas, seja transferido para outro local nesse município, com vistas a garantir o pleno funcionamento da Escola Estadual Professor Pereira da Costa, cujas instalações o Cesec utiliza;

nº 11.948/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os critérios e estudos que fundamentaram o fechamento de turmas do ensino fundamental na Escola Estadual Professor Pereira da Costa, em Pará de Minas, o que acarretou a notícia de possível fechamento dessa escola;

nº 11.949/2024, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações substanciadas em dados ou estudos utilizados para eleger a Escola Estadual Professor Pereira da Costa, em Pará de Minas, como sede do Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec –, apresentando-se elementos que comprovem a existência de uma demanda suficiente na região para a implantação do Cesec, haja vista o impacto dessa decisão na comunidade escolar e no atendimento educacional já oferecido pela instituição;

nº 11.956/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja dado andamento ao processo de movimentação dos servidores efetivos do Quadro de Magistério e do Quadro Administrativo da rede estadual de ensino e para que seja publicado imediatamente o cronograma de movimentação para permuta, remoção estadual e regional, conforme previsto no art. 1º da Resolução SEE nº 4.973, de 2024;

nº 11.958/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Bom Jesus do Galho pedido de providências para que, antes da votação de projeto de lei sobre a adesão desse município ao Projeto Mãos Dadas, seja realizada ampla consulta à comunidade local, por meio de audiências públicas; e para que a ampla consulta ocorra durante o ano letivo, de modo a possibilitar a real participação da comunidade;

nº 11.959/2024, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de São Francisco pedido de providências para que, antes da votação de projeto de lei pelo Legislativo municipal, seja realizada ampla consulta à

comunidade local, por meio de audiências públicas, sobre a adesão ou não do município ao Projeto Mãos Dadas; e que a ampla consulta ocorra durante o ano letivo, de modo a possibilitar a real participação da comunidade.

Em seguida, são aprovados os seguintes relatórios de visita: à Escola Estadual Doutor Lucas Monteiro Machado, no Bairro Pindorama, em Belo Horizonte, realizada em 4/3/2024; ao Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec – Clemente de Faria, no Município de Contagem, realizada em 29/11/2024; ao museu da Escola Professora Ana Maria Casasanta Peixoto, no Município de Belo Horizonte, realizada em 18/11/2024; e à Escola Estadual Professora Nhanita, no Distrito de Brumal, no Município de Santa Bárbara, realizada em 22/11/2024. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Lohanna – Professor Cleiton.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/12/2024

Às 9h43min, comparecem à reunião as deputadas Beatriz Cerqueira e Lohanna e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Hely Tarquínio. A presidenta apresenta o balanço das atividades da comissão no ano de 2024 e, em seguida, concede a palavra aos demais deputados para suas considerações. Logo após, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/12/2024

Às 9h55min, comparecem à reunião a deputada Lud Falcão e os deputados Arlen Santiago, Lucas Lasmar e Grego da Fundação (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Adriano Alvarenga e Delegado Christiano Xavier. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Secretaria de Estado de Saúde publicado no *Diário do Legislativo*, em 13/12/2024. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei n°s 1.599 e 1.742/2023, no 1º turno, 2.073 (emendas), no 1º turno, 2.715 e 2.993/2024, no 1º turno (Arlen Santiago), 3.274/2021, no 1º turno, e 4.453/2017, em turno único (Doutor Paulo), 2.983/2024, no 1º turno (Doutor Wilson Batista), 12/2023, em turno único (Lucas Lasmar), e 3.466/2022, no 2º turno, e 4/2023, em turno único Lud Falcão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei n°s 3.795/2022 na forma do Substitutivo n° 2 da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (relator: deputado Lucas Lasmar), 12/2023 na forma apresentada (relator: deputado Lucas Lasmar); pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei n° 3.440/2022 na forma do Substitutivo n° 2 (deputado Arlen Santiago); pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 2.061/2024 na forma do Substitutivo n° 2 (deputado

Arlen Santiago em virtude de redistribuição), 2.258/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (deputado Arlen Santiago), e 2.679/2024 na forma do Substitutivo nº 2 (deputado Arlen Santiago em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 697/2023, em 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Lud Falcão, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.919 e 11.926 a 11.930/2024. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2024.

Arlen Santiago, presidente – Lucas Lasmar – Lud Falcão.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 18/12/2024

Às 16h14min, comparecem à reunião as deputadas Lohanna e Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Hely Tarquínio, por indicação da liderança do BDL) e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.862/2024 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Professor Cleiton). O Projeto de Lei nº 2.709/2024 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir o Sr. Leônidas Oliveira, secretário de Estado de Cultura, e a Sra. Maristela Rangel Pinto, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2024.

Professor Cleiton, presidente.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 19/12/2024

Às 10h10min, comparecem à reunião a deputada Andréia de Jesus, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater, sob a perspectiva dos direitos humanos, os 10 anos de atuação da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal – Ama+Me –, tendo em vista que o fomento e o reconhecimento da efetiva regulamentação da *Cannabis* medicinal assegura a inúmeros pacientes uma vida com mais qualidade e dignidade. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do programa *Culthis*, da UFMG, encaminhando o relatório semestral da Plataforma Desencarcera! referente às denúncias de violações de direitos humanos publicadas no primeiro semestre de 2024; e ofícios publicados no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Prefeitura Municipal de Lavras (20/4/2024); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (18/4/2024); da Agência Nacional de Mineração – Regional Minas Gerais (21/3/2024); do Ministério Público de Minas Gerais (21/3/2024); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (1º/5/2024); da Prefeitura Municipal de Betim (19/9/2024); da Secretaria Municipal de Saúde de Betim (25/9/2024); e do Conselho

Nacional de Justiça (18/10/2024). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença remota da Sra. Ângela Maria da Silva Gomes, engenheira florestal, coordenadora de formação política do Movimento Negro Unificado – MNU – e professora do UniBH; e presencialmente das Sras. Juliana Ceolin Soares, presidenta da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal – Ama+Me; Adriana de Barros Monteiro, delegada-geral de Polícia Civil de Minas Gerais junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando Letícia Baptista Gamboge Reis, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG; Fabrícia Soares Barreira e Cláudia Lopes Zanette, associadas da Ama+Me; e dos Srs. Ângelo Alexandre Marzano, promotor de justiça na 18ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, Igualdade Racial, Apoio Comunitário e Fiscalização da Atividade Policial; Anderson Nazareno Matos, psicólogo assessor de Acolhimento na Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal – Ama+Me; Lucas Candini Soares, advogado e vice-presidente do Angatu – Associação de Cannabis Medicinal; Leandro Cruz Ramires da Silva, médico-cirurgião oncologista, mastologista e diretor médico científico da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal – Ama+Me; Marco Antônio de Abreu Cotta, associado da Ama+Me; Dario Ricardo Braga de Moura, assessor parlamentar da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Francisco Ângelo Silva Assis, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio do Terceiro Setor – Caots; Bruno Barcala Reis, defensor público coordenador da Defensoria Especializada de Saúde, representando Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, defensora pública-geral do Estado. A presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata, considera-a aprovada e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2024.

Andréia de Jesus, presidenta.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Solene da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião solene da Assembleia para as 10h30min do dia 20 de dezembro de 2024, destinada ao encerramento da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura.

Palácio da Inconfidência, 19 de dezembro de 2024.

Tadeu Leite, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Apresentação

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira, visitou o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, com o objetivo de verificar as condições de acompanhamento da concessão das outorgas para o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito–SAAE Itabirito, bem como os estudos técnicos que instruíram essas

outorgas que permitem à empresa Coca-Cola (Femsa) a exploração das águas subterrâneas do Aquífero Cauê. (Requerimento de Comissão nº 8.036, de 2024).

Estiveram presentes as deputadas Beatriz Cerqueira e Chiara Biondini e o deputado Adriano Alvarenga; Marcelo da Fonseca, diretor-geral do Igam; Rogério Eduardo de Oliveira, diretor-presidente do SAAE-Itabirito; Heloisa Cristina França Cavallieri, superintendente técnica do SAAE-Itabirito; Marco Aurélio de Carvalho, do SAAE-Itabirito; Cléverson Ulisses Vidigal, ambientalista, e Ronald Fleischer, geólogo, integrantes da ONG Abrace a Serra da Moeda; Cláudio Bragança, presidente da Associação dos Moradores de Campinho; Gilson Reis, representante da Comunidade de Campinho; Geancarlo Montezano, representante da Comunidade de Suzano; e outras pessoas interessadas na temática.

Relato

Contextualização

Em junho de 2015, a Coca-Cola instalou fábrica no Município de Itabirito e, cerca de dois meses depois, foi constatada diminuição da vazão de água para atendimento das localidades do entorno. Segundo dados fornecidos pela ONG Abrace a Serra da Moeda, o empreendimento extrai mensalmente mais de 173.000m³ de água subterrânea da Serra da Moeda. Tal situação levou algumas comunidades de Brumadinho, entre elas Campinho e Suzano, a enfrentarem uma situação de desabastecimento e escassez hídrica que já dura quase nove anos.

A outorga para o uso de recursos hídricos foi concedida pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotamento – SAAE – do Município de Itabirito. Ocorre que se trata de outorga coletiva do distrito industrial da região e não há diferenciação qualitativa e quantitativa do uso hídrico individual de cada empreendimento. Além disso, segundo a ONG, não foi feito estudo de impacto ambiental, nem medição do nível do lençol freático para a instalação da fábrica, o que denotaria irregularidade na concessão da outorga.

Em 8/4/2024, foi realizada visita à Comunidade de Campinho, no Município de Brumadinho, onde foram ouvidos moradores dessa e da Comunidade de Suzana, afetados pela escassez hídrica na região. Os participantes puderam conhecer o local onde estão caixas d'água, com capacidade de armazenagem de 40 mil litros, que recebem o abastecimento diário de dois caminhões-pipa realizado pela Coca-Cola. Visualizaram também, à distância, uma das nascentes, em que foi possível perceber a reduzida vazão de água.

Em decorrência dessa visita, foi realizada audiência pública, em 10/9/2024, que, além de discutir os impactos do empreendimento para as duas comunidades de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi debatido o termo de ajustamento de conduta – TAC – firmado no Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – em junho deste ano.

Durante a reunião, os representantes das comunidades se mostraram indignados por não terem sido consultados ou informados sobre esse acordo com o MPMG. Além disso, apresentaram críticas ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pela sua atuação no caso.

Relato da Visita

Também em decorrência daquela visita realizada anteriormente, esta se traduziu em uma reunião e apresentação de *slides* com a presença das deputadas e do deputado mencionados, de representantes das Comunidades de Campinho e Suzana, do Igam e do SAAE-Itabirito. Teve início às 10h30, em sala de reunião na sede do Igam, na Cidade Administrativa de Minas Gerais – Camg –, no Município de Belo Horizonte.

A deputada Beatriz Cerqueira iniciou os trabalhos com a contextualização dos motivos da visita. Ressaltou a dificuldade da população de ter acesso a informações detalhadas sobre o caso, bem como de participar das decisões sobre o assunto. Sinalizou a ausência do promotor de Justiça de Brumadinho, que havia sido convidado. E destacou aspectos do TAC, como a possibilidade de

perfuração de novos poços. Questionou a falta de estudo técnico e de consulta aos afetados pela falta de água na elaboração do referido termo.

Para a dinâmica dos trabalhos, inicialmente, estabeleceu-se que os representantes afetados seriam ouvidos antes do Igam e do SAAE-Itabirito.



Deputada Beatriz Cerqueira
Foto: Guilherme Bergamini/ALMG

Na sequência, o geólogo Ronald Fleischer, da ONG Abrace a Serra da Moeda, mostrou sua preocupação com a disponibilidade hídrica na Serra da Moeda, principalmente no seu flanco leste, que inclui área da Coca-Cola e do empreendimento C-Sul, que impactam as nascentes da vertente oeste da serra. Lembrando alguns fatos, ele destacou que o SAAE-Itabirito apresentou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA – em que não foi prevista a instalação da Coca-Cola, mas, sim, de indústrias que utilizavam pouca água. Ou seja, o uso de água não foi considerado relevante na análise do estudo. Assim, o licenciamento foi obtido pelo SAAE. Além disso, a Prefeitura de Itabirito criou alguns incentivos para a instalação da multinacional, como o fornecimento de água no volume de que a empresa necessitava. O SAAE-Itabirito obteve outorga de pesquisa hidrológica, e a empresa iniciou suas atividades sem outorga de recursos hídricos, a qual foi obtida dois meses após o início de sua operação. Nesse interstício, foi observada redução da vazão das nascentes de Campinho e Suzana.

Segundo o geólogo, a Coca-Cola contratou empresa de pesquisa hidrológica para estudar o assunto, cuja conclusão foi a de que a redução das vazões teria ocorrido pelo baixo índice pluviométrico e não em decorrência do bombeamento. Ele também lembrou que a empresa possui um decreto de lavra de água subterrânea em terreno a quatro quilômetros de onde está atualmente instalada e que não geraria tantos prejuízos às nascentes que atendem a essas comunidades. No entanto, segundo Ronald Fleischer, o Igam não observaria nenhuma dessas considerações.



Ronald Fleischer, geólogo da ONG Abrace a Serra da Moeda

Foto: Guilherme Bergamini/ALMG

Por sua vez, Gilson Reis, representante da Comunidade de Campinho, contou que seus familiares estão no local há muitos anos e relatou as dificuldades que produtores rurais do Vale do Paraopeba têm enfrentado devido à escassez de água, não só quem mora abaixo da nascente. Ele falou que a introdução irresponsável do empreendimento da Coca-Cola no ecossistema prejudica a recomposição do Rio Paraopeba. Segundo ele, esse corpo hídrico tem sido potencialmente destruído, em função dessa exploração de água que sequer foi objeto de estudo ambiental. Mostrou indignação por essa discussão estar se estendendo por nove anos e por nenhuma atitude concreta para conter o avanço desses danos ter sido tomada. Sugeriu à deputada que as comunidades quilombolas e indígenas deveriam ser incluídas nesse processo, porque também são atingidas pelo problema.



Gilson Luiz Reis, representante da Comunidade de Campinho

Foto: Guilherme Bergamini

Em seguida, Cléverson Ulisses Vidigal, ambientalista da ONG Abrace a Serra da Moeda, ressaltou que na Licença Prévia – LP – do empreendimento não havia nenhum estudo demonstrando a viabilidade de sua instalação na região e que o Parecer Único da Semad previa que o abastecimento de água para a Coca-Cola seria feito pelo Saae-Itabirito. Explicou que o primeiro estudo hidrogeológico nesse processo ocorreu em outubro de 2015, mas a empresa iniciou as atividades em junho daquele ano. Em agosto do mesmo ano foi concluído que a empresa deveria ter uma outorga de pesquisa, o que, segundo ele, parece forjado. Acrescentou que houve omissão do Igam durante o trâmite das outorgas. Lembrou que, em 2021, o instituto emitiu outorga definitiva ao Saae-Itabirito para 30 anos de exploração e que, na avaliação dele, o órgão deveria realizar um estudo de impacto cumulativo, e não apenas uma análise individual do impacto de cada empreendimento. O ambientalista acredita que, se fosse observado o todo durante esse processo, concluir-se-ia que o impacto é tão grande que ultrapassa a capacidade hidrológica do aquífero de atender aos empreendimentos e à sociedade.

Conforme afirmou ainda, merece destaque o fato de o Saae-Itabirito estar monitorando as nascentes de Suzano, onde constatou disponibilidade de 7 litros/segundo. Porém, a outorga do Igam para uma associação do Município de Itabirito é de 18 litros/segundo, o que demonstra uma incoerência do instituto. Concluiu, dessa forma, que há um descaso do órgão ambiental, eis que os impactos sofridos estão acontecendo dentro de uma unidade de conservação de proteção integral.



Cléverson Ulisses Vidigal, ambientalista da ONG Abrace a Serra da Moeda

Foto: Guilherme Bergamini/ALMG

Na sequência, Geancarlo Montezano, representante da Comunidade de Suzano, contou que foi o responsável pela solicitação da outorga de água mencionada anteriormente e confirmou que foi outorgada quantidade além da vazão real. Ele afirmou que tenta entender como é feita a análise do órgão para esse ato administrativo e questiona se não há verificação dos dados. Destacou que a seca tem afetado gravemente a região e, conforme estudo que o Saae-Itabirito está realizando, a disponibilidade hídrica está sofrendo redução expressiva.



Geancarlo Montezano, representante da Comunidade de Suzano

Foto: Guilherme Bergamini/ALMG

Representando o Igam, o diretor-presidente Marcelo da Fonseca iniciou sua fala com explicações didáticas sobre o assunto. Pontuou que outorga não é um direito definitivo. Segundo ele, a concessão parte de uma avaliação técnica, e a metodologia de outorga em Minas Gerais observa valores de referência, a denominada vazão “Q7,10”, que é a mais restritiva do País. Isso quer dizer, segundo ele, a menor vazão observada estatisticamente durante 7 dias consecutivos num período de recorrência de 10 anos. Esclareceu que, quando é feita a análise da outorga, considera-se essa vazão estatística (“Q7,10”) com o cenário de criticidade, respeitado o princípio da precaução, ou seja, a metodologia leva em consideração a variação de disponibilidade hídrica.

Lembrou que, a partir de 2015, devido à crise de abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, em função da aceleração das mudanças climáticas, passou-se a observar diretriz de monitoramento das disponibilidades hídricas e, caso se chegasse a uma situação em que a vazão observada fosse próxima ou mínima em relação à “Q7,10”, as outorgas deveriam ser reduzidas.



Marcelo da Fonseca, diretor-presidente do Igam

Foto: Guilherme Bergamini/ALMG

O diretor-presidente do Igam ainda detalhou que, quando se observa uma vazão menor, o órgão realiza revisão de ofício das outorgas para que suas vazões sejam reduzidas até o restabelecimento dos níveis de vazão daquele corpo hídrico. Da mesma forma, quando há denúncias comprovadas de redução da vazão hídrica decorrente de um uso irregular, essa metodologia é usada apenas quando se trata de água superficial.

No caso de água subterrânea, destacou que é feita uma avaliação de impacto por meio de pesquisa hidrológica. Assim, é elaborado modelo matemático que simula o comportamento do aquífero. Em seguida, para verificar se corresponde à realidade, permite-se a operação da outorga para verificar se o que o modelo indicou é o que está realmente acontecendo. Por esse motivo, o empreendimento da Coca-Cola está passando por essa pesquisa de verificação do comportamento do aquífero, garantiu.

O diretor-presidente foi questionado sobre a existência de estudos anteriores à instalação e ao funcionamento das atividades da multinacional, mas a resposta não foi clara. Ele falou que o estudo para concessão da outorga é o que traz a avaliação do aquífero e que o pré-estudo não serviria para avaliar o efeito da atividade no aquífero.

Nesse momento, a deputada lembrou da crise climática vivenciada na atualidade e que existem comunidades sem acesso suficiente à água. Assim, questionou se não seria o caso de alterar esse modelo de análise de processos de concessão de outorgas.

Os representantes do Saae-Itabirito iniciaram apresentação de *slides* com informações gerais sobre a empresa. Nesse momento, a deputada interveio e alertou que o objeto técnico da visita era a atuação da Coca-Cola, sobre a qual o órgão não levou informações detalhadas. A ideia da visita não era uma avaliação sistemática do Igam ou do Saae, conforme requerimento aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Posteriormente, o Saae-Itabirito foi questionado sobre o valor que é cobrado da Coca-Cola por litro de água, ao qual não foi apresentada uma resposta objetiva. Tampouco a média mensal de consumo da empresa foi apresentada.

O diretor do Igam afirmou que, se a operação dos Poços P1 e P2 continuar como está, até 2040 haverá um grande rebaixamento na nascente. Por isso, conforme termos do TAC, os Poços P1 e P2 terão o bombeamento reduzido e será construído um Poço P3 para atender o empreendimento da Coca-Cola. Segundo o Saae-Itabirito, esse novo poço deverá estar pronto e em operação em março de 2025 e, por 3 meses, até junho de 2025, será observado se houve um retorno da vazão dos Poços P1 e P2.

Nesse contexto, foi levantada questão sobre o tempo necessário para a recarga do aquífero. O diretor do Igam explicou que depende do tipo de aquífero, ressaltou que só a partir da entrada em operação do Poço P3 será possível concluir qual é a variável que está impactando os outros dois. Pontuou que há relatos de que as nascentes já estavam sendo impactadas antes da instalação da empresa, o que seria indício de que não é a exploração de água subterrânea que estava impactando o corpo hídrico.

O Saae-Itabirito acrescentou que, com base nos dados colhidos ao longo de três meses, será avaliado por meio de estudo, conforme determinado na condicionante da outorga e no termo de compromisso, o impacto da mudança na operação dos poços sobre a vazão do aquífero.

O deputado Adriano Alvarenga enfatizou que a operação do Saae-Itabirito não deve atender só a Coca-Cola, mas também a comunidade. Observou que, devido às chuvas irregulares e ao aquecimento global, a tendência é que a disponibilidade hídrica só diminua. Recordou que várias nascentes que jorravam água na região onde morava, hoje estão secas. Como não há nenhum poço artesiano próximo, concluiu que as mudanças climáticas são o principal fator para essa alteração.



Deputado Adriano Alvarenga

Foto: Guilherme Bergamini/ALMG

Por fim, os representantes das comunidades concluíram que a legislação e a estrutura do Estado estão muito aquém das necessidades históricas da sociedade. A mensagem, segundo eles, é que o poder público repense todas as suas estruturas montadas que não conseguem dar resposta ao fenômeno natural de extremos climáticos. Frisaram que não se trata de crítica aos servidores públicos do órgão, mas à estrutura administrativa e ao funcionamento dos órgãos ambientais do Estado.

Ao concluir, a deputada Beatriz Cerqueira ratificou que o correto seria um olhar conjunto para a proteção do aquífero, com medidas restritivas ao uso da Coca-Cola até que sejam concluídos os estudos. Sua percepção foi a de que há um esforço grande do órgão ambiental estadual e do Saae-Itabirito de provar que a exploração da empresa não está impactando o aquífero. Nesse ponto, o diretor do Igam discordou, salientando que o órgão é técnico e que a decisão não foi política, mas uma avaliação técnica. A parlamentar voltou ao seu raciocínio, fazendo constar que, se há nascentes secas e desabastecimento hídrico das comunidades, o modelo atual de outorga de uso de recursos hídricos possui falhas, razão pela qual seria o momento de repensar essa dinâmica.

Conclusão

A visita reforçou, mais uma vez, a compreensão da parlamentar e dos participantes sobre a gravidade da falta de estudos prévios de impacto ambiental para a instalação e continuidade de empreendimento que faz uso expressivo de água e da ausência da participação das comunidades atingidas pela escassez hídrica na tomada de decisões relacionadas ao tema. Além disso, ficou claro que se mantém urgente a busca por uma solução para o restabelecimento ambientalmente adequado e sustentável do abastecimento de água nas comunidades de Campinho e Suzano, no Município de Brumadinho.

Também foi confirmada a ameaça que a atividade da Coca-Cola Femsa impõe ao corpo hídrico da região e a ineficácia das medidas que estão sendo adotadas pela empresa em relação ao problema, com o aval do Igam, sob o fundamento de que não há dados concretos de que as atividades da empresa estejam afetando a disponibilidade hídrica na área do entorno de sua exploração.

A sequência da atuação parlamentar ligada ao tema envolve os seguintes encaminhamentos:

- Realização de visita técnica à Coca-Cola Femsa para fiscalizar sobre a questão e buscar esclarecimentos sobre a falta de transparência das informações e de participação da população interessada, bem como soluções efetivas para o restabelecimento da disponibilidade hídrica nas Comunidades de Campinho e Suzano;

- Encaminhamento de requerimento de com pedido de providências ao diretor-presidente do Igam, para que apresente a análise dos estudos de acompanhamento das vazões dos Poços P1 e P2, com a entrada em funcionamento do Poço P3 do SAAE-Itabirito, na região onde está instalado o empreendimento da Coca-Cola.

Cabe agora à comissão continuar acompanhando o tema no campo de sua competência regimental.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, relatora.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Administração Pública

Finalidade: Averiguar as condições de trabalho e fazer a escuta dos servidores sobre a possibilidade de terceirização no setor de Serviço de Radiologia e Diagnóstico por Imagem do Hospital Governador Israel Pinheiro, do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, que está sendo discutida pelo Estado.

Local visitado: Hospital Governador Israel Pinheiro – HGIP –, situado na Alameda Ezequiel Dias, nº 225, Centro, em Belo Horizonte.

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 10.141/2024, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Administração Pública esteve, em 29 de novembro de 2024, às 10 horas, no Hospital Governador Israel Pinheiro – HGIP – do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg –, com o objetivo de verificar as condições de trabalho e fazer a escuta dos servidores sobre a possibilidade de terceirização no setor de Serviço de Radiologia e Diagnóstico por Imagem daquele Hospital.

A visita teve a participação da deputada Beatriz Cerqueira, que foi acompanhada pela presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, Antonieta de Cássia Dorledo de Faria; pela coordenadora jurídica do Sindicato dos Profissionais que Trabalham com Radiação, Auxiliares, Ultra-sonografia e Xeroradiografia do Estado de Minas Gerais, Adriana Aparecida de Mendonça; pelo vice-presidente do mesmo sindicato, Ricardo Antônio de Oliveira Macedo; e pela assessora jurídica do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais, Mariana Queiroz Cardoso Lobato Waller. Todos foram recebidos pelo chefe de gabinete Erick Michalsky Cardoso; pela médica e gerente técnica hospitalar do HGIP Marcela Rangel de Castro Vianna; pelo assessor da Diretoria de Saúde Mário Demétrio Rezende Barra; e pela chefe do Departamento de Apoio Diagnóstico do HGIP, Maristela Avelina Soares Lopes.

Contextualização

O Ipsemg atua como entidade responsável por gerir a previdência dos servidores públicos estaduais e por garantir a atenção à saúde desses servidores, bem como dos pensionistas e seus dependentes, contando com cerca de 900 mil beneficiários.

Constitui-se como autarquia – sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico-administrativo, com servidores concursados, e integra a área de competência da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag.

A atenção à saúde dos beneficiários do Ipsemg é custeada pelo desconto de 3,2% na folha de pagamento dos servidores e pensionistas estaduais e pela contrapartida patronal, que equivale a 1,6% dos respectivos vencimentos. Além disso, parte do valor dos serviços prestados também é paga pelos usuários, em regime de coparticipação.

Atualmente, o Ipsemg possui uma rede própria referência em assistência hospitalar, ambulatorial e odontológica, em todos os níveis de complexidade. A rede própria é formada pelo HGIP, pelo Centro de Especialidades Médicas – CEM – e pela Gerência Odontológica – Geodont –, localizados em Belo Horizonte, além de consultórios médicos e odontológicos nas unidades regionais no

interior de Minas. De forma complementar e para garantir a capilaridade dos serviços de saúde, o Ipsemg realiza o credenciamento de hospitais, clínicas e laboratórios em todo o Estado.

O HGIP, objeto desta visita, foi inaugurado em 18 de fevereiro de 1971, então denominado Hospital de Base da Previdência. Dada a sua centralidade e singularidade na rede de atendimentos, é simplesmente chamado de Hospital do Ipsemg. Conforme o *site* do Ipsemg, oferece atendimentos de média e alta complexidade, incluindo urgência e emergência, cirurgias e internação em várias especialidades, maternidade, centros de terapias intensivas neonatal, pediátrico e adulto, unidades de hemodinâmica, hemodiálise e quimioterapia, além de exames clínicos e de imagem.

Antecedentes

Em 30 de maio de 2023, a Comissão de Administração Pública realizou audiência pública para debater a prestação dos serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica aos usuários do Ipsemg e de atendimento aos servidores públicos pelas áreas de perícia médica e saúde ocupacional do Estado e fazer um balanço da prestação desses serviços.

Durante a reunião, representantes de diversas categorias de servidores estaduais relataram que os beneficiários têm enfrentado dificuldades para o agendamento de consultas, exames e cirurgias em todas as regiões do Estado. Em algumas delas, sequer há profissionais credenciados para determinadas especialidades. Além disso, registrou-se que os servidores do Ipsemg estão há anos sem reajustes salariais e trabalham sobrecarregados, embora a infraestrutura física da rede própria esteja subutilizada.

Entre as razões para a situação de precarização no atendimento, os participantes apontaram a queda no repasse das contribuições patronais, que inviabiliza a sustentabilidade financeira da assistência à saúde dos beneficiários; a falta de reposição do quadro de profissionais efetivos após exonerações e aposentadorias, seja pela abertura insuficiente de vagas em concursos, seja pela baixa atratividade dos vencimentos pagos; o descredenciamento de clínicas, hospitais e profissionais no interior do Estado, o que reduz a capilaridade da assistência e acarreta sobrecarga nos serviços da Capital; e a precariedade de algumas instalações da rede própria, tal como a ala B do HGIP, que está com obras de reforma paralisadas há anos.

Em decorrência desses relatos, foram propostas visitas às unidades do Ipsemg, tendo sido realizadas ao todo, até o momento, quatro visitas técnicas às estruturas da rede.

A primeira dessas visitas se deu ao HGIP, em 28 de agosto de 2023, para avaliar as condições de atendimento e verificar as causas da demora no agendamento de consultas, exames e cirurgias. Na oportunidade, foi verificado, *in loco*, o subaproveitamento da infraestrutura do HGIP em razão, sobretudo, do fechamento de toda a ala B do edifício e da carência de profissionais de diversas áreas e especialidades, situação que contribui para a dificuldade relatada pelos beneficiários para conseguir atendimento médico pelo Ipsemg. Foi, então, recomendado, pela Comissão de Administração Pública, à Seplag, que fizesse o planejamento para suprir o déficit de cargos do Instituto e informasse à comissão o cronograma de reforma da ala B.

Na segunda visita, realizada em 19 de fevereiro de 2024, ao Centro de Especialidades Médicas, buscou-se averiguar o déficit na capacidade de atendimento ambulatorial da rede própria do Ipsemg em razão de falta de pessoal. No comparecimento ao CEM, foi identificado o subaproveitamento de sua infraestrutura, em razão, sobretudo, da escassez de profissionais de diversas áreas e especialidades, situação que contribui para a dificuldade, relatada pelos beneficiários, de conseguir atendimento médico pelo Instituto. Nesse sentido, em 2023, 33.608 beneficiários procuraram diretamente o CEM, por não conseguir agendamento de consultas e, destes, apenas 12.703 foram atendidos.

Por sua vez, em 26 de fevereiro de 2024, foi realizada a terceira visita, dessa vez à Gerência Odontológica do Ipsemg, com o objetivo de averiguar suas condições de atendimento odontológico, clínico e cirúrgico. Durante a inspeção, foi constatado que a Geodont, embora equipada para operar com 140 dentistas, contava com apenas 51 profissionais efetivos. Uma ala inteira da Gerência, com 21 consultórios, estava desativada devido ao sucateamento dos equipamentos. Ficou claro que a situação comprometia a capacidade de atendimento, resultando na demora na marcação de consultas – que pode chegar a três meses de espera. A carência de

técnicos e auxiliares de saúde bucal foi também apontada como um fator agravante. Verificou-se, ainda, que há déficit no pessoal de apoio administrativo, o que prejudica a gestão das agendas e a coordenação dos atendimentos – resultando em maior espera para consultas e menor capacidade de atendimento. Ademais, constatou-se que a falta de profissionais dedicados ao apoio administrativo retarda os processos de aquisição e manutenção de materiais e equipamentos, afetando diretamente a reposição de itens necessários para o atendimento odontológico e comprometendo o conforto e a segurança dos pacientes e dos funcionários. Também foi verificada a deficiência nos sistemas eletrônicos de marcação e aproveitamento de consultas, bem como na infraestrutura de informática para os registros em prontuários eletrônicos – o que igualmente depende de uma equipe de apoio administrativo dedicada e capacitada.

Por fim, foi realizada a quarta visita, em 29 de novembro de 2024, retornando ao HGIP, agora com o intuito de averiguar as condições de trabalho e fazer a escuta dos servidores sobre a possibilidade de terceirização no setor de Serviço de Radiologia e Diagnóstico por Imagem do Hospital, conforme será descrito no relatório a seguir.

Relatório

A visita teve dois momentos. Inicialmente, a deputada Beatriz Cerqueira e os representantes do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Sisipsemg –, do Sindicato dos Profissionais que Trabalham com Radiação, Auxiliares, Ultra-sonografia e Xeroradiografia do Estado de Minas Gerais – Sinditraux – e do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais – Sindmed-MG – encontraram-se, em uma sala de reuniões, com os gestores do Serviço de Radiologia e Diagnóstico por Imagem do HGIP.

Na sequência, a deputada e os demais participantes subiram em comitiva ao Serviço de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, onde puderam verificar, *in loco*, as condições de infraestrutura da unidade, além de conversar com alguns agentes públicos que trabalham no setor, dentre efetivos e credenciados.

1ª parte: Reunião entre os participantes

Ao iniciar a reunião, a deputada Beatriz Cerqueira informou que a visita é uma atividade de caráter institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, registrada pelos órgãos de imprensa da Casa. Como desdobramento desse encontro, será preparado um relatório, a ser lido e aprovado em reunião da Comissão de Administração Pública e publicado no *Diário do Legislativo*.

Após todos os participantes se apresentarem, a deputada Beatriz Cerqueira iniciou o debate questionando os gestores sobre o possível processo de terceirização do setor de radiologia do Hospital Governador Israel Pinheiro – HGIP. A parlamentar solicitou informações básicas sobre o tema e elucidou sobre a importância de os gestores apresentarem os dados do setor de radiologia, esclarecerem se o planejamento é de fato dar início a um processo de terceirização e o porquê de ter sido feita essa opção, quais são seus desdobramentos e em que ponto esse processo se encontra. A deputada destacou ainda a falta de investimentos no setor de radiologia e denunciou que os mais de 2.500 cargos vagos na rede Ipsemg são um indício significativo que aponta para um plano de privatização do Instituto.

Na sequência, a palavra foi passada aos demais participantes e a presidente do Sisipsemg, Antonieta de Cássia, iniciou sua fala reafirmando sua oposição ao desmonte do Ipsemg e sua defesa à valorização dos servidores do Instituto.

Além disso, Antonieta defendeu a ampliação do atendimento do Ipsemg, inclusive ao público externo, e do número de servidores que trabalham no Instituto, mas ressaltou que deve ser priorizada a contratação mediante concurso público e apontou que o Ipsemg vem se descaracterizando devido à provisoriedade dos profissionais que atuam no Instituto. Segundo ela, os novos médicos não criam vínculo com a instituição e, em razão da carreira ser pouco valorizada e pouco atrativa, acabam deixando o Instituto em busca de melhores condições de trabalho. A presidente do Sisipsemg acrescentou que o Ipsemg possui quase três mil cargos vagos e que a Seplag não libera a realização de concursos, apesar de, a despeito do cenário de restrições fiscais do Estado, haver autorização legal para contratações na área da saúde.

Em seguida, a assessora jurídica do Sindmed-MG, Mariana Lobato Waller, disse que há inseguranças quanto ao modelo de prestação de serviço diferenciado para a categoria dos médicos radiologistas. Mariana afirmou que solicitou cópia do termo de designação, mas não o havia recebido ainda. Ponderou que houve a homologação de concurso público em outubro de 2023, no qual foi disponibilizada 1 vaga para médico radiologista, havendo 20 candidatas classificadas. Esclareceu que, apesar de se estar no limite prudencial fiscal do Estado, há o entendimento de que pode haver a convocação dos candidatos aprovados na área da saúde, desde que haja a vacância dos respectivos cargos. A assessora jurídica ainda ressaltou a necessidade de a carreira ser atrativa e de os profissionais serem mais valorizados para que se tenha de fato a permanência deles na instituição.

Mariana Lobato perguntou também qual é o diagnóstico dos gestores a respeito do modelo de credenciamento adotado no HGIP, quis saber se há o devido levantamento das melhorias, se os resultados são positivos na assistência à saúde prestada no modelo atual, em que há a convivência entre servidores efetivos e credenciados – pessoas que trabalham no mesmo ambiente, com a mesma carga horária mas que possuem formas de vinculação diferentes. A assessora jurídica ainda quis saber qual seria a justificativa para a adoção da terceirização no setor de radiologia e o porquê de não ser realizada a contratação de servidores efetivos, alternativa considerada a mais adequada. Mariana pediu que as mudanças ocorram com planejamento.

Por sua vez, a coordenadora jurídica do Sindtraux, Adriana Aparecida de Mendonça, informou que a entidade sindical entrou com ação judicial contra o Ipsemg em razão de questões trabalhistas. Ela afirmou que a situação dos credenciados pelo Ipsemg é preocupante, e que o sindicato tem lutado contra a “pejotização” dos trabalhadores da saúde, pois os trabalhadores da radiologia precisam de mais garantias, uma vez que se trata de uma área que lida com significativos fatores de insalubridade. Adriana Aparecida relatou o descaso total com a radiologia, setor com que lida em seu cotidiano de trabalho, e com a desatualização dos equipamentos. Ademais, disse que o problema de qualificação dos trabalhadores da radiologia é um problema de gestão, porque não há investimento nos trabalhadores e em sua capacitação.

O vice-presidente do Sinditraux, Ricardo Macedo, reforçou que o terceirizado não cria vínculo com a instituição. Apontou que o grande problema é que as instituições que terceirizam, “pejotizam” os profissionais, o que acaba por “quarteirizar” o serviço. A “pejotização”, portanto, acaba gerando exploração desses profissionais. Ricardo ainda demonstrou preocupação com a dificuldade daqueles que trabalham no sistema de “pejotização” se aposentarem e garantiu que o sindicato luta contra a “pejotização”.

Após as colocações iniciais dos representantes sindicais, os gestores do HGIP iniciaram suas falas. O chefe de gabinete Erick Michalsky Cardoso informou que está sendo feito estudo para indicar quais são os problemas do setor de radiologia e como eles podem ser resolvidos. Ele explicou ainda que não teria como fornecer o termo de referência de edital de contratação relativo à terceirização do setor, pois esse documento ainda não tinha sido elaborado.

Diante das considerações do chefe de gabinete, Mariana Lobato questionou se, não havendo o termo de referência, já haveria um termo de designação dos profissionais que atuarão na elaboração dos estudos técnicos. A chefe do Departamento de Apoio Diagnóstico do HGIP, Maristela Lopes, respondeu, esclarecendo que o termo de designação de profissionais já existe e que ele traz a comissão formada por servidores que serão designados para participar do processo de definição da contratação para terceirização. Maristela afirmou que a contratação em si não está definida, que o que se tem é o início de um estudo a respeito da possível contratação de empresa que preste serviços de radiologia. A deputada Beatriz perguntou, nesse momento, se seria possível ter acesso ao termo de designação, ao que Maristela aquiesceu. Erick Cardoso reforçou que o que os gestores têm é apenas o termo de designação, mas a contratação da empresa e o modelo que será adotado, se for realizada, não estão definidos.

A deputada Beatriz questionou, então, se a contratação de empresa para realizar os serviços de radiologia já estava definida como modelo a ser adotado, ao que os gestores responderam negativamente, informando que isso está sendo estudado como alternativa. A médica e gerente técnica hospitalar do HGIP Marcela Vianna declarou que o Hospital lida com os seguintes problemas: a prestação dos serviços laboratoriais e de radiologia. Afirmou que somente o processo de concessão e contratação de empresa para

prestação serviços de laboratório está mais avançado. A gerente informou que a capacidade operacional laboratorial encontra-se muito reduzida, e que contratação buscou aumentar o número e os tipos de exames realizados. Maristela Lopes complementou a fala de Marcela, dizendo que o termo de referência foi consolidado e remetido a empresas da área e que, no momento, estão recebendo propostas dessas empresas. A deputada solicitou o cronograma da contratação do setor laboratorial, e Erick Cardoso respondeu que ela está prevista para ser finalizada em janeiro/fevereiro de 2025.

Quanto à radiologia, Marcela Vianna declarou que o setor apresenta vários problemas: o hospital não atua no potencial total de atendimento devido à desatualização e dificuldade de aquisição dos equipamentos radiológicos, além de sofrer com a falta de manutenção desses equipamentos, como no caso do aparelho de tomografia, que se encontra fora de funcionamento. A gerente técnica hospitalar esclareceu que têm sido buscadas soluções para o setor da radiologia com a participação dos servidores, inclusive mencionou a participação da presidente do Sisipsemg em algumas reuniões com esse objetivo. Marcela Vianna também reforçou que, quanto à radiologia, ainda não há modelo definido, há apenas estudo em curso sobre qual modelo será adotado para resolver os problemas do setor.

O assessor da Diretoria de Saúde Mário Demétrio complementou, informando que a comissão indicada no termo de designação buscará tanto identificar os problemas existentes como apontar as possíveis formas de solucioná-los e ressaltou que ainda não há modelo definido e que não se sabe se haverá uma contratação terceirizada ou se será adotado outro modelo.

Na sequência, Antonieta de Castro retomou a palavra e pontuou que o recente processo de terceirização do setor laboratorial do Ipsemg pegou os servidores de surpresa, de maneira que a situação do setor de radiologia deve ser esclarecida para que não tome o mesmo caminho. A líder sindical afirmou ainda que, no atual modelo do Ipsemg, no qual servidores efetivos e terceirizados desempenham, muitas vezes, as mesmas funções, conflitos podem ser potencializados.

A deputada Beatriz Cerqueira cobrou transparência em relação aos dados do Ipsemg. Em todas as visitas da Comissão de Administração Pública ao Hospital Regional do Ipsemg, definido previamente o objeto da visita, em nenhuma delas teve-se acesso a todas as informações técnicas necessárias e os gestores sempre ficam de enviar as informações posteriormente ao comparecimento. Maristela concordou com a deputada, disse que os dados pertinentes serão encaminhados e assegurou que a próxima visita será diferente, pois os gestores já terão os dados previamente à disposição da parlamentar. Entretanto, ressalta-se que, até a data de fechamento deste relatório, nenhum documento contendo as referidas informações foi remetido à Consultoria Legislativa da ALMG.

Erick Cardoso ainda acrescentou que o concurso público realizado pelo Ipsemg para preenchimento de vagas de cargos efetivos encontra-se na sétima chamada, mas que a instituição não consegue reter os nomeados.

Mariana Lobato retomou a palavra e mencionou a importância de se enfrentar as causas dos problemas, fazer o devido rastreamento das demandas estruturais da radiologia e do histórico dos problemas do setor e levar em consideração o consenso das partes envolvidas no entorno de uma solução adequada. A representante jurídica do Sindmed-MG destacou que se avolumam experiências negativas de terceirização no Estado e quis saber qual foi o estudo prévio realizado para a concessão do serviço de laboratório, afirmando que a avaliação desse tipo de experiência deve ser levada em consideração para a definição do modelo de serviço de radiologia.

A deputada Beatriz Cerqueira fez o fechamento da reunião, ressaltando que é indispensável se ter clareza sobre o cronograma de realização do diagnóstico dos problemas e das soluções para o setor de radiologia do HGIP, bem como se ter transparência acerca da metodologia utilizada nesse diagnóstico. A parlamentar revelou ter preocupação quanto ao projeto de lei que hoje tramita na ALMG, pois ele não oferece nenhum instrumento para promover a melhoria da qualidade dos serviços do Ipsemg.

Os gestores do HGIP informaram que remeteriam à Consultoria Legislativa da ALMG o termo de designação, bem como outros documentos que contivessem dados pertinentes ao setor de radiologia, dentre os quais o número de agentes públicos do setor,

discriminando o número servidores efetivos e credenciados. No entanto, até a data de fechamento deste relatório, nenhum arquivo adicional tinha sido recebido.

2ª parte: Averiguação do setor de serviço de Radiologia e Diagnóstico por imagem

Em comitiva, os participantes da visita verificaram, *in loco*, as condições do setor de serviço de Radiologia e Diagnóstico por imagem do HGIP.

Os servidores informaram que o setor conta com duas salas de radiologia e uma de exame contrastado. Relataram também que há pouco tempo o atendimento havia melhorado devido ao recebimento de dois novos aparelhos de ultrassom. Segundo eles, desde janeiro de 2024, o serviço de radiologia estava operando sem aparelho de ultrassom, pois o contrato com a empresa de manutenção havia sido encerrado. Os servidores ainda denunciaram que o equipamento de tomografia encontra-se estragado e fora de funcionamento há dois anos, e que o defeito se deu em decorrência da falta de manutenção adequada. Além disso, disseram que os agentes credenciados não possuem direitos trabalhistas, como direito a férias, e recebem salários abaixo dos valores de mercado.

A despeito das dificuldades descritas, os servidores afirmaram que o setor atende 100% dos pacientes que são internados (CTI e pronto atendimento) e também realiza atendimento ao público externo.

A deputada Beatriz Cerqueira teve oportunidade de ouvir queixas de alguns servidores do setor de radiologia, dentre efetivos e credenciados. Os trabalhadores do setor expressaram estar se sentindo inseguros em razão do rumor de terceirização, demonstraram ter dúvidas se eles serão mantidos ou não e manifestaram seu descontentamento com a situação. Alarmados, questionaram se a terceirização seria a única solução, se não haveria a possibilidade de convocar os aprovados nos concursos abertos. Apontaram a necessidade de contratação de mais servidores efetivos para a adequação do quadro, como também a contratação de empresas especializadas para que se tenha a devida prestação de serviços de manutenção de equipamentos e estruturas prediais.

Entre os relatos dos servidores, alguns se destacaram, como o de Elizabeth Aparecida Souza, técnica em radiologia há 24 anos, que declarou que a estrutura física do HGIP é excelente, ressaltando o ganho de qualidade com o recebimento dos dois novos ultrassons. Ela destacou a necessidade de se encontrar uma solução para viabilizar a retomada do funcionamento do aparelho de ressonância magnética, que hoje representa um grande gargalo para o funcionamento do setor. Reforçou que a mão de obra do setor é qualificada e que os servidores são comprometidos com a instituição.

Vanderli Santos, coordenadora administrativa, informou que a radiologia sofre com um problema de automação na regulação do controle de temperatura e umidade do setor. Afirmou que há laudo de engenharia indicando que o equipamento está obsoleto e denunciou que não há a devida contratação de empresa especializada no serviço de manutenção do painel há muito tempo. Renato Junger de Toledo, técnico em radiologia, endossou as queixas de Vanderli e enfatizou que é necessário solucionar o problema de temperatura nas salas da radiologia, pois há risco da situação ocasionar graves danos e estragar os aparelhos operados no setor. Os servidores chamaram a atenção de o problema não ser de falta de qualificação dos trabalhadores, mas de gestão, infraestrutura e manutenção adequada.

A médica radiologista Fernanda Monteiro de Castro pontuou dois problemas centrais no setor i) a falta de funcionamento do aparelho de ressonância magnética e ii) a falta de médicos especialistas para operar o ultrassom e de plantonistas, o que deixa as escalas descobertas. Fernanda ponderou que poderia haver outras soluções, que não a terceirização proposta pela diretoria. Ressaltou que há concurso público aberto, o que possibilita a convocação de servidores, questionou como ficaria essa contratação diante das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e sugeriu que, caso não seja possível tal contratação, sejam discutidas outras alternativas. Fernanda esclareceu que, dentre outros servidores, foi convocada a contribuir com a construção de termo de referência para a contratação de empresa terceirizada, que possivelmente assumirá todo o serviço de radiologia do Hospital. Informou que as etapas da contratação estavam subvertidas e denunciou que questões que tinham que ser tratadas no início, de acordo com a nova Lei de Licitações, não foram. Assim, não houve a adequada e necessária definição dos problemas para, em seguida, ser feito o

levantamento de possíveis soluções e respectivos custos. Assim, ela afirmou que não há dados suficientes para concluir, com clareza, que a terceirização será um caminho de fato efetivo, porque sequer houve a identificação dos problemas para os quais a terceirização supostamente seria a solução.

Conclusão

A Comissão de Administração Pública cumpriu a finalidade da visita, verificando, *in loco*, as condições de operação do serviço de Radiologia e Diagnóstico por imagem do HGIP, em razão, sobretudo, da possibilidade de terceirização do setor, situação que tem alarmado os servidores e que não tem sido conduzida com transparência e comprovação de que a opção resultaria na melhoria dos serviços prestados aos beneficiários.

Recomendamos à Seplag que faça o planejamento para

- i) o preenchimento do atual déficit de cargos efetivos vagos no setor;
- ii) a contratação de serviços de manutenção periódica dos equipamentos de radiologia; e
- iii) que o serviço de radiologia permaneça sendo operado pelo próprio Hospital, sem que haja terceirização.

Recomendamos também que os gestores informem à Comissão de Administração Pública:

i) o andamento dos estudos de diagnóstico, com a respectiva metodologia usada, os indicadores utilizados e as conclusões, acerca da possibilidade de terceirização do serviço de Radiologia e Diagnóstico por imagem do HGIP;

ii) o motivo pelo qual o aparelho de ressonância parou de funcionar, bem como a justificativa da demora para a tomada de decisões referentes ao conserto do equipamento para que ele volte a funcionar regularmente;

iii) a previsão da data em que os controles de automação e de temperatura e umidade do ambiente serão atualizados e estarão aptos a operar atendendo às necessidades do setor.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2024.

Beatriz Cerqueira, relatora.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

– O presidente despachou, em 19/12/2024, as seguintes comunicações:

Do deputado Douglas Melo em que notifica sua renúncia ao mandato de deputado estadual a partir de 1º de janeiro de 2025, para assumir o cargo de prefeito de Sete Lagoas.

Do deputado Fábio Avelar em que notifica sua renúncia ao mandato de deputado estadual a partir de 1º de janeiro de 2025, para assumir o cargo de prefeito de Nova Serrana.

Do deputado Antonio Carlos Arantes e outros em que notificam a constituição da Frente Parlamentar de Apoio ao Gabinete Militar do Governador, à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – GMG-Cedec-MG – e ao Programa Minas Mais Resiliente e Sustentável e a indicação do deputado Antonio Carlos Arantes como seu responsável.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 19/12/2024, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Ofício nº 1701/2024 – PGJMG/SG, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.292/2024, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.292/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.521/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.521/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.533/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.533/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.534/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.534/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.535/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.535/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.695/2024, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.695/2024.)

Ofício nº 1945/2024 – PGJMG/SG, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.908/2024, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.908/2024.)

Ofício nº 236/2024/FF/PJPP-BH, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.916/2024, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. (– Anexe-se ao Requerimento nº 8.916/2024.)

Ofício da Secretaria de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.157/2024, da Comissão de Administração Pública. (– Anexe-se ao Requerimento nº 9.157/2024.)

Ofício nº 1910/2024 – PGJMG/SG, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas aos Requerimentos de Comissão nº 10.367 e 10.517/2024, do Deputado Leleco Pimentel. (– À Comissão de Participação Popular.)

Ofício nº 1824/2024 – PGJMG/SG, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento de Comissão nº 10.569/2024, da Deputada Beatriz Cerqueira. (– À Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.)

Ofício nº SEI_MPMG – 8403069 – Ofício.pdf, do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas aos Requerimentos de Comissão nº 10.619 e 10.620/2024, das deputadas Andréia de Jesus e Ana Paula Siqueira. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Ofício da Secretaria de Estado de Saúde, solicitando prorrogação do prazo para prestação de informações relativas ao Requerimento nº 8.378/2024. (– Prorrogado o prazo, nos termos do art. 7º da Deliberação da Mesa nº 2.738/2020.)

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com Leonardo Mattos Alves Badaró pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo na direção-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (Requerimento nº 9.080/2024, do deputado Grego da Fundação);

de congratulações com Salomão Júnior Curi pelos relevantes serviços prestados ao Município de Ubá, em especial na área da educação (Requerimento nº 9.117/2024, do deputado Grego da Fundação);

de congratulações com os policiais civis que participaram da Operação Espólio, que esclareceu o homicídio de um caseiro de 57 anos, ocorrido em Muriaé, em 29/8/2024, e resultou na apreensão de dois adolescentes suspeitos da execução e na detenção de dois mandantes do assassinato, em 14/10/2024 (Requerimento nº 9.131/2024, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o projeto Na Mochila pelas vitórias na competição de robótica Fira Brasil 2024, conquistando vaga para a disputa da Fira Robo World Cup (Requerimento nº 9.147/2024, da deputada Ana Paula Siqueira);

de congratulações com os Srs. Luís Mauro Sampaio Pereira, delegado de polícia; Gledson Ferreira de Souza e Rafael Borges, investigadores de polícia; e as Sras. Cecília Rosa de Araújo e Monique Alves Amaral Barbosa, escrivãs de polícia, da Delegacia de Homicídios de Patos de Minas, pelo brilhante trabalho realizado na elucidação de crimes, contribuindo para a segurança e aplicação da justiça na região (Requerimento nº 9.171/2024, da deputada Lud Falcão);

de congratulações com os policiais militares do 13º Batalhão de Polícia Militar que participaram de uma bem-sucedida e complexa operação, realizada em 27/11/2024, de repressão a crimes contra o patrimônio, tendo desarticulado uma quadrilha que vinha cometendo diversos roubos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a identificação de seus locais de esconderijo, a prisão de seus integrantes, a recuperação de bens roubados e a apreensão de materiais ilícitos (Requerimento nº 9.197/2024, do deputado Sargento Rodrigues).



REQUERIMENTO APROVADO

REQUERIMENTO APROVADO

– Publica-se a seguir requerimento aprovado e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 9.200/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para o aumento do número de Médicos-Veterinários no rol de peritos criminais do Estado, de modo a atender às demandas de materialização dos vestígios dos crimes relacionados com os animais, tanto na ocorrência de desastres ambientais quanto nos crimes de abuso e maus-tratos contra os animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Sala das Reuniões, 28 de novembro de 2024.

Coronel Henrique (PL)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/12/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Jeovane Rodrigues Ferreira, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando Joana Irene Carreiro do Nascimento, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos;

exonerando José Vieira de Andrade Neto, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

exonerando Maura Lidiane Santos Cordeiro, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Isabella Melo de Oliveira, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

nomeando Joana Irene Carreiro do Nascimento, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando João Marcos Silva Lagares, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Lud Falcão;

nomeando Luciano Cardoso Reis, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;

nomeando Marcos Vinicius Vitor Carvalho Barroso, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Magalhães;

nomeando Regilaine Nicolina Alves Magalhães, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Victor Dias Assis, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ricardo Campos.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 86/2024

Planejamento nº 367/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar, em 20/1/2025, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para aquisição de materiais elétricos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2024.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 89/2024

Número no Siad: 9445610

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Modern Design do Brasil Ltda – EPP. Objeto: contratação dos serviços de fabricação e instalação de móveis planejados. Vigência: seis meses contados a partir da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Licitação: Pregão Eletrônico nº 71/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90.10.1.

TERMO DE CONTRATO 90/2024

Número no Siad: 9445713

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Distribuidora Peres & Araújo Ltda. – ME. Objeto: aquisição de câmeras e acessórios necessários para a composição de *kits* de captação de áudio e vídeo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Vigência: 120 dias contados a partir da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Licitação: Pregão Eletrônico nº 65/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90.10.1 e 1011.01.031.729.4.239.0001.4.4.90.10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 91/2024**Número no Siad: 9445715**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Zeus Store Moda Ltda. Objeto: aquisição de dois tripés com cabeças hidráulicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Vigência: 120 dias contados a partir da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Licitação: Pregão Eletrônico nº 65/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.4.4.90.10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 92/2024**Número no Siad: 9445714**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Conexão Máxima Informática Ltda. Objeto: aquisição de duas mochilas para transporte de equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Vigência: 120 dias contados da data de publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Licitação: Pregão Eletrônico nº 65/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90.10.1.